

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA

A INFORMAÇÃO PATRIMONIAL E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: uma análise
das estratégias de preservação da memória do IPHAN e do IPHAEP

JOÃO PESSOA-PB

2013

DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA

A INFORMAÇÃO PATRIMONIAL E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: uma análise
das estratégias de preservação da memória do IPHAN e do IPHAEP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba – Linha de pesquisa "Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação" – como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto

JOÃO PESSOA-PB

2013

O48i

Oliveira, Danielle Alves de.

A informação patrimonial e a construção da memória: uma análise das estratégias de preservação da memória do IPHAN e do IPHAEP / Danielle Alves de Oliveira.-- João Pessoa, 2013. 126f.

Orientador: Carlos Xavier de Azevedo Netto

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCSA

1. Ciência da Informação. 2. Informação patrimonial.
3. Patrimônio Cultural - Paraíba. 4. Preservação da memória - IPHAN - IPHAEP.

UFPB/BC

CDU: 02(043)

DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA

A INFORMAÇÃO PATRIMONIAL E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA: uma análise
das estratégias de preservação da memória do IPHAN e do IPHAEP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba – Linha de pesquisa "Memória, Organização, Acesso e Uso da Informação" – como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em _____ de _____ de 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto – PPGCI/UFPB
Orientador

Prof. Dr. Marcos Galindo Lima – PPGCI/UFPE
Examinador externo

Prof. Dra. Bernardina Juvenal Freire de Oliveira – PPGCI/UFPB
Examinador interno

Prof. Dr. Fábio Mascarenhas e Silva – PPGCI/UFPE
Suplente do examinador externo

Prof. Dra. Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque – PPGCI/UFPB
Suplente do examinador interno

À vida

As possibilidades que me foram oferecidas para que eu chegasse até aqui.

Aos meus familiares e amigos, por participarem, direta ou indiretamente desta conquista.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo dom da vida, e por ter me dado sabedoria, confiança e discernimento; por estar comigo em todos os momentos, mostrando-me que sempre existirá uma luz e um caminho a ser percorrido.

À minha família, especialmente aos meus pais Clodoaldo Alves e Izabel Alves, por ter incentivado e mostrado o maior tesouro que o ser humano pode construir: o conhecimento. Em meio às maiores apreensões foram vocês que com paciência, compreensão e carinho souberam me estabilizar e mostrar que o trajeto só é concluído com perseverança e coragem.

À Thiago Medeiros, por ter me dado o primeiro abraço da aprovação, por está ao meu lado nos momentos mais tensos e extrair de mim os sorrisos mais puros inerente à aqueles que amam. Agradeço também por ser minha inspiração e pelo apoio incondicional destinado ao arrimo emocional e pragmático. “Quero você sempre do meu lado, segurando as minhas lágrimas e comemorando comigo cada nova conquista, a vida é ainda mais interessante quando estou contigo”.

Aos meus amigos, que muitas vezes não souberam compreender que abdicar da diversão é importante quando se tem um objetivo a cumprir. Agradeço ainda mais, a aqueles que me aparam nos momentos de desespero e me mostraram que eu sou mais forte do que julgo ser. Em especial, a Danielle Lucena que acompanhou meu crescimento intelectual, que me apresentou as primeiras teorias e esteve ao meu lado durante os períodos mais árduos com palavras de carinho e incentivo. Certamente eu não conseguiria transpassar os obstáculos sem a sua força. “Não sou o seu orgulho, sou uma aprendiz que se ergue motivada por pessoas como você”.

Ao Profº Drº Carlos Xavier de Azevedo Netto pela paciência e dedicação nestes dois anos de mestrado. Agradeço pela orientação, pelas leituras indicadas e por engrandecer ainda mais esse trabalho com a sua presença. À você, apresento a minha admiração, respeito e estima.

Aos professores membros da banca de qualificação e defesa, agradeço pelo tempo dedicado à leitura e pelos comentários no sentido de aprimorar a pesquisa.

Ao Profº Drº Gustavo Freire, ao Profº Drº Carlos Xavier, ao Profº Drº Edvaldo Alves, a Profª Drª Bernardina Freire, a Profª Drª Dulce Amélia de Brito Neves e a Profª Drª Mirian Aquino pelas discussões e reflexões em sala de aula e por terem contribuído com idéias e concepções teóricas que ajudaram a embasar essa pesquisa.

Aos “amigos do mundo intelectual”: Adriana Nóbrega, Aline Poggi, Alini Casimiro, Claudialyne Araújo, Fellipe Brasileiro, Ivandro Menezes, Jorge Raimundo, Josivan Ferreira, Tatiana Fernandes, Thais Helen, Glícia Couto, Lúcia Maranhão Karlene Medeiros, Sandra Santana e Vânia Silva pelo incentivo e sorrisos que recebi de cada um de vocês ao longo dessa trajetória. “Tudo fica mais fácil quando se tem amigos como vocês”.

Agradeço em especial, a Thais Helen por ter me mostrado que o primeiro lugar pertence, muitas vezes, à aqueles que humildemente esperam a sua vez no final da fila. Sua simplicidade, companheirismo e amizade ficaram marcados pra sempre na minha memória. “Obrigada pelo apoio e pelas longas conversas; o caminho para Recife sempre fica mais curto e menos árduo quando você está ao meu lado”.

Às professoras, do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, Dra. Jacqueline Echeverria Barrancos e Ms. Manuela Eugênio Maia por terem sido as primeiras pessoas a acreditarem no meu potencial e por terem inculcido em mim o desejo pela docência e o respeito pela pesquisa científica.

Por fim, agradeço a todos que diretamente ou indiretamente estiveram comigo e ajudaram-me a chegar ao de mais uma etapa.

A perda da memória é um evento escravizador. É por isso mesmo que a mais antiga tradição filosófica do mundo ocidental afirma que o nosso destino depende de nossa capacidade e vontade de recuperar memórias perdidas. [...] Por mais curioso e paradoxal, parece que o mais distante é aquilo que está mais próximo do nosso futuro.

Rubens Alves

RESUMO

Analisa o papel da informação na preservação do patrimônio cultural no Estado da Paraíba, cotejando as formas de registro para a salvaguarda da memória no IPHAN e no IPHAEP. Objetivando contextualizar esta pesquisa, faz-se um percurso assentado nas relações entre informação, memória e patrimônio cultural. Aponta os aspectos metodológicos, que nortearão a elaboração deste, no que se refere ao tipo e métodos utilizados na investigação. Ademais, apresenta o trajeto no desenvolvimento do trabalho, como a elaboração da classificação instrumental, a seleção dos bens na qual o estudo se debruçará e a comparação dos processos de tombamento das instituições verificadas. Aborda uma reflexão baseada no potencial da informação no processo de ressignificação da memória e na construção das identidades. Além disso, aquiesce com a concepção do patrimônio pelo potencial simbólico e material dos bens culturais. Como resultado da pesquisa foi discutido as formas de preservação do patrimônio, o contexto de criação do IPHAN e IPHAEP e as legislações vigentes no que se refere ao acautelamento dos bens culturais. Após a descrição e a comparação das peças documentais foram identificadas as tipologias preponderantes no processo de preservação e as problemáticas que envolvem o uso das informações patrimoniais. A investigação confirmou as conjecturas de que apesar, da relevância das informações encontradas nos processos de tombamento, os órgãos ainda não atentaram para o uso desses referentes no processo de ressignificação da memória.

Palavras-chave: Informação patrimonial. Memória. Patrimônio Cultural. Preservação da memória.

ABSTRACT

This research analyzes the information role in the preservation of cultural patrimony in the State of Paraíba, comparing the register ways in the agencies responsible for memory preservation, the IPHAN and the IPHAEP. With the aim to contextualize this research, a course based on the relations among information, memory and cultural patrimony is fulfilled. It points out the methodological aspects that will guide its elaboration in regard to the type and methods used in the investigation. Furthermore, it presents the route in the research development, such as the elaboration of instrumental classification, the selection of patrimony in which the study will focus on and the comparison of the historical record processes of the verified institutions. It deals with a reflection founded on the information potential in the redefinition process of memory and on the construction of identities. Moreover, it agrees with the conception of the patrimony by the symbolic and material potential of the cultural patrimonies. As result of the research, the ways of patrimony preservation and the foundation context of IPHAN and IPHAEP were discussed as well as the ruling legislations with reference to the preliminary action of cultural patrimonies. After description and comparison of documental instruments, the typologies predominant in the preservation process and the problems that involve the use of estate information were identified. The investigation corroborated the hypotheses that, despite the relevance of the information found in the historical record processes, the institutions have not perceived yet the use of these references in the process of memory redefinition.

Keywords: Estate Information. Memory. Cultural Patrimony. Preservation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1 - Organograma da categorização	22
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Processos que serão analisados na pesquisa.....	24
Quadro 2 - Conjunto paisagístico	67
Quadro 3 - Conjunto Urbanístico/Cidade.....	70
Quadro 4 - Edificação.....	74
Quadro 5 - Conjunto Artístico	79

LISTA DE SIGLAS

AMAR – Associação dos Amigos de Areia

CONPEC – Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAEP – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico Nacional

SUDEMA – Superintendência de administração e do Meio Ambiente

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO	21
3 APORTES SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE: as relações estabelecidas com os estudos da informação.....	27
3.1 MEMÓRIA.....	32
3.1.1 Memória, Cultura e Identidade: estabelecendo as tessituras conceituais.....	42
3.1.2 Memória e Patrimônio: buscando as interlocuções	47
3.2 INFORMAÇÃO: desvelando a relação com a memória e o patrimônio cultural	50
4. PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL	55
4.1 DISPOSITIVOS LEGAIS ACERCA DO PATRIMONIO CULTURAL: verificando a legislação no que tange o processo de tombamento	62
5 ANÁLISE DOS PROCESSOS	67
5.1 COMPARAÇÃO DAS PEÇAS PROCESSUAIS	80
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS	88
APENDICE	
ANEXO	

1 INTRODUÇÃO

O atributo mais imediato da memória é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao 'tempo que muda', às rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma ela constitui um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Henry Rousso

A multidiversidade das transformações e das inovações ocorridas no mundo globalizado inaugura, no presente século, a necessidade premente do homem pelo acesso à informação. Diversas são as explicações para essa busca acentuada, entre elas, o uso da informação como fenômeno estratégico nas organizações e a necessidade do ser humano em desvelar o seu passado, a fim de se reconhecer como partícipe da história.

Diante dessa perspectiva, optamos por refletir acerca do segundo aspecto supracitado, haja vista que, desde os primórdios da vida em sociedade, o homem vem demonstrando interesse pela preservação da memória, como elemento fundamental na construção das identidades. *A priori*, a memória estava relacionada a guardiões que detinham a história do seu povo, entretanto, com o desenvolvimento do universo simbólico, que pode ser observado a partir do processo de sapientização (MITHEN, 2002), ela passou a ser materializada em suportes informacionais, propiciando a sua disseminação. Em outros termos, é nesse momento que o homem desenvolve as representações alfabéticas cunhadas em múltiplos suportes, inaugurando, assim, a dimensão simbólica da escrita.

Na obra *Uma história social do conhecimento*, Burke (2003) afirma que a transferência do contexto oral para a escrita ocorreu de forma gradual, porém, atingiu grande notoriedade com a invenção da imprensa pelo seu alto poder de socialização. As lembranças materializadas em suporte perene limitam os danos causados pela morte do portador da memória, e, ao mesmo tempo, permite “que a quantidade de informação armazenada aumente, não apenas de modo individual, mas em formas compartilhadas com outras memórias” (MURGUIA, 2010, p. 83).

Com a ascensão da sociedade industrial e o avanço da modernidade nos séculos XIX e XX, novos canais foram apropriados e difundidos a fim de contribuir

com a ritualização e o processo de evocação da memória. Diante desse cenário, surgem os grandes espaços físicos e monumentos criados a fim de evidenciar “testemunhos historicamente significativos”, conforme consubstancia Françoise Choay (2006, p. 13).

Imerso nesse contexto, Pierre Nora (1993) critica a sociedade francesa pelo arcadismo em considerar memória e história como elementos correlatos e o passado como algo inerte, fechado, findado. Segundo o autor, a “verdadeira percepção do passado consistia em considerar que ele não era verdadeiramente passado” (NORA, 1993, p. 18). Apesar das críticas aos discursos historicistas acerca da preservação dos monumentos, Pierre Nora defende a necessidade de identificação dos sujeitos, frente ao novo cenário de desenvolvimento industrial. Nesse sentido, ele apresenta a noção de lugares de memória apreendidos numa tríplice acepção, no que tange a: *lugares materiais, lugares funcionais e lugares simbólicos*.

Vale salientar que os espaços, por ele descritos, não se limitavam à materialidade, pois absorto neste contexto está a representação simbólica que é inerente a qualquer monumento de pedra e cal. Comungando com essa perspectiva, Murguia (2010, p. 8) salienta que os lugares da memória têm, portanto, uma dupla função: “simbólica, no sentido de representar dentro de uma cidade ou espaço dedicado à recordação social; e uma função informacional, no sentido de lembrar os acontecimentos, pessoas e lugares (...)” através dos vestígios deixados ao longo do tempo.

Ainda segundo o autor, os lugares acima citados são essenciais para acomodar, guardar e celebrar os restos. Paul Ricoeur (2007), na mesma vertente, ressalta a relevância do exercício e de comemoração da memória, porém, ele chama a atenção para o crescimento vertiginoso da criação de monumentos e do uso e abuso da memória instaurado, principalmente, pelos detentores de poder, que elegem os espaços que devem ser exaltados e aqueles que devem ser relegados à invisibilidade. É o que podemos chamar de manipulação da memória, segundo Ricoeur, já que ela é seletiva e necessita da coletividade para firmar-se enquanto memória social. Nesse sentido, o filósofo esclarece que “as manipulações da memória, [...] devem-se à intervenção de um fator inquietante e multiforme, que se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória” (RICOEUR, 2007, p. 95).

Ao tratar de esquecimento, é preciso enfatizar que consubstanciamos da concepção teórica de Paul Ricoeur, segundo a qual a memória é constituída de esquecimento, portanto, não é um elemento antagônico, e sim, complementar, pois não há memória sem a ação involuntária do esquecer. No mesmo intento, Ribeiro (2007, p. 1) explica: “a lembrança e o esquecimento são componentes da memória, um não existe sem o outro, no processo de atualização do passado, quando evocado”.

Diante desse posicionamento e consubstanciando com essa vertente, Vera Dodebei (2010) salienta no artigo *Informação, memória e conhecimento: convergências de campos conceituais* que a memória vive numa tensão constante propiciada pela necessidade de lembrar e a obrigação de esquecer, haja vista que “selecionar (esquecer) é uma condição determinante no processo de construção da memória, seja ela individual, coletiva, documentária (...)” (DODEBEI, 2010, p. 2).

É nesse cenário inaudível, suscitado pela autora, que a informação registrada atua como instrumento basilar na salvaguarda da memória, pois a fixação em material perene possibilita a preservação de práticas/hábitos/fatos de uma comunidade, mesmo após a sua existência física. Além do mais, a informação urge como matéria prima indispensável no processo de (re)atualização da memória.

Portanto, a informação relaciona-se à memória pelo seu potencial de testemunho (RICOEUR, 2007) e pelo caráter explicativo/informativo/representativo (MURGUIA, 2010). Ampliando essa reflexão, Azevedo Netto (2007) sobreleva a proeminência da informação no processo de preservação da memória. Segundo o autor, os artefatos/objetos/lugares de memória só fazem sentido quando reconhecidos como tal, e, por conseguinte, quando é estabelecida a sua significação por meio da informação. Esse insumo, quando disseminado, propicia o compartilhamento e a ressignificação da memória, fazendo com que o patrimônio exerça a sua funcionalidade de preservar a memória coletiva. Diante dessa premissa, Murguia (2010, p. 8) enuncia que “toda memória, oficial ou não, precisa de um enquadramento, de uma organização para que possa vir a ser um elemento importante na formação das identidades”.

Destarte, a memória, como contrato social, necessita de referente para a sua cristalização e disseminação. Nesse ínterim, as estratégias de socialização da informação patrimonial, denominadas de educação patrimonial, urgem como insumo basilar para o compartilhamento das lembranças. Para Azevedo Netto (2008), a

educação patrimonial pode ser vislumbrada em dois focos distintos, todavia, intimamente interligados, são eles: a base legal e a base educacional/informacional. A primeira vertente depende necessariamente de dispositivos legais para a sua efetivação; e a segunda está voltada à implementação de instrumentos, mas, sobretudo, de processos “[...] que disseminem as informações patrimoniais pelas comunidades relacionadas e que forneçam condições de se criar uma consciência preservacionista ligada às questões de memória” (AZEVEDO NETTO, 2008, p. 10).

Aprofundando as discussões acerca da necessidade de socialização informacional, José Mauro Matheus Loureiro (2002) propõe uma reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento societal propiciado pela disseminação da informação e discute os marcos embrionários dessa difusão como especialidade da CI. Outrossim, o autor ressalta acerca da relevância da criação de espaços que favoreçam os interesses coletivos e afirma que “a socialização da informação remete à construção, ao tratamento e à divulgação da informação em regime de cooperação, parceria e solidariedade” (LOUREIRO, 2002, p. 2).

Nesse sentido, a proteção do patrimônio cultural deve estar assentada em diversos procedimentos, mas, sobretudo, na disseminação do seu valor para a sociedade, já que a finalidade da salvaguarda está na potencialidade informacional e, conseqüentemente, na identificação dos sujeitos com os bens protegidos, a fim de propiciar a construção das memórias.

Corroborando com essa perspectiva e destacando a relevância da informação no processo de salvaguarda da memória social, o presente trabalho visa analisar o papel da informação na preservação do patrimônio cultural material no Estado da Paraíba, cotejando as formas de registro para a salvaguarda da memória no IPHAN e no IPHAEP. Para atingir tal finalidade, objetiva-se especificamente:

- a) Identificar a legislação Estadual e Nacional, no que tange ao Patrimônio Cultural;
- b) Propor uma classificação instrumental visando à viabilidade de comparação processual;
- c) Identificar as tipologias documentais existentes nos processos de tombamento no IPHAN e IPHAEP;
- d) Comparar as peças documentais utilizadas nos processos de preservação de cada agência;

- e) Verificar como ocorre o processo de disseminação da informação patrimonial nas agências de preservação da memória.

Neste íterim, a inquietação nos remete ao questionamento: as formas de registro para a preservação da memória do IPHAN e do IPHAEP vêm contribuindo, de forma efetiva, para a manutenção e o uso dos bens culturais pela sociedade? Partimos da concepção de que a sociedade não vem fazendo uso dessas informações no processo de ressignificação da memória, apesar da relevância dessas fontes.

A realização de tal pesquisa justifica-se em três grandes eixos de relevância, no que tange à esfera social, científica e pessoal. A falta de conhecimento acerca do patrimônio cultural é constantemente refletida no descaso da população aos bens públicos e na depredação dos espaços de memória. Fragoso (2008, p. 20) discute que a ausência do saber, neste caso, perpassa a noção de existência, está num “sentido mais profundo que se traduz no [não] reconhecimento de sua importância na continuidade da história da sociedade e na construção de caracteres que a identificam”.

No artigo intitulado *Tragédia da Memória*, Marcos Galindo (2005) também discute a falta de políticas de preservação e afirma que se:

Não mantermos uma relação de respeito para com os recursos de nossa memória, se não temos fidelidade com o passado, certamente não teremos a comisseração do futuro. A fidelidade com a história é um ato de preservação, fixador da identidade, e se não construímos nossa identidade histórica, teremos, em breve, que buscar em outrem a identidade que não ousamos tomar do nosso passado (GALINDO, 2005, p. 7).

Diante desse cenário, é fundamental refletir sobre as estratégias de preservação da memória e da socialização da informação, para situar o patrimônio como fonte inesgotável de conhecimento e um construto indispensável para a manutenção da memória individual e coletiva. Portanto, a efetivação deste estudo contribui para incutir na sociedade o dever de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural, já que a preservação também é obrigação do povo conforme assevera Galindo (2005, p. 7): “Tão responsáveis quanto os que assinam atos administrativos somos nós, cidadãos comuns, interessados na herança cultural”.

Todavia, temos ciência de que essa noção só será deflagrada quando a sociedade compreender a relevância da informação patrimonial na manutenção da memória. Em conformidade com essa perspectiva, Mario Chagas (2005, p. 119) corrobora que “sem a identificação de um valor qualquer, seja este mágico, econômico, simbólico, artístico, histórico, científico, afetivo ou cognitivo, a preservação não será deflagrada, ainda que exista o perigo de destruição”.

No mesmo intento, Souza e Crippa (2011) salientam que a proteção do patrimônio deve emergir da necessidade do grupo em salvaguardar as suas práticas para as gerações vindouras, o papel das agências de preservação deve ser a de mediar esse processo, e não determinar o que deve ser resguardado. Nessa conjectura os autores questionam: “Como dizer que ele é um patrimônio cultural se não é assim visto na cultura onde foi elaborado/constituído?” Esse posicionamento parte do pressuposto de que o sujeito precisa reconhecer os elementos que contribuem para a cristalização da sua memória. Ou seja, a responsabilidade de proteção e salvaguarda está intimamente ligada ao processo de identificação do sujeito com sua cultura (SOUZA; CRIPPA, 2011, p. 244).

Outrossim, Henri-Pierre Jeudy (2005, p. 19) afirma:

Para que exista patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura [da sua memória].

Ampliar as discussões acerca da memória significa acumular subsídios para a produção científica, e, conseqüentemente, para situar a sociedade no tempo e no espaço na medida em que as informações relacionadas à memória estão tratadas e disponibilizadas para os usuários (FRAGOSO, 2008). Inúmeros estudiosos contemporâneos vêm contribuindo nessa conjuntura, tais como, Jardim (1995), Murguia (2010), Galindo (2005), Von Simson (2007), dentre outros. Entretanto, a literatura ainda carece de reflexões efetivas sobre a relação Patrimônio Cultural x Memória Coletiva x Ciência da Informação.

No artigo intitulado *O campo da ciência da informação e o patrimônio cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área* (2010), de autoria de Willian Souza e Giulia Crippa, os pesquisadores asseveram sobre a pouca incidência da produção acadêmica do tema na CI e questionam se o campo considera, efetivamente, o Patrimônio Cultural como um dos seus objetos de estudo.

Apesar da falta de conclusão acerca do assunto, defendemos o Patrimônio como uma representação material e simbólica herdada de um contexto cultural, associado, comumente, ao sentimento nacionalista de preservação da identidade nacional. A sua relação com a CI surge da percepção do patrimônio como um documento, ou seja, fonte de informação, conforme salienta Paul Otlet (1996) e Michael Buckland (1991). Numa outra vertente, Abreu e Chagas (2003) esclarecem que as práticas da área surgem da relação vicejante do colecionismo e da necessidade de memória dos sujeitos sociais que é permeada pelo ímpeto informacional. “No patrimônio estão selecionados os suportes de representação da memória que vão desde as comemorações até às manifestações de uma identidade social” (FRAGOSO, 2008, p. 50).

Discutir essas questões é fundamental para o desenvolvimento e amadurecimento da CI, já que esta ciência é resultado da dinamicidade das relações sociais e das novas tecnologias de acesso à informação, entretanto, ressalta-se que a motivação maior deste estudo partiu da expectativa da pesquisadora em apresentar o valor da informação na construção da memória, destacando a importância do Patrimônio Cultural como documento constituído de sentido. Essa necessidade é resultado de inquietações que acompanham a pesquisadora em todo o seu trajeto acadêmico.

A estruturação deste trabalho está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo apresenta-se uma introdução geral sobre as temáticas desenvolvidas ao longo do trabalho, bem como os objetivos e as justificativas para a efetivação desta investigação. O segundo momento está alicerçado no delineamento metodológico, onde foram descritos os métodos, técnicas e o caminho percorrido para alcançarmos a finalidade do estudo.

O terceiro capítulo ocupa-se do referencial teórico no qual foram utilizados autores que discorrem sobre as tessituras existentes entre informação, memória e patrimônio cultural. Ademais, foi destacado o filósofo Paul Ricoeur, no que tange ao conceito de memória atrelado à lembrança e ao esquecimento. Além disso, foram discutidos os conceitos de cultura e identidade como resultados das relações sociais.

O capítulo subsequente foi constituído para apresentar as formas de preservação do patrimônio cultural, no que tange ao registro e ao tombamento. Nesse ínterim, discutiu-se também a criação do IPHAN e IPHAEP como agências de

salvaguarda da memória. Para finalizar este momento, foram apresentados os dispositivos legais, a nível estadual e nacional, que regem o acautelamento dos bens culturais.

O quinto capítulo viceja sobre as descrições das peças documentais e a comparação entre os processos de tombamento do IPHAN e IPHAEP. O momento seguinte é marcado pelas considerações finais da investigação e as indicações dos desdobramentos da pesquisa. Por fim, ressalta-se a presença dos apêndices e anexos para contextualizar as informações encontradas durante o estudo.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Todo grande progresso da Ciência resultou de uma nova audácia da imaginação.

John Dewey

No intento de traçar um trajeto coerente para alcançarmos o objetivo do estudo de forma satisfatória, delineou-se o presente estudo como uma pesquisa qualitativa, visto que o trabalho foi desenvolvido no contexto de relações que visam à interpretação de sentido, portanto, vislumbrou-se um caminho de análise de “significados dentro de uma perspectiva das correntes compreensivas das ciências sociais que analisa: palavras, ações, conjunto de inter-relações, grupos, instituições, conjunturas, dentre outros corpos analíticos” (GOMES, 2005, p. 189).

Na obra *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, Minayo também discorre acerca da condição da investigação qualitativa e afirma que a escolha por essa vertente ocorre:

Diante da impossibilidade de investigar e compreender, por meio de dados estatísticos, alguns fenômenos voltados para a percepção, a intuição e a subjetividade. Está direcionada para a investigação dos significados das relações humanas, em que suas ações são influenciadas pelas emoções e/ou sentimentos aflorados diante das situações vivenciadas no dia-a-dia (MINAYO, 1994, p. 22).

Referindo-se ao objetivo do trabalho, Sampieri (2006) afirma que a pesquisa pode ser classificada em quatro tipos: a) explicativa; b) exploratória; c) correlacional; d) descritiva. Em nosso estudo, fizemos uso, predominantemente, da pesquisa exploratória e descritiva, pois além de explorar um tema pouco verificado e propor uma ampla investigação a fim de levantar hipóteses (GIL, 1999), buscamos descrever os processos de tombamento no IPHAN e IPHAEP cotejando as relações entre as duas variáveis.

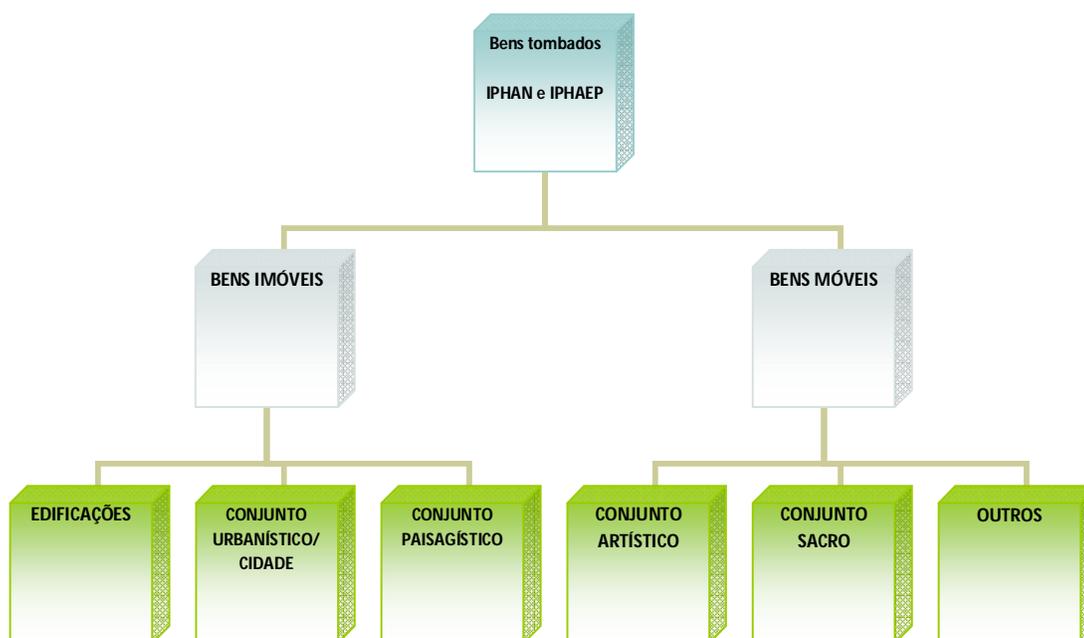
Para tanto, antes do processo de descrição foi necessário o estabelecimento de uma classificação patrimonial dos diferentes bens sob custódia das agências supracitadas, uma vez que não há uma representação unívoca entre os órgãos. Nesse sentido, a classificação construída pelos pesquisadores baseou-se nas

características extrínsecas, o objetivo de tombamento e a função social do bem salvaguardado. Contudo, vale ressaltar que as classes foram construídas de forma instrumental, apenas para guiar metodologicamente a pesquisa.

Outrossim, em nosso objetivo de investigação a classificação serviu para agrupar as diversas categorias a fim de possibilitar a seleção dos processos que tenderiam a utilizar tipologias documentais equivalentes na formação dos processos, logo a ocorrência em diversas sub-classes ocasionaria em informações duplicadas e sem muita relevância ao estudo.

Diante de tal reflexão a classificação resultou no esquema abaixo¹:

Imagem 1: Organograma da categorização



Fonte: Dados da pesquisa – elaborados pela pesquisadora

A separação entre os bens móveis e imóveis é evidenciada pelo decreto-lei N^o 25, de 30 de novembro de 1937, no qual organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. No entanto, a definição pode ser melhor apreendida no código civil brasileiro, no qual apresenta as diferentes classes de bens e os conceitua:

¹ Ver no Apêndice A a lista completa dos bens tombados, seguindo a classificação proposta pela pesquisa.

Art. 79. São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente. [...]

Art. 82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social (BRASIL, 2002)

Nesse sentido, seguimos *a priori*, a classificação proposta pelos mecanismos legais instituídos no país. *A posteriori*, escolhemos classes gerais levando em consideração o escopo de cada termo. Entre as classes, vale ressaltar o intento no uso do termo ‘conjunto paisagístico’ para designar os conjuntos naturais. Na atualidade, o homem vem ganhando cada vez mais liberdade para a alteração do meio, a fim de adequar o espaço às suas necessidades, nesse ínterim, é incoerente desprezar as intervenções realizadas pelos sujeitos.

Isto posto,

pode-se considerar como paisagem aquela parcela do espaço, entendida a partir da equivalência dos diversos elementos e atributos, físicos e simbólicos, que compõem e significam o espaço enquanto paisagem, que perpassa pelo território, dentro de uma perspectiva dada por cada marco cultural que reconhece e define a paisagem (AZEVEDO NETTO, 2011, p. 112).

Com essa perspectiva trazida por Azevedo Netto (2011) buscamos respeitar a integridade do bem tombado, mas, sobretudo, a existência da atividade humana e das suas práticas sociais, posto que o sujeito interfere constantemente no espaço. Ademais, a representação de tais conjuntos com esta denominação é uma tendência que vem se consolidando nos institutos de preservação (IPHAN e IPHAEP).

Após a classificação instrumental, selecionamos sete (07) processos para a análise, seguindo a disponibilização, uma vez que os órgãos não possuem documentos de todos os bens tombados, devido a questões internas de cunho legal. Além disso, demos preferência à documentação em formato digital², dada a facilidade de acesso, e aos processos de bens equivalentes³, como pode ser vislumbrado abaixo:

² Os processos no formato digital foram comparados aos processos físicos, a fim de verificar se houve algum tipo de supressão, o que não ocorreu.

³ Nestes termos, entende-se por bens equivalentes aqueles do mesmo seguimento. Após análise de outros processos, percebeu-se que as tipologias diferem de acordo com o tipo de bem tombado, logo não seria pertinente à comparação da Igreja de São Bento, por exemplo, com a casa da Pólvora, apesar de ambas estarem inseridas na categoria de edificação.

Quadro 1 - Processos que serão analisados na pesquisa

Bens Imóveis	
Conjunto Paisagístico	Vale dos dinossauros - IPHAEP As Itacoatiaras do Rio Ingá (digital) – IPHAN
Conjunto Urbanístico/Cidade	Centro Histórico de Mamanguape – IPHAN Cidade de Areia (digital) – IPHAEP
Edificações	Igreja de Nossa Senhora da Assunção - IPHAEP Igreja de São Bento - Conjunto Beneditino (digital) - IPHAN
Bens móveis e integrados	
Conjunto Artístico	Silhar de Azulejos - IPHAEP

Fonte: Dados da pesquisa – elaborados pela pesquisadora

Vale salientar ainda que foram cotejados apenas os processos de bens imóveis, haja vista que o IPHAN não possui nenhum bem móvel tombado nessa categoria específica, na Paraíba. No entanto, o processo da obra “*Silhar de Azulejos*”, localizado na fachada lateral da Clínica São Camilo em João Pessoa, foi selecionado para identificação das tipologias necessárias ao tombamento a fim de perceber se a formação processual difere dos bens de caráter imóvel.

Diante deste contexto é possível inferir o uso do estudo documental na investigação, uma vez que o trabalho está alicerçado na necessidade da pesquisa em material cujo conteúdo dos textos não passou por nenhum tratamento analítico, tornando-se matéria-prima a partir da qual o pesquisador desenvolve sua análise. Portanto, atende prontamente ao nosso objetivo de pesquisa, uma vez que tratamos com a documentação arquivada nos órgãos de preservação da memória. Neste intento, Uwe Flick (2009, p. 236) afirma: “Analisar um documento é, muitas vezes, um modo de utilizar método não intrusivo e dados produzidos com finalidades práticas no campo em estudo. Isso pode abrir uma perspectiva nova e não filtrada sobre o campo e seus processos”.

No procedimento de análise fizemos uso do método comparativo a fim de verificar as tipologias⁴ existentes e as peças documentais utilizadas nos processos de tombamento, seguindo sempre o que rege a legislação estadual e nacional.

O uso do método comparativo e da sua relevância na construção do conhecimento é objeto da sociologia desde o século XIX e tem como principais agentes Comte, Durkheim e Weber. Os pesquisadores utilizaram a comparação como instrumento de explicação e generalização, entretanto, cada um a seu modo, conforme salienta Sergio Schneider e Cláudia Schimitt no artigo *O uso do método comparativo nas Ciências Sociais*, publicado em 1998.

De forma pontual, os autores elucidam ainda que:

A comparação, enquanto momento da atividade cognitiva, pode ser considerada como inerente ao processo de construção do conhecimento nas ciências sociais. É lançando mão de um tipo de raciocínio comparativo que podemos descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais (SCHNEIDER; SCHIMITT, 1998, p. 1).

Para ter acesso à documentação e compreendermos o sistema de trabalho das agências de preservação da memória fizemos uso da pesquisa de campo e concomitantemente da técnica de observação. Segundo Marconi e Lakatos, esse tipo de estudo tem por objetivo central a obtenção de “[...] informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles” (MARCONI E LAKATOS, 1996, p. 64). Esse processo foi de suma relevância para conhecer a estrutura funcional das agências e registrar dados que escaparam de registros formais, como serão vistos adiante em *Análise dos dados*.

Simultaneamente a todo esse processo, fizemos uso da pesquisa bibliográfica, a fim de contextualizar o fenômeno estudado. Segundo Gil (1999),

⁴ Na ciência arquivística, a tipologia documental está diretamente relacionada a diplomática e a verificação da estrutura formal do documento. Busca-se compreender a gênese do documento através da contextualização das atribuições e competências da entidade geradora/acumuladora. Nesse sentido, o dicionário de terminologia Arquivística (1996) define tipo como a configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou. Sua fixação e identificação serão determinadas pela análise dos caracteres internos e externos dos documentos.

entende-se por pesquisa bibliográfica aquela que foi elaborada a partir de material já publicado. Isso inclui livros, periódicos e materiais disponíveis na internet.

3 APORTES SOBRE PATRIMÔNIO CULTURAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE: as relações estabelecidas com os estudos da informação

Cancelar o passado é a única coisa que nem aos Deuses havia sido permitido.

Agatão⁵

Desde os primórdios da vida em sociedade, o homem vem demonstrando a necessidade de preservar as lembranças de sua comunidade, como pode ser visto no trabalho de Mithenn (2002). *A priori*, a transmissão memorialística era responsabilidade do grupo, principalmente dos anciões, pois eles eram considerados “sábios guardiões da memória”, devido a sua experiência adquirida ao longo dos anos. Nessa perspectiva, entende-se por *homem-memória* sujeitos encarregados de “[...] reter as genealogias e o saber técnico, bem como os mitos e ritos religiosos”, conforme asseveram Monteiro, Carelli e Pickler (2008, p. 5).

Diante desse cenário, as autoras supracitadas discutem a relevância dessa prática afirmando que “quase todo o edifício cultural estava fundado sobre a lembrança dos indivíduos e a inteligência, nessas sociedades, estava identificada com a memória, sobretudo a auditiva”. (MONTEIRO; CARELLI; PICKLER, 2008, p. 5).

Concomitantemente ao registro oral, novas formas de salvaguarda da memória foram surgindo, a fim de assegurar a perpetuação dos mitos e ritos de forma perene. Um dos exemplos mais emblemáticos quanto a sua interpretação na contemporaneidade são os desenhos em rochas, denominados de arte rupestre. Leroi-Gourhan (1983) afirma que as pinturas rupestres são representações simbólicas que foram cunhadas com o objetivo de estabelecer uma ligação com as gerações futuras, ou seja, vislumbrava a preservação da tradição através de signos oriundos da cultura local.

Com o passar do tempo e com o desenvolvimento das relações sociais, novas formas de difusão memorialística surgem, dentre elas, a escrita.

⁵ Tragediógrafo grego do séc. V a.C., citado por Aristóteles em *Ética a Nicômaco*.

O eterno retorno da oralidade foi substituído pelas longas perspectivas da história. Nesse contexto, a memória separa-se do sujeito ou da comunidade tomada como um todo, tornando-se objetiva, morta, impessoal e separando o conhecimento da identidade pessoal ou coletiva. Com o advento da escrita, o saber torna-se disponível, estocado, consultável, comparável, deixando de ser apenas aquilo que é útil no dia-a-dia para ser um objeto suscetível de análise e exame (MONTEIRO; CARELLI; PICKLER, 2008, p. 6).

A escrita foi sendo, cada vez mais, incorporada às práticas sociais, tornando-se fundamental para a organização do povo. A partir de então, a informação estava materializada em um suporte, por meio de uma codificação mais delimitada e precisa, à qual 'qualquer pessoa' podia ter acesso.

Jacques Le Goff (1990) salienta que a escrita nesse período apresentava duas grandes prerrogativas, sendo a primeira a capacidade de armazenamento que transpassava os limites do tempo e do espaço, proporcionando ao sujeito a memorização e o registro; e a segunda, a passagem da esfera auditiva para a visual, permitindo reexaminar, reinterpretar e ressignificar as informações.

Em consonância, Maria Cristina Oliveira e Glessa Santana dissertam:

No momento em que se tem acesso a esses documentos, o ciclo do conhecimento passa a funcionar em favor de uma intenção específica, dessa forma, não se torna necessário partir em toda ocasião do estágio inicial, porque o legado de outras gerações estabelece elos com o que está sendo realizado na atualidade, prescindindo de se recorrer a cada instante ao princípio de uma aprendizagem (OLIVEIRA; SANTANA, 2010, p. 3124).

Percebendo o valor da informação na construção do conhecimento e na preservação da memória, o homem começa a atentar para a necessidade institucionalizada de proteger e salvaguardar os registros informacionais. Diante desse contexto, surgem as primeiras raízes das práticas biblioteconômicas, arquivísticas e museológicas.

Todavia, as práticas supracitadas, muitas vezes, eram desenvolvidas de forma empírica – haja vista que a sistemática científica, tal como conhecemos atualmente, decorre da ciência moderna estabelecida no século XVII. As atividades desenvolvidas à luz do conhecimento empírico foram fundamentais para as discussões teóricas que vieram a se desenvolver na constituição do campo científico, conforme ressalta Burke (2003) na obra *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*.

Evidenciando o empirismo na organização dos acervos, Burke (2003) destaca o exemplo dos gabinetes de curiosidade na Europa, que tinham a função de expor artefatos advindos da exploração em novos territórios. Segundo o autor, as peças eram classificadas pela substância física do objeto, e não pela procedência ou época, o que causou inúmeros problemas de localização, já que algumas matérias-primas eram recorrentes e necessitavam de outros critérios para representação.

Os gabinetes de curiosidade foram os precursores dos museus e tiveram um papel basilar para o desenvolvimento das ciências modernas, haja vista a ampla possibilidade de pesquisa e acesso a informações que passaram a dispor. Entretanto, Burke (2003, p. 102) afirma que a ascensão dos museus, nesse período, transpassava a perspectiva da curiosidade, o objetivo primordial era o de tentar “administrar uma crise do conhecimento que se seguiu à inundação da Europa pelos novos objetos provenientes do Novo Mundo e de outros lugares, objetos que resistiam a se adaptar às categorias tradicionais”.

O desenvolvimento dos conceitos sociais, econômicos, científicos e culturais, advindos da Idade Moderna ajudou a elevar, ainda mais, a importância dos lugares de memória. A partir de então, a informação passou a ser reconhecida e utilizada como ‘objeto de valor para o desenvolvimento social’, principalmente depois da invenção da imprensa e do conseqüente aumento no fluxo informacional.

Segundo Leroi-Gourhan (1983 p. 69), o surgimento da imprensa causou uma verdadeira revolução para a constituição da memória social, haja vista que, com a informação impressa “(...) não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos”. Essa busca acentuada pela informação e a ascensão da memória foram traços essenciais para a formação dos estados nacionais europeus que preconizavam o estabelecimento da noção de identidade nacional com o intento de fortalecer o sentido de pertencimento da população com o Estado.

Nessa mesma vertente, Burke (2003) afirma que, nesse período, a informação passa a ser usada veementemente como elemento de controle social, usada, principalmente, pelo Estado e pela Igreja. O autor revela que com o “boom” informacional, o Estado precisou traçar estratégias para manter o equilíbrio entre o que poderia ser disseminado e o que necessitava permanecer em sigilo para resguardar o Estado de possíveis contestações populares. Neste momento, é

perceptível os primeiros mecanismos de controle social através da retenção de dados que consubstanciariam em conhecimento/conscientização.

Esse temor ao fluxo de informação e ao conhecimento por parte do governo foi registrado por Sir William Berkley, governador da província da Virgínia em 1671, *apud* Galindo (2005, p. 1) conforme segue:

Dou graças a Deus por não termos nem escolas livres nem imprensa, e espero que não a tenhamos por trezentos anos ainda. Porque aprender trouxe ao mundo a desobediência, a heresia e as seitas e a imprensa as divulgou, bem como libelos contra o governo.

William Berkley estava certo ao presumir que a imprensa mudaria o comportamento social com ideias liberais. Ademais, o acesso à informação possibilitou a noção de necessidade de proteção ao patrimônio cultural. Marcos Galindo (2005, p. 6) elucida que a partir desse cenário histórico “os bens do patrimônio memorial público não puderam mais ser ignorados ou lançados a vala comum para serem consumidos pelo tempo, pela incúria e pelo descaso”.

Com a valorização da informação cada vez mais acentuada, e consequentemente da memória, os séculos posteriores foram marcados ainda mais pelo desenvolvimento da sociedade, principalmente no âmbito científico. A Revolução Industrial e as grandes guerras foram fundamentais para evidenciar a necessidade de informação. Corroborando com a discussão, Pinheiro e Loureiro (1995, p. 1) asseguram que:

o desenvolvimento científico e tecnológico, proveniente dos esforços de guerra dos anos 30, passou a permear o capitalismo industrial, que se deparou com o crescimento exponencial da informação. A denominada explosão da informação caracterizou esse momento, em que a informação se torna basilar para o progresso econômico, ancorado no binômio ciência e tecnologia.

É nesse contexto histórico de valorização da informação, pelo seu potencial estratégico, e “buscando respostas a problemas que, preexistentes ou não, acentuaram-se a partir da II Guerra Mundial”, que têm início às primeiras discussões acerca da Ciência da Informação (CI), segundo González de Gomes (1995, p. 77).

O surgimento da Ciência da Informação emerge num cenário onde os modelos teóricos das ciências sociais estavam assentados nas práticas positivistas; mais do que observar o fenômeno da informação e o seu relacionamento com os

sujeitos de forma complexa, o interesse era estudar a realidade social, no que tange ao processo da informação, numa perspectiva quantitativa.

Nesse sentido, Araújo (2003, p. 5) versa:

(...) Os primeiros estudos em ciência da informação já como ciência social estudam a realidade social de uma perspectiva estatística, quantitativa. A utilização de sociogramas para mapeamento dos fluxos de informação, a aplicação de questionários a grandes amostras de usuários e a busca de invariantes cognitivos para a construção de sistemas de informação são alguns exemplos dessa abordagem.

Ressalte-se que, no entanto, poucos anos depois, a Ciência da Informação foi buscando se desenvolver sob outras perspectivas, acompanhando a sociedade e sua dinamicidade. Diante disso, surge uma teoria mais crítica, empreendida até mesmo com o questionamento dos modelos de cientificidade no campo da CI. Acerca dessa vertente, Araújo (2003, p. 5) afirma: “ainda na década de 70, a Ciência da Informação inaugura uma discussão sobre a especificidade da Ciência Social sob o referencial teórico marxista”. Assim, percebe-se que, apesar da forte influência na consolidação de uma disciplina científica amparada pelo modelo da ciência moderna, novos modelos emergem da crise paradigmática propiciada pelos questionamentos à vertente positivista.

Ainda discorrendo acerca da CI enquanto campo científico e conjecturando depreender a pluralidade da área, Capurro (2003) apresenta três vertentes centrais que convergem, e ao mesmo tempo, opõem-se, são eles: o paradigma Físico, Cognitivo e Social. Os paradigmas apresentados podem ser percebidos, segundo o autor, no transcurso histórico da formação do campo,

Minha tese é que a CI nasce em meados do século XX com um paradigma físico, questionado por um enfoque cognitivo idealista e individualista, sendo este por sua vez substituído por um paradigma pragmático e social (CAPURRO, 2007, p. 3).

No cerne dessas vertentes apresentamos o paradigma social como insumo basilar neste trabalho, tendo em vista o avanço epistemológico em relação ao objeto de investigação do campo e a abertura para os estudos focados na necessidade social de disseminação e acesso à informação na construção do conhecimento, e ainda, na ressignificação da memória.

3.1 MEMÓRIA

Antes de aprofundarmos as discussões acerca da memória, para a instrumentalização desse estudo, convém ressaltar que acreditamos na concepção da memória como um elemento de coletividade constituído de sentido e respaldado pelo invólucro do tempo. Segundo Paul Ricoeur (2007), a memória é do passado, no entanto, é no presente que ela é ressignificada através dos restos e dos vestígios deixados pelos seres humanos ao longo de seu transcurso pela vida. Desde modo, a “memória é o presente do passado, o que é dito do tempo e de sua relação com a interioridade pode facilmente ser estendido a memória” (RICOEUR, 2007, p. 111).

Em conformidade com essa acepção, Maurice Halbwachs (2006, p. 91) corrobora: “a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada”. Assim, segundo os autores, a memória está intimamente relacionada ao tempo, mas, não necessariamente, ao cronológico.

É baseado nessa relação entre a memória e o tempo que Eduardo Murguia salienta a dinamicidade deste construto:

A memória não é uma entidade em estado de repouso. Ela se define como um ser em constante mutação, que se mostra em múltiplos arranjos e rearranjos com outras associações. O fato que a memória sendo uma construção histórica, no sentido de que sua ação é atualizada em situações concretas, faz com que ela adquira múltiplas fisionomias. Seu estado é de constante formação, mesmo porque o fim último dela seja a formação de identidades e identidades são também variadas (MURGUIA, 2010, p. 31)

Nessa mesma direção, Halbwachs (2006) ressalta que as lembranças se modificam constantemente, pois a relação estabelecida com os diversos ambientes coletivos está num processo contínuo de transformação, assim como a sociedade. Entretanto, é nesse cenário fluído da memória que, muitas vezes, ocorre o esquecimento.

Paul Ricoeur (2007) aponta a origem do esquecimento sob duas vertentes principais: o apagamento definitivo dos rastros ou um impedimento provisório. O primeiro pode ser considerado na perspectiva patológica, e o segundo, pela falta de elementos que contribuam para a reanimação da memória. Logo, recordar “ênfatiza o retorno à consciência despertada de um acontecimento reconhecido

como tendo ocorrido antes do momento em que este declara tê-lo sentido, percebido, sabido” (RICOEUR, 2007, p. 73).

Ainda no que se refere à busca de lembranças para a evocação, o autor assegura que ela “(...) comprova uma das finalidades principais do ato de memória, a saber, lutar contra o esquecimento, arrancar alguns fragmentos de lembrança à capacidade do tempo ao sepultamento do esquecimento.” (RICOEUR, 2007, p. 48).

Mencionando os escritos de Santo Agostinho acerca da memória e o esquecimento, Ricoeur ressalta que “sem nos lembrarmos do esquecimento não poderíamos absolutamente, ao ouvir esse nome, reconhecer a realidade que significa; se assim é, é a memória que retém o esquecimento”. Portanto, segundo o autor a memória é testemunha da existência do esquecimento, não há esquecimento se não houver lembrança (RICOEUR, 2007, p. 111).

Isto posto, o esquecimento é componente primordial da memória: para lembrar é necessário esquecer, pois o cérebro humano age involuntariamente preservando as lembranças significativas e descartando outras que aparentemente são irrelevantes. “Portanto, selecionar (esquecer) é uma condição determinante no processo de construção da memória, seja ela individual, coletiva, documentária, concreta ou virtual” (DODEBEI, 2010, p. 2).

Todavia, Olga Rodrigues de Moraes Von Simson destaca no artigo intitulado *Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento* (2007) que a contemporaneidade vem dificultando este processo natural de memória com a obrigatoriedade no consumo exacerbado de informação, o que vem ocasionando a perda do potencial seletivo do ser humano. Acerca da limitação desta capacidade, ela alega que “a perda do exercício desse poder de seleção nas sociedades atuais constitui o fator fundamental para a formação do que os profissionais da informação chamam de sociedades do esquecimento” (VON SIMSON, 2007, p. 2).

Ainda segundo a autora supracitada, o poder de seleção advém das práticas culturais,

é a cultura de uma sociedade que fornece os filtros através dos quais os indivíduos que nela vivem possam exercer o seu poder de seleção realizando as escolhas que determinam aquilo que será descartado e aquilo que precisa ser guardado ou retido pela memória porque, sendo operacional, poderá servir como experiência válida ou informação importante para decisões futuras (VON SIMSON, 2007, p. 2).

Apesar de o esquecimento ser uma prática recorrente da atividade humana, muitos estudiosos ressaltam o pressuposto de culpa neste ato involuntário, tal como Ricoeur (2007), Von Simson (2007) e Jeudy (2005). O primeiro autor discorre que os sujeitos agregam uma ambição veritativa à memória:

a de ser fiel ao passado; deste ponto de vista, as deficiências procedentes do esquecimento, [...] não devem ser tratadas de imediato como formas patológicas, como disfunções, mas como o avesso de sombra da região iluminada da memória, que nos liga ao que se passou antes que o transformássemos em memória (RICOEUR, 2007, p. 40).

Conduzir a memória a essa obrigação de lembrança ocorre porque ela é o “único recurso para significar o caráter passado daquilo de que declaramos nos lembrar”, porém, o que evocamos está envolto em um conjunto de elementos que apesar de aparentemente antagônicos são complementares: memória, esquecimento e imaginação (RICOEUR, 2007, p. 40).

Von Simpson (2007), por sua vez, transcorre acerca da necessidade contemporânea de lembrar, haja vista que esquecer na sociedade da informação é um erro imperdoável. No entanto, é devido a essa preeminência social que muitas vezes passamos pelo tempo sem vivê-lo plenamente, pois absolvemos tantos dados irrelevantes que o que realmente importa acaba sendo impedido de tornar-se memória.

Outrossim, Henri-Pierre Jeudy (2005) apresenta um posicionamento mais enfático e nostálgico ao tratar da obrigação de lembrança na atualidade. Para o autor, “não temos mais a liberdade de esquecer, pois isto seria um crime. Esquecer é ocultar, tal seria a nova regra de uma boa gestão de memórias. Censuramos as gerações que nos precederam por terem tão facilmente esquecido” (JEUDY, 2005, p. 15).

Neste processo de obrigação de lembrança, Murguia (2010, p. 123) ressalta a importância dos lugares de memória como elementos de cristalização e anuncia que o esquecimento está junto à memória: “é preciso não esquecer, por isso os monumentos e as imagens que muitas vezes elegemos como monumentos são guardadores da memória coletiva, lugares de memória”. Para Halbwachs (2006), a única forma de preservar a memória é fixá-la numa estrutura narrativa, visto que a materialidade perpassa gerações, enquanto as palavras e os pensamentos morrem com os seus guardiões.

Sob o ponto de vista de Le Goff (1990), o esquecimento é inevitável, mesmo havendo documentos e monumentos que atestam acontecimentos de outrora, pois a memória não é apenas um elemento de conquista, mas, sobretudo, um instrumento e um objeto de poder.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 426)

A manipulação da memória ocorre constantemente e pode ser intencional ou inocente. Desde a construção dos monumentos como forma de eternizar acontecimentos de um grupo até a ressignificação e a rememoração de certos lugares em preterimento a outros. Refletindo sobre a questão supracitada e trazendo a discussão acerca dos usos e abusos da memória, Paul Ricoeur (2007) apresenta os três níveis desse processo: a memória impedida, a memória manipulada e a memória obrigada.

A busca pela memória como elemento de coesão social e a necessidade de se estabelecerem as identidades, seja individual ou coletiva, fizeram o poder público produzir um excesso de patrimonialização que, muitas vezes, confunde a sociedade, já que nem sempre ela se sente contemplada e identificada com o seu Patrimônio Nacional. Assim, Henri-Pierre Jeudy (2005, p.15) aquiesce: “O dever de memória que hoje nos é imposto instaura um estado culpabilizante estimulado pela necessidade moral de rememoração”. Ademais, o autor suscita que a exibição dos vestígios de memória, não passa muitas vezes, de uma teatralização excessiva. Murguia (2010) complementa a assertiva apresentada por Jeudy (2005) afirmando que o dever de memória criou uma verdadeira máquina de patrimonialização, onde a lembrança é imposta como uma obrigação: não podemos esquecer.

Entretanto, mesmo com o uso e o abuso da memória, o ato de rememorar é essencial para que a sociedade se perceba e se identifique como seu Patrimônio Cultural. Consubstanciado desta vertente, Diehl (2002, p. 114) assevera: “O ato de rememorar produz sentido e significação através da ressubjetivação do sujeito e da re poetização do passado, produzindo uma nova estética do passado”. De tal modo, os lugares de memória são fundamentais como pontos de referência para a reconfiguração da memória, até mesmo porque “ela vai perdendo força, capacidade

explicativa, capacidade de informar, de tornar-se transparente”, logo, o exercício e a comemoração são extremamente relevantes para a cristalização da memória (DIEHL, 2002, p. 118).

É nesse cenário que surge a discussão da espacialidade como uma das características essenciais da memória, pois o ambiente está marcado por construções e significações que funcionam como elementos de evocação das lembranças. Paul Ricoeur (2007) elucida que o espaço contribui, *a priori*, com evocação das lembranças individuais, e *a posteriori*, com a formação da memória coletiva, posto que o compartilhamento e a rememoração, ligados aos lugares consagrados pela tradição, instauram uma aura simbólica que ocasiona na sua preservação.

Ainda segundo o autor, por ocasião dessas relações, foi estabelecida a noção de “lugares de memória”. Pierre Nora (1993, p. 12-13) alega que os “lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora”. Porém, ele enfatiza que os lugares estão assentados numa tríade que envolve o **material**, o **simbólico** e o **funcional**. Segundo Paul Ricoeur (2007), o primeiro fixa os lugares de memória em realidades dadas e manejáveis; o segundo está ligado ao campo da imaginação e garante a cristalização das lembranças; e o terceiro leva ao ritual, do qual a história tende a se destituir.

São lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, com um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança (NORA, 1993, p. 21-22).

Pierre Nora (1993, p. 19) evidencia que os lugares são essenciais para a preservação da memória e só existem porque não há outros meios: “se ainda habitássemos nossa memória, não precisaríamos consagrar-lhe lugares”. No entanto, essa memória representada pelos lugares é residual, pois a memória nunca mais poderá ser revivida, apenas (re)configurada, (re)significada, (re)apresentada. Nesse trajeto ineludível, Paul Ricoeur (2007, p. 415) afirma que é nesses espaços

“(...) que se cristaliza e se refugia a memória, mas se trata de uma memória dilacerada, cujo dilaceramento não é, na verdade, tão completo que a referência à memória possa ser apagada”.

Para findar a discussão acerca das tessituras fundamentais que engendram a memória, é de suma importância tratar das questões que envolvem a noção de individualidade e coletividade da memória. Paul Ricoeur (2007) em seus estudos busca apresentar a reflexibilidade e objetividade que impõem o dualismo entre memória individual e coletiva. Para o autor, “elas não se opõem no mesmo plano, mas em universos de discursos que se tornaram alheios um ao outro” (RICOEUR, 2007, p. 106).

O filósofo salienta que a memória parece em muitos momentos ser um elemento estritamente pessoal e individual, uma vez que ao lembrar-se, o sujeito recorda primeiramente de si, do seu passado. No entanto, Ricoeur tentando sair da oposição aparente entre os elementos, afirma que a memória decorre de um processo que envolve **‘o eu, os coletivos e os próximos’**. Portanto, na perspectiva do pesquisador, sem a coesão dos estados de consciência individuais não são formadas as entidades coletivas que visam conservar e recordar as lembranças comuns.

As duas séries de discussão anteriores sugerem uma mesma conclusão negativa: nem a sociologia da memória coletiva nem a fenomenologia da memória individual conseguem derivar da posição forte que ocupam respectivamente, a legitimidade aparente da tese adversa (RICOEUR, 2007, p. 134).

Nesse intento, o autor transpassa a tensão permanente entre memória individual e coletiva, apresentando a relação de reciprocidade inerente à ação de recordação. Assim, Ricoeur (2007, p. 24) deixa evidente em sua obra que o caminho percorrido envolve: “[...] ‘do que?’ Ao ‘quem?’ Passando pelo ‘como?’ – da lembrança à memória refletida, passando pela reminiscência”.

Em *Memória Coletiva*, Maurice Halbwachs traz alguns apontamentos relevantes à temática. Na sua obra, ele afirma que não existe memória individual, pois ninguém lembra sozinho, sempre haverá ‘o outro’ para ajudar na evocação. “Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos por nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem” (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Vale ressaltar, contudo, que para o autor, não só as pessoas contribuem para a evocação, lugares e objetos também podem ser elementos relevantes neste processo.

Ainda sobre a temática, Halbwachs (2006, p. 73) afirma que “conhecemos nossa memória pessoal apenas de dentro e a memória coletiva de fora, haveria entre uma e outra um grande contraste”. Para ele, a memória reflete a imagem do passado, e ao ser compartilhada promove a identificação dos sujeitos com o grupo. Desde modo, o cerne principal da discussão de Halbwachs está alicerçado na noção de que as lembranças do passado só ocorrem a partir dos ‘quadros sociais de memória’.

Eduardo Murguia, no livro *Memórias: um lugar de diálogo para arquivo, bibliotecas e museus* (2010), também apresenta alguns apontamentos relevantes ao debate. Segundo ele,

a memória pode, então, ser estudada do ponto de vista individual, o que é objeto principal das neurociências, e pode ser compreendida do ponto de vista de uma construção social em que grupos sociais criam um passado compartilhado com a ajuda do contexto social [...] (MURGUIA, 2010, p. 70).

O autor afirma que os diferentes modos de lembrar, correspondem ao grande universo de disputa de opiniões no cerne das ciências que possuem como objeto de investigação a memória. Todavia, ele pondera que certas oposições, e o modo como os pesquisadores as conduzem, não é o melhor caminho de operar com a interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade do campo. Para Murguia, (2010), os estudos estão sempre voltados para negações veritativas, tais como, bom x mau, viva x morta, imóvel x dinâmica. Nesse ínterim, ele propõe que os elementos sejam analisados no prisma de pontuar as interlocuções e as divergências, e nunca a sobreposição de um elemento em preterimento a outro.

Na Ciência da Informação uma das relações mais conflitantes está assentada no discurso entre a história e memória, haja vista as imbricações e entrelaçamentos entre estes dois campos, no que concerne ao desejo de memória.

Desde a antiguidade clássica a memória era tratada como elemento fundante das relações sociais, pois permitia à rememoração do passado à luz do presente. Segundo a origem mítica, *Mnemósine* é a genitora das musas, juntamente com Zeus. Ela dirige a função poética e possibilita aos autores a invocação das

lembranças dos heróis e dos acontecimentos de outrora, conforme salienta Murguia (2008, p. 86):

A cegueira, paradoxalmente, transforma o poeta em um vidente, capaz de enxergar além do presente, que é distração, em direção ao passado. É possuído por Mnemósine, que lhe permite revelar ao seu público as bases sobre as quais se apóia o presente e as grandezas e as fraquezas dos heróis modelo. Em breve, permite que os valores considerados alicerces sociais necessários sejam compartilhados. O papel da poesia no mundo grego se revela no momento “chave” de desligamento do processo da memória puramente interior para o registro escrito, que herda os traços da oralidade e de suas funções.

A memória evocada e disseminada começava a ser registrada e servia de referencial de conhecimento aos gregos. Destarte, a memória se entrelaçava ainda mais com a história, no entanto, diferentemente do que o senso comum propaga na contemporaneidade, elas não podem ser encaradas como sinônimos, apesar da linha tênue que as une.

Na obra *A história, a memória e o esquecimento* (2007), Paul Ricoeur busca contextualizar as relações através das aparentes oposições existentes no ato de lembrar e de suas limitações. Ele discute ainda, a apropriação do tempo e espaço, a construção e transmissão de uma memória social e dos desafios da historiografia. No que concerne à história e à memória, ele parte da demonstração de uma constituição simultânea e causal.

Após algumas interlocuções, Ricoeur (2007) afirma que a memória possibilita ao historiador a escrita da história e tem por finalidade a ação social. Segundo o autor, “a história visa não apenas ao vivente de outrora, na retaguarda do morto de hoje, mas ao ator da história decorrida, desde que se decida levar a sério os próprios atores” (RICOEUR, 2007, p. 396).

Estabelecendo um paralelo entre o desenvolvimento cruzado e concorrente Paul Ricoeur assevera:

De um lado, temos a tentação de dissolver o campo da memória no da história graças ao desenvolvimento de uma história da memória, considerada como um de seus objetos privilegiados; do outro, temos a resistência da memória a tal absorção graças à sua capacidade de se historicizar sob uma diversidade de figuras culturais. Uma passagem no limite, inversa da precedente, designa-se sob a forma de uma revolta da memória coletiva contra o que surge como uma tentativa de dominação sobre seu culto da lembrança (RICOEUR, 2007, p. 397).

Ciente da amplitude de tal discussão, Ricoeur (2007) continua a reflexão trazendo os imperativos das relações e afirmando que a memória apesar de servir a história tem a sua própria lógica, não sendo, portanto, reduzida a esta ciência.

Sintetizando as interlocuções e oposições apresentadas na obra de Paul Ricoeur acerca do debate história *versus* memória, podemos apreender três pontos centrais: o primeiro é dado pela relação de oposição entre o testemunho e o documento, uma vez que a confiança dada ao testemunho colide com a natureza indiciária do documento. O segundo, disparidade é a oposição evidente entre o imediatismo da reminiscência à construção da explanação histórica. Por fim, está o reconhecimento do passado e a representação deste mesmo passado, ou seja, a imediata fidelidade da memória vai de encontro com a intenção de verdade da história. Desde modo, não podemos acreditar na vertente na qual entende a memória como história (RICOEUR, 2007).

Corroborando com a discussão e trazendo novos apontamentos, Pierre Nora fomenta (1993).

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as interferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história liberta, e a torna sempre prosaica (NORA, 1993, p. 9).

Para o autor, memória e história são duas operações distintas apesar de apoiarem-se mutuamente. Ele vislumbra a memória como aspecto do presente, como vida, movimento no cerne dos grupos atuais, sempre aberta à dialética do ato de lembrar e esquecer. Já a história é apresentada como elemento do passado, reconstrução problemática do que já não existe mais. “A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (NORA, 1993, p. 9).

Pierre Nora (1993) implanta uma nova perspectiva ao trazer a este debate a questão dos lugares de memória. Ele afirma que existem dois tipos de memória, a tradicional, que é imediata, e a memória que se transforma à medida que passa pelo crivo da história. A partir do momento que a memória tradicional vai sendo diluída, é necessário criar representações para recordar algo que já foi vivido. É a partir desta vertente que o autor afirma que não há memória espontânea, os lugares de memória

são criados para ajudar a recordar acontecimentos pretéritos e possibilitar as gerações vindouras o estabelecimento das identidades.

Baseado na reflexão trazida por Nora (1993), Murguia (2010) afirma que a polaridade que une memória e História estaria mediada nos espaços de memória. Entretanto, ele questiona, a *posteriori*, se a história não seria, ela própria, lugar de memória: “[...] os lugares diluem as diferenças entre história e memória porque são eles o princípio e o fim dos discursos do passado (MURGUIA, 2010, p. 26).

Em *Memória coletiva* (2006,) Maurice Halbwachs também busca explicar a distinção entre memória e história dispendo de suas características centrais. A primeira se refere à memória no seu caráter múltiplo: existem muitas memórias coletivas, enquanto a história é única. Já o segundo ponto, traz à tona a discussão temporal: na memória não existe ruptura entre passado e presente, pois ela retém apenas o que está na consciência coletiva do grupo. Para a história, o tempo necessita de sistematização e de ultrapassar cada vez mais o limite de existência do grupal, ou seja, é necessário compreender a existência humana durante os séculos e sua evolução social.

Deste modo, Halbwachs (2006) suscita a ideia de que a história diz respeito ao passado, aquilo que está morto e que não volta mais. Já a memória é o presente vivo, atualizado e dinâmico.

Diante da reflexão dos autores é possível afirmar que, de certa forma, a memória e a história evocam o mesmo tempo – o passado – e trabalham com uma matéria-prima em comum, no entanto elas são opostas e difusas como salientam os teóricos supracitados. Para fins desta pesquisa, consubstanciamos da perspectiva da memória como o conjunto de lembranças sociais que estão num processo dinâmico de atualização⁶ e servem como construto básico na criação/consolidação das identidades. Nesse sentido, referentes são erguidos e institucionalizados para contribuir na evocação e socialização de acontecimentos e práticas culturais identificadoras de gerações pretéritas.

⁶ Insere-se nesta concepção o ato de lembrar e esquecer conforme foi destacado anteriormente.

3.1.1 Memória, Cultura e Identidade: estabelecendo as tessituras conceituais

A memória está intimamente relacionada à cultura, haja vista que ela ocorre de um contrato social e é através do compartilhamento entre os sujeitos que ela se firma enquanto memória social. Corroborando com esta vertente e trazendo novas relações Von Simson (2007, p. 2) declara:

Cultura é memória, pois é a cultura de uma sociedade que fornece os filtros através dos quais os indivíduos que nela vivem possam exercer o seu poder de seleção realizando as escolhas que determinam aquilo que será descartado e aquilo que precisa ser guardado ou retido pela memória porque, sendo operacional, poderá servir como experiência válida ou informação importante para decisões futuras.

Eduardo Murguia também compreende a memória como resultado de práticas culturais, pois o ato de lembrar está vinculado com o modo de agir das comunidades. Este pressuposto está embasado na perspectiva de que “o passado não está dado, mas, ao contrário, deve ser continuamente construído e apresentado” (MURGUIA, 2010, p. 70).

O termo cultura é amplamente discutido nas Ciências Sociais e apresenta múltiplas definições, no entanto, todas comungam com a perspectiva do ser humano como agente fundante da relação. Na obra *A idéia de Cultura*, Terry Eagleton (2005), filósofo inglês, elucida as várias acepções atribuídas ao termo, mas destaca a perspectiva da cultura sob o prisma da natureza, do cultivo agrícola, ou seja, daquilo que cresce naturalmente.

Tal direcionamento advém da etimologia do termo, entretanto, Eagleton busca em seu texto refletir a relação estabelecida entre o sujeito e a natureza, ponderando: “Se cultura significa cultivo, um cuidar ativo daquilo que cresce naturalmente, o termo sugere uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos no mundo e o que o mundo nos faz” (EAGLETON, 2005, p. 17).

O autor continua a discussão afirmando que os seres humanos vão construindo as relações socioculturais ao longo de suas vidas. São essas tessituras formadas que dão sentido a existência. Para o filósofo, “a cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar [...]” (EAGLETON, 2005, p.184).

A cultura, desta forma, liga-se ao conceito de identidade, pois aquilo que o sujeito vivencia e dissemina está envolto no conjunto de valores e práticas que ele acredita. Desta forma, ele se reconhece como parte do grupo e identifica-se com a história da comunidade. Edgar Morin (2007, p. 166), tratando do enredamento prolixo das relações humanas, afirma: “a cultura é, no seu princípio, a fonte geradora e regeneradora da complexidade das sociedades humanas”, pois ao mesmo tempo em que integra os indivíduos em sociedade, contribui no desenvolvimento de práticas individuais.

Tratar de cultura no sentido de defini-la é enraizar-se num mundo de vertentes infinitas, pois ao longo do desenvolvimento social, o termo foi ganhando novas competências, conforme ressalta Guattari e Rolnik na obra *Cultura: um conceito reacionário?*, publicada em 1986. Buscando abarcar as funcionalidades advindas da sociedade moderna, os autores conceituam da seguinte forma:

A cultura são todos os bens: todos os equipamentos (casas de cultura, etc), todas as pessoas (especialistas que trabalham nesse tipo de equipamento), todas as referências teóricas e ideológicas relativas a esse funcionamento, enfim, tudo que contribui para a produção de objetos semióticos (livros, filmes, etc), difundidos num mercado determinado de circulação monetária ou estatal. [...] A cultura não é apenas uma transmissão de informação cultural, uma transmissão de sistemas de modelização, mas é também uma maneira de as elites capitalísticas exporem o que eu chamaria de um mercado geral de poder. Não apenas poder sobre os objetos culturais, ou sobre as possibilidades de manipulá-los e criar algo, mas também poder de atribuir a si os objetos culturais como signo distintivo na relação social com os outros (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 17 e 20).

Findada a breve discussão conceitual, acreditamos na cultura como toda e qualquer manifestação humana, no modo dos sujeitos se relacionarem com o mundo, e ainda, com as crenças e valores compartilhados por um grupo. Isto posto, a cultura pode ser entendida como um bem simbólico, conforme aponta Marilena Chauí (1997), Henry-Pierre Jeuday (1990), Carlos Xavier de Azevedo Netto (2005) e Diana Farjalla Lima (1997).

É através da cultura que os referentes de cristalização da memória são criados e apropriados como forma de reconhecimento dentro de uma comunidade. Buscar preservar estes elementos é contribuir para a memória cultural das gerações vindouras, uma vez que a cultura não é estagnada. Segundo Azevedo Netto (2005), é a partir destes veículos que é estabelecida a relação entre o simbólico e o real.

Complementando a ideia acima, Henry-Pierre Jeuday, em *Memórias do social* (1990), afirma que “todo objeto pode ao mesmo tempo ser aprendido com um signo cultural, portador de uma dimensão simbólica eterna e funcionar como um traço mnésico” (JEUDAY, 1990, p. 121). Diante de tal assertiva, podemos afirmar que os aspectos culturais são alicerces fundamentais para a memória, porém, a interpretação do que deve servir de modelo parte da complexidade e subjetivação tipicamente humana. A esse respeito Lima (1997, p. 36) versa que “a (re) interpretação que se faz do produto cultural ao qualificá-lo na categoria de bem cultural é uma atribuição de valor, um juízo elaborado pelo campo cultural que o consigna como elemento possuidor de caráter diferencial”.

A preocupação da preservação dos bens culturais para a salvaguarda da memória urge na idade moderna com o objetivo de integrar toda a sociedade através dos elementos que os identificam e as práticas que proporcionam coesão. (EAGLETON, 2005). Desse modo, é possível presumir que a identidade cultural e a memória reforçam-se mutuamente.

A memória como sinal da cultura de um grupo apresenta evidências unívocas, dentre elas a própria noção de identidade. Segundo Stuart Hall (2006, p. 106), “a identificação é construída a partir do reconhecimento de algumas origens comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal”.

Assim, a identidade está intimamente relacionada à noção de reconhecimento, e, por conseguinte, de memória.

Considero o reconhecimento como pequeno milagre de memória. Enquanto milagre, também ele pode falhar. Mas quando ele se produz, sob os dedos que folheiam um álbum de fotos, ou quando do encontro inesperado de uma pessoa conhecida, ou quando da evocação, silenciosa de um ser ausente ou desaparecido para sempre, escapa o grito: É ela! é ele! [...] Todo o fazer-memória resume-se assim no reconhecimento (RICOEUR, 2007, p. 502).

Manuel Castells (1996, p. 22) aquiescendo dessa vertente pressupõe a identidade como o “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados [...] que prevaleceram sobre outras fontes de significado”. Desde modo, o autor assegura a identidade como fonte de significado e experiência de um grupo específico e suscita que este processo emerge da interação dos sujeitos com o espaço.

[...] a construção de identidade vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço (CASTELLS, 1996, p. 23).

A identidade é uma categoria extremamente complexa no cerne das Ciências Humanas e Sociais, entretanto, ela perpassa toda e qualquer discussão que envolve o homem. Ela não nasce junto com o sujeito, mas vai se moldando ao longo do tempo e das experiências compartilhadas. Assim, a identidade não é definida biologicamente, mas sim historicamente, por isso, não podemos assegurar a identidade no singular, pois ela é múltipla, constante e assume diferentes características ao longo da atividade humana.

Complementando essa perspectiva, podemos afirmar que a identidade é constantemente redefinida pela luta entre as forças do 'eu' e o 'outro'. "Nesses conflitos são forjadas/criadas/moldadas as identidades, sempre em contraposição a outras e em luta por sua aceitação. Afinal, não há como existir o "eu" sem o "outro", assim como as identidades não podem se manter estáticas", haja vista a diversidade social e a pluralidade cultural das sociedades contemporâneas (DARCIE, 2002, p. 3)

Stuart Hall, na obra *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), viceja a concepção de identidade envolta em três vértices, no que tange ao tempo, espaço e movimento histórico. O tempo e o espaço são coordenadas básicas e relacionam-se com os sistemas representativos que traduzem seu objeto em dimensões espaciais no transcurso histórico.

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico como a qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos (HALL, p. 2006, p. 109).

Na mesma obra, Hall (2006) apresenta o capítulo intitulado *Globalização*, no qual discute a crise identitária na contemporaneidade, mas, sobretudo, evoca o problema da identidade cultural frente a nova ordem econômica na qual propõem modelos massificados de consumo e comportamento. Diante disso, ele aponta algumas consequências inerentes às práticas atuais, dentre elas a desintegração

das identidades nacionais e as guerras culturais. Segundo Stuart Hall, as crises de identidade estão “deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros referenciais que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social” (HALL, 2006, p. 7).

Diante de tal cenário, a memória e as representações históricas da sociedade são basilares na introspecção dos sujeitos em busca do “eu”. A memória baseia-se essencialmente na afirmação de identidade, no entanto, é necessário enfatizar que a memória não pode ser entendida como um retrospecto do passado, ela é do presente e é neste momento que ela é (re)apresentada ao sujeito. A memória não visa à estagnação do homem a comportamentos pretéritos com a intenção de reviver culturas passadas, ela vislumbra ser um referente na construção e ressignificação de práticas contemporâneas no sentido de o homem se reconhecer e identificar-se com um grupo.

A esse respeito, Pollack (1992, p. 204) versa,

A memória é um elemento constituinte de sentido de sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade de coerência de uma pessoa de um grupo em sua reconstrução de si.

Portanto, segundo o autor, a memória é uma construção tanto individual como coletiva, pois é a partir do compartilhamento das lembranças e da concepção individual que a memória coletiva se firma enquanto um contrato social. Ao relacionar memória, cultura e identidade, devemos compreender que elas são inseparáveis, pois uma ocorre do ‘processamento’ da outra: a identidade se constrói a partir de referências exteriores e a memória a partir de algumas identificações, tudo envolto no contexto das práticas culturais.

Memória, identidade e Cultura são construídas a partir de um movimento contínuo e se renovam na cotidianidade dos grupos, ao mesmo tempo em que estão sujeitas à corrosão do tempo, ao esquecimento e à destruição. Logo, devemos pensar esses elementos como um processo em andamento, como uma coisa inacabada (FRAGOSO, 2008).

Corroborando acerca das tessituras existentes entre memória e identidade, Fernando Catrosa (2001) discute o cerne dessas relações afirmando a relevância da memória como instância colaboradora na formação das identidades. Diante de tal associação, o autor pondera que se a memória contribui na solidificação e

construção das identidades “a sua expressão coletiva também atua como instrumento e objeto de poder, quer mediante a seleção do que se recordar, quer do que, consciente ou inconscientemente, se silencia” (CATROSA, 2001, p. 19).

A memória possibilita a consolidação das identidades e conseqüentemente da formação da consciência cidadã. É a partir da construção e do compartilhamento das lembranças que os sujeitos se reconhecem como parte integrante de um grupo e luta contra a invisibilidade de sua classe.

a maneira como as pessoas percebem seu grupo, sua sociedade, seu modo de ver o mundo, são fatores que influenciam ações, atitudes, e posicionamentos sociopolítico-culturais. Sendo que as representações desse imaginário servem para justificar ou lutar pela alteração de um determinado projeto, seja ele político, social ou cultural. Nestas condições a memória representada deve ser compreendida como o modo pelo qual um indivíduo ou um agrupamento social relata sua maneira de ver a realidade; sempre remetendo este indivíduo (conscientemente ou não) as lutas pela legitimação de idéias, pela (re) definição de sua identidade, ou ainda, a processos de identificação (MAFFESOLI, 1996, p. 301 apud MORAES; SILVEIRA, 2009, p. 2427).

Na mesma direção, Von Simson (2007) salienta que o trabalho com a memória possibilita uma transformação na consciência dos seres humanos. A autora continua a sua reflexão assegurando que o compartilhamento de memórias constrói sólidas pontes de relacionamento que culminam na ação. Essa postura, segundo a pesquisadora, é uma estratégia valiosa nestes tempos em que tudo possui valor de troca. Portanto, é cada vez mais imprescindível a salvaguarda da memória, pois ela perpassa todos os aspectos da vida do homem em sociedade, principalmente na necessidade latente do sujeito em se reconhecer e lutar por seus ideais.

3.1.2 Memória e Patrimônio: buscando as interlocuções

Na obra *Memória, história e historiografia*, Fernando Catrosa (2001) elucida que não há representação mnemônica sem traço, ou seja, sem vestígios humanos produzidos involuntariamente ou pela vontade social. Nesse sentido, ele traz a discussão do monumento como “traço do passado”, evidenciando a proeminência simbólica desses bens na mediação do ato de lembrar. Para o autor, o monumento é um referente de memória essencial às sociedades contemporâneas e deve ser observado pelo seu potencial de recordar fatos de outrora e ressignificá-los no

presente. A existência desses traços contribui ainda para o fortalecimento da identidade cultural, pois aproxima os sujeitos na (re)construção de sua história.

Corroborando com essa vertente e trazendo novas interpretações, Eduardo Murguia fomenta:

A memória se cristaliza no traço, pelo vestígio, na materialidade do registro, na visibilidade da imagem. O que nós chamamos de memória, é de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar (MURGUIA, 2008, p. 38).

É importante destacar que os aparatos temporais utilizados por Fernando Catrosa (2001) devem ser vislumbrados numa perspectiva multidimensional, uma vez que a “relação entre a anterioridade do passado, a vivência do momento e a projeção que se deve introduzir é uma coisa só. É necessário transitar o tempo todo nessas três faixas, porque o bem cultural não se mede pelo tempo [...]” cronológico, conforme salienta Aloísio Magalhães em *E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil* (MAGALHAES, 1985, p. 75).

Desde as primeiras organizações sociais, o homem vem buscando as representações memorialísticas como forma de perpetuar as práticas e mitos de uma comunidade. Entretanto, só após a Revolução Francesa que o significado de patrimônio estendeu-se do privado para a noção de artefatos de referência na consolidação do Estado Nacional, conforme salienta José Gonçalves em *O patrimônio como categoria de pensamento* (2003).

Diante desse cenário, o patrimônio começa a ser indagado pelo seu potencial de salvaguarda da memória, despertando assim a necessidade dos sujeitos em compreender as manifestações culturais do seu passado vivo. No entanto, Henri-Pierre Jeudy (1990, p. 13) ressalta que, apesar da importância do patrimônio para a preservação da memória, “o patrimônio não é o depósito da memória. Se, se reduzisse a tal coisa, acabaria sendo um dos obstáculos ao movimento da memória”.

Na mesma perspectiva, Pierre Nora (1993) assevera que não existe memória sem referentes, os registros e monumentos são criados com a finalidade de rememorar. Deste modo, criam-se lugares para ancorar a memória, inibindo assim a destruição total da tradição e das práticas culturais de um povo. Vale ressaltar que

todo lugar de memória é assim denominado, pela investidura simbólica que lhe é atribuído.

Gonçalves retomando a reflexão acerca do patrimônio, afirma que na contemporaneidade múltiplas atribuições foram sendo incorporadas, no entanto ele busca acentuar a proeminência desses bens na conscientização social. Ou seja, a preservação da memória leva o sujeito a agir diante das adversidades contraditórias das relações sociais.

Os seres humanos usam seus símbolos, sobretudo para agir, e não somente para se comunicar. O Patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar idéias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio de certo modo, constrói, forma as pessoas (GONÇALVES, 2003, p. 27)

A salvaguarda do patrimônio amplia o senso de cidadania, no entanto é preciso propor utilidades práticas para esses bens. O uso viabiliza não só o conhecimento, formação, interação, mas, sobretudo, a noção de pertencimento e identificação. Azevedo Netto (2008) em seu texto acerca do Patrimônio Arqueológico explana a relevância do patrimônio e da noção de preservação para a consolidação da memória e identidade dos grupos socialmente constituídos. Entretanto, ele afirma que isso só ocorre quando a comunidade:

abandonar a postura passiva no processo de transferência da informação, passando a um papel ativo, de ator, em que, além da informação transferida pelos pesquisadores, eles constroem as referências de significação dessa informação. E essas mudanças posturais só são desencadeadas com uma metodologia própria que faça com que os atores sociais partilhem as informações patrimoniais e construam seus significados, permitindo a sua interlocução (AZEVEDO NETTO, 2008, p. 16).

Portanto, o autor menciona que o Patrimônio só faz sentido quando identificado e ressignificado pela sociedade, mediante o acesso à informação. É este construto que possibilita o compartilhamento das lembranças e a construção da memória. Assim, a informação insere-se como elemento fundante da relação Patrimônio x Memória.

3.2 INFORMAÇÃO: desvelando a relação com a memória e o patrimônio cultural

O conceito de informação é um dos grandes dilemas enfrentados pelos estudiosos em CI, pois, como afirmam Capurro e Hjørland (2007, p.11), “[...] quase toda disciplina científica usa o conceito de informação dentro de seu próprio contexto e com relação a fenômenos específicos”, o que acaba acentuando a polissemia do termo e dificultando a construção de um entendimento único para a área. No entanto, os autores supracitados esclarecem que a diversidade das acepções pode vir a ser interessante para o campo da Ciência da Informação, visto que essa pluralidade pode desencadear múltiplas possibilidades de pesquisa.

Neste trabalho, partimos da concepção teórica que entende a informação “como um fenômeno humano e social, que deriva de um sujeito que conhece, pensa, se emociona e interage com o mundo sensível à sua volta e a comunidade de sujeitos que comunicam entre si”. Portanto, comungamos com a compreensão qualitativa apontada por Armando Malheiro da Silva na obra *A Informação* (SILVA, 2006. p. 24).

Apontando alguns questionamentos acerca do conceito de informação, Marcos Galindo e Maria Cristina Oliveira (2008) posicionam-se contrários à definição desse elemento separadamente do contexto social. Para os autores, a informação exige uma interpretação da realidade, ela não pode ser concebida como um ente intangível ou até mesmo desvinculada de uma conjuntura. “A análise do uso social da informação procura conhecer a interdisciplinaridade e os efeitos da prática na socialização do conhecimento” (GALINDO; OLIVEIRA, 2008, p. 42).

Tendo ciência da proeminência de encarar a informação como um construto imerso num contexto social e buscando abarcar outras perspectivas, Yves-François Le Coadic (1996) discorre acerca da informação alegando tratar-se de um conhecimento materializado em suporte espacial-temporal. Ele acrescenta que este substrato é um fluído preciso, que só interessa se houver contínua produção, atualização e livre circulação. Diante dessa vertente, é possível inferir a relevância do tratamento, da organização e da disseminação para a construção do conhecimento. Fragoso (2008, p. 51) discorre que o posicionamento do autor demonstra “(...) o movimento ininterrupto informação/conhecimento no sentido da informação que gera conhecimento”.

Evidenciando a relação indissociável transposta acima, Farradane (1979) apresenta, na obra *The nature of information*, a perspectiva da informação como representação física do conhecimento. Ele incita que essa matéria prima é reconhecida por muitos autores como um sistema global que envolve pessoas, atitudes e necessidades. Ademais, defende a informação como um substituto físico do conhecimento.

Tendo como base as propostas de Zeman (1970) acerca da informação como realidade material a ser organizada, Fragoso (2008) assevera que “a informação é inseparável da matéria e tem como forma fundamental de existência, o espaço, o tempo e o movimento”. Esses três aspectos aproximam a informação da memória, já que ambas se baseiam na mesma existência (FRAGOSO, 2008, p. 51).

Vera Dodebei em *Informação, memória, conhecimento: convergência de campos conceituais* (2010) também suscita a aproximação indiscutível entre memória e informação, e afirma que esta interação não é uma prática recente, no entanto, é a partir do século XX que o mundo começa a ser vislumbrado como um espaço informacional e memorial. A autora prossegue:

Informação, memória e conhecimento são a face imaterial da economia representada pelo consumo de bens que transitam nas redes sociais ubíquas e, ao mesmo tempo, a face material dos percursos da valorização de bens culturais e da preservação de patrimônios (DODEBEI, 2010, p. 4).

Armando Malheiro da Silva (2006) assegura, no entanto, que a diferença entre memória e informação precisa ser apresentada com o intuito de fortalecer as relações e evidenciar as divergências, nunca, na intenção de sobrepor uma a outra. Isto posto, o autor assevera que a memória ocorre no âmbito social, já a informação, como um fenômeno humano e social. Corroborando com a discussão, Azevedo Netto consubstancia: a “informação só existe na presença do homem, como seu receptor, já que é nesta instância que se dá o reconhecimento da informação, mas incluindo aí o homem não só como indivíduo, mas também, como ser e ator social” (AZEVEDO NETTO, 2007, p. 4).

No que concerne à memória, Fragoso (2008, p. 52) discorre: é a “(...) capacidade de armazenar determinadas informações por um indivíduo, um grupo ou uma comunidade”. Em complementaridade com esta perspectiva, Azevedo Netto (2007, p. 9) garante que a memória deve ser compreendida, sobretudo, como o “encadeamento de elementos que remetem a um passado, real ou fantástico, e que

são dados na esfera da consciência individual ou, principalmente, coletiva, que é referendada no reconhecimento dos patrimônios culturais, recuperados”.

Nesse sentido, Fragoso reestabelece a relação entre informação e memória, elucidando que esse processo de troca ocorre através do compartilhamento dos fatos pretéritos e a sua ressignificação no presente. Para exemplificar a relação, a autora explica:

Uma das facetas dessa relação que merece destaque está relacionada aos processos de disseminação das informações patrimoniais, mais conhecida por educação patrimonial. Sob a ótica da informação enquanto documento de memória, pode-se observar a recuperação, tratamento e disponibilização da informação como referência de memória social (FRAGOSO, 2008, p. 52-53).

Azevedo Netto (2007, p. 16), no mesmo intento, complementa essa concepção assegurando que a relação entre informação e memória pode ser demonstrada pelo processo contínuo do fenômeno informacional, conforme segue: “Do dado se produz a informação, essa informação quando socializada é incorporada ao discurso de determinada comunidade e, a partir daí, passa a ser uma referência para o desenvolvimento desse mesmo grupo”. Em outros termos, o autor assevera que a informação, quando disseminada, tem papel ativo na construção da memória coletiva e no estabelecimento das identidades culturais.

[Informação] é aquele fenômeno em que há não só a produção de um bem simbólico, mas também sua disseminação e consumo, que implica na sua própria reprodução, já que a dimensão espacial é extremamente dinâmica, dentro da sua recontextualização. Vendo aí uma questão de identidade, já que a informação implica em significação, ela poderia estar restrita a setores ou segmentos culturais, que podem ser mais ou menos permeáveis, produzindo, assim, novos significados sobre a informação disseminada. (AZEVEDO NETTO, 2007, p. 6).

Diante do exposto, é possível verificar que a informação é fundamental no processo de consolidação da memória, no entanto, necessita de representações ou suportes informacionais para serem evidenciados e percebidos dentro do contexto social. A memória deve ser “transpassada por um universo simbólico dos mais significativos, mediante um processo de representação no qual são criados referentes para sua cristalização”, conforme assevera Azevedo Netto (2008, p. 12).

Nessa perspectiva, o patrimônio cultural é de suma relevância nesse transcurso, visto que a sua existência culmina num referencial de memória que é

mediado pela disseminação da informação. A informação representada e consubstanciada no patrimônio é denominada de “informação patrimonial”. O termo supracitado é definido por Fragoso (2008, p. 59) como sendo,

o conjunto de informações próprias do patrimônio cultural, que nasceu a partir de uma crítica à noção de patrimônio histórico e artístico, ampliando uma concepção de patrimônio não mais centrada em monumentos, mas numa relação da sociedade com a sua cultura.

Em seu artigo, *O patrimônio como categoria de pensamento*, José Reginaldo Gonçalves (2003, p. 21) alerta para a necessidade de ponderar o sentido de patrimônio no transcurso das pesquisas, pois ao longo do tempo o conceito foi sendo alterado, aquiescido com a nova ordem social advinda da modernização. Além disso, ele pondera que “o patrimônio está entre as palavras que usamos com mais frequência no cotidiano” para determinar ideias distintas; isso decore da confusão inerente entre o patrimônio como propriedade e elemento de autoconsciência cultural.

Nesse sentido, a presente pesquisa reafirma a opção em compreender o Patrimônio Cultural como bens materiais e simbólicos que são portadores de referências à identidade e à memória dos diferentes grupos e comunidades. Em linhas gerais, consubstanciamos da perspectiva de Lévi-Strauss (2001, p. 24) de que todo patrimônio é constituído de materialidade e de valor simbólico, sendo, portanto, um “conjunto único e coerente de manifestações múltiplas, complexas e profundamente interdependentes dos inúmeros componentes da cultura de um grupo social”.

Diante do exposto, é possível inferir que a informação patrimonial é constantemente resignificada, pois sua existência acompanha o desenvolvimento das ciências sociais e as relações dos sujeitos com sua cultura. A sua representação pode ser vislumbrada nos mais diversos tipos de suportes, dentre eles, destacamos os monumentos e documentos, que apesar da sua relação exequível possui particularidades que carecem de algumas reflexões.

Na obra *História e Memória*, Jacques Le Goff discute a noção de monumentos e documentos conjecturando a noção de memória. Ele pondera que o monumento é reconhecido pela capacidade de evocar o passado, haja vista que ele é reconhecido como vestígio humano de uma memória; já o documento é algo selecionado pelo historiador. Ele afirma que objetividade do documento opõe-se à intencionalidade do

monumento, além do que, ao longo dos anos o documento foi sendo justificado pelo seu caráter de testemunho escrito, ou seja, pela sua característica de comprovação (LE GOFF, 1994).

Apesar disso, o autor supracitado acaba assegurando que o monumento pode ser encarado sob a ótica do documento, todavia, ele deve sempre ser questionado quanto a sua intencionalidade. Neste íterim, Fuzzi (200-, p. 2) discorre: “o questionamento que se faz a um documento facilita os estudos diante de um monumento que se tornará um patrimônio e que conduzirá a estudos sobre uma identidade nacional específica”.

É a perspectiva do monumento enquanto documento que a aproxima da Ciência da Informação, conforme suscita Souza e Crippa (2010). Ainda segundo os autores, diversos estudiosos têm buscado evidenciar as possibilidades existentes quando o campo vislumbra o patrimônio cultural como um documento, ou seja, uma fonte de informação. “Em um sentido abrangente, estes autores defendem que se algo é informativo ou educativo para alguém ou um grupo de pessoas sobre alguma coisa, ele pode ser considerado um documento” (SOUZA; CRIPPA, 2010, p. 7).

Ainda discorrendo acerca do documento, é preciso enfatizar que a informação e o suporte são atributos essenciais a sua existência. Aquiescendo dessa assertiva, Costa e Orrico afirmam: “Todo documento possui informação, sendo toda informação constituída por alguma forma de linguagem constituída e constituidora de memória” (COSTA; ORRICO, 2007, p. 576).

A memória necessita de referenciais para sua cristalização como os monumentos e os documentos, entretanto, a função primordial desses elementos deve estar alicerçada na possibilidade de evocação do passado para consubstanciar no compartilhamento de memórias. Nesse sentido, Azevedo Netto (2005) salienta que a efetivação da memória só ocorre na medida em que as informações são difundidas pelos membros do grupo formando assim o sentido de identidade.

4 PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL

A instituição de memória deve ser essencialmente um livre convite à memória social constituída pelo acúmulo de vontades da memória coletiva. É um convite ao público de hoje como ao de amanhã, é um convite para a prática de uma memória da sociedade em um lugar social.

Gérard Namer

As primeiras discussões acerca do Patrimônio Cultural, no Brasil, têm início no começo do século XX, devido às constantes evasões de bens e obras de arte para outros países e a necessidade de autoafirmação da identidade brasileira, advinda dos preceitos da Semana de Arte Moderna⁷ em 1922.

A transferência e o descaso com os artefatos ocorriam pela falta de legislação que regulamentasse a obrigatoriedade da permanência dos bens no Brasil, e, sobretudo, pela falta de conscientização acerca da opulência desses objetos para a construção da identidade local e a ressignificação da memória social. Nesse período, o Brasil sofria grande influência dos países ricos, provocando, assim, a valorização de produtos estrangeiros e o descaso com a produção local.

No entanto, no artigo intitulado *O patrimônio como processo*, Willian Souza e Giulia Crippa destacam a relevância do Brasil no estabelecimento das políticas preservacionistas. Para os autores, é possível considerar “o Brasil como pioneiro país latino-americano a estabelecer uma legislação para a proteção do patrimônio histórico e artístico” (SOUZA; CRIPPA, 2011, p. 241).

As políticas públicas destinadas à preservação começam a ser sancionadas na década de 30, durante o governo do presidente Getúlio Vargas. É a partir deste momento que as questões referentes à identidade nacional assumem papel de destaque na sociedade. Nesta conjectura, foi criado o SPHAN⁸ (Serviço do Patrimônio Histórico Nacional), cujo intuito era de “promover, em todo o país, e de

⁷ A Semana de Arte Moderna teve como principal propósito renovar, transformar o contexto artístico e cultural urbano, tanto na literatura, quanto nas artes plásticas, na arquitetura e na música. Mudar, subverter uma produção artística, criar uma arte essencialmente brasileira, embora em sintonia com as novas tendências européias. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/artes/semana-de-arte-moderna/>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

⁸ A denominação IPHAN, como conhecemos atualmente, foi instituída em 6 de dezembro de 1994, através da medida provisória nº752, convalidada mensalmente nos seus efeitos e, definitivamente, pela Lei 9.649 de 27 de maio de 1998.

modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (SOUZA, 2006, p. 141).

Com o decorrer dos anos, a noção de Patrimônio Cultural foi sendo cada vez mais difundidas e novas definições foram sendo incorporadas a fim de atender ao processo de maturação e reconfiguração social advinda do desenvolvimento das relações dos sujeitos com sua memória. Esse cenário pode ser vislumbrado a partir da comparação entre os dispositivos legais da década de 30 e 80.

Nesse intuito, entende-se por Patrimônio o:

(...) conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

(...) os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
 I. as formas de expressão;
 II. os modos de criar, fazer e viver;
 III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Como podemos verificar, a legislação de 1988 amplia a ideia de patrimônio cultural enfatizando a “necessidade de preservação da identidade coletiva”, conforme analisa Rodrigues (2006, p. 12), na obra *O conceito de Patrimônio Cultural no Brasil*. Além disso, é incluída a noção de bens imateriais, com a intenção de destacar os aspectos ideais e valorativos das diferentes manifestações humanas. Sousa e Crippa (2010, p. 6) definem o Patrimônio Imaterial como “todo tipo de expressão, criação, saberes e fazeres que façam referência à identidade, à ação e à memória dos grupos sociais”.

O IPHAN (2006), por sua vez, baseia-se na definição da UNESCO, que afirma que o Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e sofre interferências contínuas do meio (ambiente, sociedade e história). Assegura, ainda, que a preservação é fundamental para gerar sentimento de identidade e continuidade do grupo, além de promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A concepção da imaterialidade do patrimônio começa a ser vislumbrada a partir de 1972, quando estudiosos da área solicitam a UNESCO a elaboração de instrumentos de proteção das manifestações populares de valor cultural. Nesse sentido, publicou-se a *Recomendação de Paris sobre a salvaguarda da Cultura Tradicional e popular* que propôs duas formas principais de disseminação para a preservação da cultura intangível: o registro documental das práticas e o posterior depósito em arquivos, bibliotecas e museus com o intuito de socializar as ações desenvolvidas para não correr risco de desaparecer junto com o grupo que o instituiu; e a segunda atividade era a difusão nas escolas, dando ênfase na diversidade cultural, proporcionando assim o respeito com as múltiplas manifestações sociais (SOUZA; CRIPPA, 2011).

Todavia, Souza e Crippa (2011, p. 240) ponderam que apesar da publicação do documento, poucas ações foram desenvolvidas, pois tratava-se de uma sugestão da UNESCO: “O texto é apenas uma recomendação, sem o compromisso dos países em realizar alguma mudança em suas políticas, o que realmente não aconteceu”. Na verdade, o Brasil foi um dos primeiros e poucos que decretaram uma legislação específica que garantia a preservação desses bens⁹.

Entretanto, apesar da incorporação desta nova concepção é preciso destacar que a divisão entre Patrimônio Material e Imaterial ocorre apenas de forma discursiva, pois na prática todo bem é composto de materialidade e tem sua proeminência efetivada na aura simbólica. Corroborando desta vertente Souza e Crippa (2011, p. 237) explicam: “Todo bem cultural possui ambas as características, demonstrando que tal oposição é apenas circunstancial e não sustenta na relação da sociedade com os seus produtos culturais”. Sem o simbolismo de sua representação, o patrimônio perde o sentido de existência.

Esclarecendo ainda mais este posicionamento, Oliven (2003, p.79 *apud* SOUZA; CRIPPA, 2011, p. 243) afirma:

Não há diferenças químicas entre a água benta e a água comum, um pedaço de tecido e uma bandeira, mas são tratados diferentemente pela carga simbólica adquirida na sociedade. Portanto, nesses casos, não é o suporte que justifica um bem ser visto como patrimônio cultural, mas os valores atribuídos a ele, apesar dos objetos merecerem ser preservados por constituírem um elemento do ato considerado intangível.

⁹ Instituída na Constituição Federal de 1988.

Corroborando com a discussão, Mário Ferreira Telles (2007, p. 46) destaca que a dimensão simbólica difere da material pela sua dinamicidade, uma vez que ela acompanha o movimento das relações sociais: “o patrimônio imaterial sofre constante mutação em virtude dos elementos inovadores que são incorporados em seu aspecto”. Todavia, ele pondera que todo simbolismo está impregnado em uma forma material para que possa vir a ser socializado, deste modo, o autor afirma que os elementos coexistem.

Todavia, apesar da aparente anuência entre os estudiosos da área, Souza e Crippa (2011, p. 243) salientam que o foco no processo de significação pressupõe de um diálogo contínuo com a sociedade, no intuito dos sujeitos compreenderem suas práticas culturais e difundir-las para que não seja esquecida no transcurso de suas atividades. “A dificuldade para superar a concepção dominante, principalmente no senso comum, evidencia-se ao verificarmos que os discursos patrimoniais estão inseridos em um contexto de objetivação cultural”.

Os autores supracitados destacam a todo o momento a proeminência da comunidade na preservação do patrimônio, todavia, eles apresentam alguns questionamentos acerca do processo de patrimonialização estabelecido pelo poder público. Para Souza e Crippa (2011), muitas vezes é imposto à sociedade os artefatos de memória, por isso o processo de educação patrimonial é ineficiente, pois falta o elemento mais importante: a identificação.

Nesse ínterim, eles defendem quem o acautelamento do patrimônio derive das comunidades, entretanto eles explicam:

Não que os grupos sociais que o mantêm devam antes classificá-lo nominalmente como patrimônio cultural e submetê-los aos mesmos processos realizados por esses especialistas/instituições, como isolamento, exposição, divulgação, mas que tenham atribuído um valor simbólico que o diferencie das demais obras, permitindo sua transmissão para as próximas gerações (SOUZA; CRIPPA, 2011, p. 245).

Para os autores, quando não há a solicitação de auxílio externo na promoção da cultura de um grupo, a atividade das instituições patrimoniais deve ser a de acompanhar e registrar, mas não de impor algum tipo de normatização, principalmente nas práticas denominadas imateriais.

Como fora dito, o surgimento da noção de imaterialidade ampliou a concepção de Patrimônio, visto que o foco sai dos monumentos de pedra e cal para

contemplar a relação da sociedade com a sua cultura. Segundo Azevedo Netto e Oliveira (2007), o Patrimônio sai da esfera unicamente material para ser observada pelo seu valor simbólico e imaterial.

A dilatação do conceito de Patrimônio modificou também as questões relativas à memória, já que os elementos simbólicos passaram a ser parte integrante do Patrimônio Nacional, constituindo, assim, um aumento significativo dos bens preservados e custodiados pelo Estado. Aquiescendo com a perspectiva material e simbólica do Patrimônio Cultural e citando Nora, Paul Ricoeur (2007, p. 417) assevera que:

por memória-patrimônio não se deve compreender tão-somente a ampliação brutal da noção e sua dilatação recente e problemática a todos os objetos testemunhas do passado nacional, porém, muito mais profundamente, a transformação em bem comum e em herança coletiva das apostas tradicionais da própria memória.

Outro ponto relevante à reflexão acerca da gênese do patrimônio está na relação indissociável com o poder conforme aponta Françoise Choay na obra *A Alegoria do Patrimônio* (2006). Para a autora, os bens denominados culturais demonstram o resultado de uma classe dominante, principalmente da Igreja e dos reinados europeus¹⁰. No entanto, ela pondera que o patrimônio histórico requer mais do que uma simples aprovação, “(...) ele requer um questionamento, porque se constitui de elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ele encerra” (CHOAY, 2006. p.12).

Em consenso com a noção apontada por Choay acerca do poder na constituição do Patrimônio, Ilza Fragoso defende: “embutida na ideia de patrimônio está a de preservação e de poder, porque o patrimônio foi criado para preservação que se resume no poder seletivo do que se quer preservar, omitir ou destruir” (FRAGOSO, 2008, p. 57).

Perpassando as discussões acerca do processo histórico e buscando refletir sobre o Patrimônio Cultural, sob a sua ótica representativa, comungamos com Alberto Sá (2005, p. 2), quando ele define o Patrimônio como “a tentativa de resgatar o passado e resgatar tudo que ele representa e valoriza diante da herança cultural, formando um elo entre as gerações”. Todavia, esse processo só ocorre quando o sujeito reconhece o Patrimônio pelo seu poder simbólico e representativo, daí a

¹⁰ O contexto de pesquisa de Françoise Choay é a Europa.

importância da informação no processo de ressignificação da memória. Em consonância, Fragoso (2008, p. 16) assegura: “A informação passa a ter um papel fundamental na conscientização de que o patrimônio cultural é um bem coletivo, isto é, de todos, e que precisa ser preservado para um bem comum”.

Na obra *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*, Regina Abreu e Mário Chagas (2003, p. 65) asseguram que a função de memória do Patrimônio Cultural só será deflagrada quando “a ação de proteger for precedida pelas ações de identificar e documentar, seguida pelas ações de promover e difundir, que viabilizam a reapropriação simbólica [...] e funcional dos bens preservados”. Eles afirmam ainda, que:

Todas essas ações encontram-se fundamentadas em critérios não apenas técnicos, mas também políticos, visto que a “representatividade” dos bens, em termos da diversidade social e cultural do país, é essencial para que a função de patrimônio realize-se, no sentido de que os diferentes grupos sociais possam se reconhecer nesse repertório. [...]. É necessário, além disso, uma mudança de procedimentos, com o propósito de abrir espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de seu patrimônio cultural (ABREU; CHAGAS, 2003, p. 65).

Outrossim, a preservação pode ser vislumbrada como uma prática social que “implica num processo de interpretação da cultura, como produção não apenas material como também simbólica, portadora, no caso dos patrimônios nacionais, de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos” (ABREU; CHAGAS, 2003, p. 67).

Nesse contexto, vale ressaltar a importância da informação no processo de preservação do Patrimônio Cultural, pois tanto os elementos simbólicos quanto o material necessitam de representações que ajudem a identificar o bem preservado para consubstanciar na partilha de experiências, que ocasionará na construção da memória coletiva. Destarte, Fragoso corrobora:

A informação é o principal instrumento de preservação. A informação desvenda, exterioriza a memória. Nesse sentido, a informação conduz ao conhecimento e este à transformação, ou seja, à educação. A questão da preservação é também uma questão de educação, de conscientização que se efetiva como fruto da informação. Preservação também pressupõe a conscientização (FRAGOSO, 2008, p. 56).

Diante dessa necessidade de informação, foi estabelecido na legislação brasileira o processo de inventário e registro a fim de preservar os bens da nação.

Assim, antes de qualquer ação de identificação e preservação de bens materiais, é necessário abrir um processo de tombamento, que precede de um registro; e nos bens imateriais, é efetuado registro em livros específicos, de acordo com a legislação 3551/2000.

O tombamento e registro são as principais formas de preservação do patrimônio, visto que é agregado a ele o potencial simbólico de ser vislumbrado como vestígio de memória. Segundo o IPHAN (2006), o tombamento consiste em um ato administrativo que visa à salvaguarda dos bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição desses artefatos. A sua efetivação foi suscitada pelo Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

O ato de registro é uma das atividades primordiais para a proteção do Patrimônio Cultural, principalmente para o imaterial, já que essa é a ação que configura a preservação, diferentemente do material, em que ainda há o processo de tombamento. Segundo o IPHAN (2006), o registro dos bens imateriais:

corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural. Isso significa documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o Patrimônio Imaterial no Brasil: legislação e políticas estaduais passado e o presente da manifestação e suas diferentes versões, tornando essas informações amplamente **acessíveis ao público**. [...] Vem favorecer um amplo **processo de conhecimento, comunicação, expressão de aspirações e reivindicações entre diversos grupos sociais**. O registro é, antes de tudo, uma forma de reconhecimento e busca a valorização desses bens, sendo visto mesmo como um instrumento legal (IPHAN, 2006, p. 22, grifo nosso).

O registro dos bens imateriais foi recomendado depois de inúmeras discussões acerca da preservação da memória social, no entanto, a legislação que regulamenta a obrigatoriedade dessa atividade só foi instituída, na prática, em 4 de agosto de 2000, pelo decreto 3551.

Segundo Lévi-Strauss (2001, p. 26), o decreto trouxe a solução do problema ao integrar, "(...) num mesmo dispositivo, a prodigiosa diversidade e a infinidade de aspectos das inúmeras criações culturais reunidas na denominação genérica e cômoda, mas certamente simplificadora, de patrimônio imaterial".

Vale ressaltar que a dinamicidade do Patrimônio Imaterial e as interferências que ele recebe é um dos grandes problemas na sua preservação, pois a prática que

foi descrita logo se transforma, ficando ultrapassada e perdendo o sentido para a comunidade.

Gonçalves (2003, p. 24) destaca que a realização do registro foi promulgada no sentido de materializar essas práticas e representações, para que não se percam ao longo do tempo. Contudo, também está previsto um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações, portanto, cabe à sociedade contribuir com a atualização dos bens registrados.

Em resposta às críticas sobre a ineficiência do registro para a preservação da memória imaterial, Lévi-Strauss (2001, p. 27) esclarece veementemente: “modos de vida, valores e representações sempre evoluíram e continuarão a fazê-lo e, se uma comunidade abandona uma prática social, não há como se opor. O que pode ser feito [...] é inventariar, estudar e conservar (...)”.

Destarte, não podemos engessar as informações patrimoniais como verdades únicas e absolutas, pois assim como a memória, o patrimônio é passível de interpretações e transformações motivadas pela interferência e ressignificação da sociedade. O importante é fomentar a busca pela preservação da memória, respeitando o seu processo dinâmico, e propiciando pontes entre a sociedade e o seu Patrimônio Cultural, de forma a difundir elementos que possam contribuir com a identidade dos grupos.

O registro é fundamental em qualquer instância de acautelamento, nesse sentido, partimos agora a dissertar sobre o procedimento de preservação do patrimônio material, a partir da legislação específica.

4.1 DISPOSITIVOS LEGAIS ACERCA DO PATRIMONIO CULTURAL: verificando a legislação no que tange ao processo de tombamento

Como fora mencionado anteriormente, a salvaguarda do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural está alicerçada em legislações específicas a fim de proporcionar maior rigor no cumprimento das ações protecionistas e, sobretudo, visando a direcionar a metodologia no tratamento e salvaguarda dos bens.

No Brasil, os dispositivos ganharam notoriedade após a criação do IPHAN¹¹ e a subsequente popularização da necessidade de preservação dos bens representativos à nação. Neste intento e buscando normatizar as ações de acautelamento, foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o qual designa o Patrimônio como o conjunto dos bens móveis e imóveis de interesse público, que possuem excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

No decreto foi estabelecido o processo de tombamento como estratégia de preservação dos bens culturais. Essa metodologia consistia na inscrição dos bens em quatro livros centrais: 1) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) no Livro do Tombo Histórico; 3) Livro do Tombo das Belas Artes; 4) Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

O tombamento ocorreria de forma voluntária ou compulsoriamente. No primeiro caso, o proprietário apresenta anuência na solicitação das agências de fomento ou ele próprio tem pretensão nesse procedimento e apresenta uma proposta que será julgada pelos órgãos competentes. No segundo caso, há recusa na inscrição por parte do proprietário, logo é aberto um processo para que seja formalmente negado e apresentadas as razões para essa impugnação, se não houver resposta no prazo de quinze dias ou se forem julgados como improcedentes os motivos, o bem será inscrito mesmo sem autorização.

Apesar de toda esta conduta, a lei supracitada não transparece a formação processual para o tombamento dos bens de forma geral. Essa necessidade surge depois de algumas décadas devido à carência na adoção de procedimentos normativos para a instauração dos processos de tombamento. Assim, em 11 de setembro de 1986, a portaria interna de nº 11 é sancionada trazendo a obrigatoriedade de um estudo minucioso acerca do bem¹², do seu entorno, dos objetos que o compõem e a apreciação do mérito de valor cultural. Caso se trate de um bem móvel, deve-se apresentar além da proposta de tombamento, uma descrição pormenorizada do objeto com todas as suas dimensões, material utilizado na sua feitura, estado de

¹¹ Na época, denominava-se SPHAN.

¹² Insere-se no estudo a verificação de todos os elementos externos e internos. Além disso, leva-se em consideração toda a documentação comprobatória de localização, propriedade, certidões, fotografias, plantas, etc.

conservação, documentação fotográfica, localização, proprietário e análise de valor cultural para o país¹³.

Essas informações são de suma relevância no processo de educação patrimonial, visto que são elementos essenciais no estabelecimento de pesquisas e estudos aprofundados acerca dos bens tombados, além do mais, são referências importantes no processo de ressignificação da memória.

Acerca da educação patrimonial, vale ressaltar que não houve qualquer menção efetiva sobre a sua realização em nenhum dos dispositivos mencionados. Segundo o decreto nº 25, de 1937, caberá à união expor obras históricas e artísticas no Museu Nacional e apoiar a abertura de outros espaços nos estados e municípios. Entretanto, em nenhum momento a lei apresenta a necessidade de políticas públicas de inserção cultural e nem a preocupação com aqueles bens que não são passíveis a transporte pela sua imobilidade. A respeito das políticas públicas, Victor Hugo Mori *et al* (2006, p. 72) suscitam: “planejamento e legislação são apenas instrumentos de ação, que facilitam ou dificultam certos efeitos, mas que pouco valem sem políticas públicas legítimas, consistentes e integradas”.

A responsabilidade de incutir políticas culturais a partir dos acervos tombados/registrados só surge com veemência após a Constituição Federal Brasileira de 1988, antes desse período, essa necessidade de disseminação do valor do patrimônio à sociedade é percebida nas ações do IPHAN, e nos dispositivos internos que foram sendo adaptados no transcurso de suas atividades.

Atualmente, cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a missão de “promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro visando fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País” (IPHAN, 2012, p. 1). Ademais, é finalidade do órgão além da preservação, proteção e fiscalização, a promoção de pesquisas visando à disseminação de informações relevantes ao estudo do patrimônio cultural.

Com esta nova acepção advinda da Constituição Federal de 1988 e com as recentes demandas sociais acerca da obrigatoriedade de transparência pública, percebe-se também uma maior rigidez nos procedimentos de tombamento/registro

¹³ A portaria na íntegra se encontra no anexo A.

com o preenchimento de documentos específicos e a formação de um processo, cenário que pode ser facilmente comprovado ao analisarmos o decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, acerca do registro dos bens imateriais.

Em nível estadual, a legislação segue o mesmo intento, todavia, com algumas particularidades relevantes à pesquisa. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba é criado pelo decreto estadual nº 5.255, de 31 de março de 1971, e tem por finalidade a preservação dos bens culturais existentes no estado que não estão sob acautelamento do IPHAN. Para tanto, o dispositivo que dispõe acerca dos procedimentos adotados para o tombamento só é sancionado em 24 de outubro de 1978, trata-se do decreto-lei nº 7.819.

Observando o texto apresentado no documento, é possível verificarmos a preocupação recorrente com a preservação dos aspectos físicos do patrimônio, o que é completamente aceitável se analisarmos o contexto histórico da promulgação da lei. No que se refere aos procedimentos adotados ao tombamento, o IPHAEP foi preciso ao transpor no artigo 40 a metodologia utilizada: “o pedido de tombamento será encaminhado pelo IPHAEP com exposição de motivos ao secretário da educação e cultura e sancionado através de decreto pelo governador do Estado [...]” (PARAÍBA, 1978).

Contudo, apesar de ter evidenciado o procedimento necessário ao tomo, a lei não estabelece a responsabilidade final da decisão e nem a preeminência de uma ordenação documental, o que causou muita confusão e demora na salvaguarda dos bens. Nessa perspectiva, Oliveira elucida:

As propostas de tombamento eram as mais diversas possíveis e geravam problemas tais como: a quem competia a palavra final do tombamento? Ficou decidido que caberia ao conselho de cultura essa palavra final. A falta de uma legislação estadual para fazer os efeitos do tombamento valerem gerou um fato que pode servir de exemplo: a proposta de tombamento da Academia Paraibana de Letras, aprovada pelo conselho em 1974, porém só é concretizado em 1980 (OLIVEIRA, 2009, p. 62).

O dispositivo jurídico que determinava a estrutura organizacional do IPHAEP e o regimento interno só foram sancionados na década de 90, o que acabou gerando alguns problemas no desenvolvimento das atividades, como o atraso de inúmeros processos e a invisibilidade do Instituto a nível local.

Entretanto, com a formalização da estrutura e percebendo a necessidade de transparência nas ações desenvolvidas, foi instituído como norma interna pela

diretora executiva do IPHAEP, Dra. Eulina de Almeida Lira Nóbrega (1997-1998), a formação obrigatória de um processo¹⁴ e o devido arquivamento para possíveis contestações e como fonte de informação para estudiosos e pesquisadores.

Nessa perspectiva, Almir Felix de Oliveira (2009, p. 71) destaca:

Pela primeira vez, era construído um processo formal (corpo documental) de tombamento, diferentemente dos tombamentos anteriores. A partir deste, ter-se-ia um registro real dos motivos que levaram ou não ao tombamento de um determinado bem.

Apesar do avanço no que tange à questão documental, as práticas de educação patrimonial e a percepção do patrimônio como unidade simbólica na construção da memória e identidade só começam a ser efetivadas e respaldadas no IPHAEP a partir da lei 9.040, de 30 de dezembro de 2009, seguindo a tendência nacional. Segundo o dispositivo, o órgão tem a função de “promover a realização de ações educativas de identificação, valorização e proteção dos bens culturais junto à sociedade e a instituições de natureza pública ou privada” (PARAÍBA, 2009).

Após a breve discussão acerca dos dispositivos legais que norteiam a preservação dos bens culturais no Brasil e no estado da Paraíba, é possível perceber que aos poucos o poder público vem ampliando a concepção de Patrimônio e buscando alternativas para aproximar a sociedade civil das ações de acautelamento. Para tanto, faz-se necessário, ainda, a verificação de como as agências de preservação vêm fazendo uso das informações patrimoniais existentes nos processos de tombamento na ressignificação da memória social.

¹⁴ Listagem dos documentos necessários ao tombamento no IPHAEP se encontra no anexo B.

5 ANÁLISE DOS PROCESSOS

Em se tratando de passado temos um patrimônio que agrupa pessoas e acontecimentos que testemunham períodos vividos. São memórias que profissionais e instituições credenciam como patrimônio: preservando-os, recuperando-os e conservando-os.

Fátima Araripe

Segundo Heloísa Liberalli Belloto (2002, p. 80), processo pode ser considerado uma “unidade documental em que se reúnem oficialmente documentos de natureza diversa no decurso de uma ação administrativa ou judiciária, formando um conjunto materialmente indivisível”. Desse modo, o processo é formado por diversas tipologias a fim de atender a sua função de criação.

Conforme foi destacado, no percurso metodológico serão descritos seis (06) processos caracterizados como bens móveis e um (1) delimitado como bem imóvel e integrado. Visando o cotejamento dos processos, as informações serão apresentadas em quadro comparativo para melhor visualização dos desdobramentos processuais. Todavia, vale destacar que o percurso desses processos são distintos devido aos tramites decorrerem naturalmente das ações interpostas.

No conjunto classificado como **Paisagístico**, destacamos o Vale dos Dinossauros (IPHAEP) e as Itacoatiaras do Rio Inzá (IPHAN). Este segundo, possui dois volumes, visto a necessidade de ratificação do processo de tombamento, cinquenta e três anos (53) após ser sancionado.

Quadro 2 - Conjunto paisagístico

Vale dos Dinossauros (IPHAEP)		Itacoatiaras do Rio Inzá (IPHAN)	
Nº Processo:	003/2004	Nº Processo	0330-T-43
Iniciado em:	12 de janeiro de 2004	Iniciado em:	22 de dezembro de 1943
Sancionado em:	30 de junho de 2004	Sancionado em:	29 de maio de 1944
Volume único		Volume I	
Capa com informações relativas ao processo;		Capa com informações relativas ao processo;	
Ofício de solicitação da Prefeitura de Souza para o procedimento de registro e tombamento;		Ofício do diretor do Museu Nacional após receber informações de um pesquisador local sobre a falta de	

	proteção dos registros;
Laudo técnico de pesquisador local;	Relatório técnico de pesquisador local;
Documento enviado pela Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos que justifica o espaço como Patrimônio Natural da Humanidade;	Ofício emitido pelo IPHAN ao solicitante, requerendo informações específicas do bem;
Documento apresentando novas justificativas e recomendações para tombamento do sítio paleontológico de um especialista;	Ofício em resposta com os dados anexados;
Ficha de pesquisa;	Notificação para a proprietária informando a intenção de tombamento da região;
Despacho do diretor executivo do IPHAEP solicitando a apresentação dos relatórios ao chefe de divisão de sítios históricos e ecológicos;	Ofício enviado ao prefeito da cidade solicitando a entrega da notificação à proprietária;
Proposta de alteração do projeto de tombamento ¹⁵ ;	Ofício da prefeitura de Ingá encaminhando a notificação assinada pela proprietária e sugerindo a colocação de uma placa para identificar o local como pertencente ao Patrimônio Nacional;
Dossiê composto por reportagens jornalísticas e científicas;	Documento da proprietária com a anuência ao tombamento;
Folha de despacho sugerindo análise e parecer acerca do tombamento;	Folha de despacho com o número de inscrição das Itacoatiaras do Ingá no livro de belas artes e no livro histórico;
Parecer Técnico de representantes da SUDEMA apontando a necessidade de tombamento do Vale dos Dinossauros;	Telegrama encaminhado à Sociedade Paraibana de História natural explicando a intenção no acautelamento na região pelo IPHAN;
Folha de despacho propondo apreciação do processo por parte do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais (CONPEC);	Telegrama encaminhado ao Governador do Estado da Paraíba solicitando parceria na proteção do bem tombado;
Mapa da região tombada;	Telegrama comunicando ao Sr. Ayrton Carvalho ¹⁶ a necessidade de proteção da região, uma vez que exploradores de pedra estão danificando a área. Ademais, o diretor do IPHAN solicita uma proposta para a resolução do problema;
Ata de reunião do CONPEC e a decisão favorável ao tombamento;	Correspondências enviadas e recebidas sobre a depredação recorrente da região;
Ofício encaminhado ao solicitante do tombamento apresentando a deliberação do CONPEC;	Certidão de Inscrição em livro de tomo. ¹⁷

¹⁵ Para Carlos A. Azevedo, o Vale dos Dinossauros deveria transpassar o conceito de sítio paleontológico para o de “paisagens culturais”. Segundo o proponente, essa concepção seria mais aprazível à sociedade e possibilitaria uma ampliação da região a ser tombada, respeitando assim toda a integridade paisagística.

¹⁶ Chefe do 1º Distrito Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

¹⁷ Cópia do documento no anexo C.

	Volume II
Documento de deliberação de tombamento ¹⁸ ;	
Decreto de tombamento ¹⁹ ;	Capa com informações relativas ao processo;
Diário Oficial do Estado da Paraíba com a homologação	Memorando encaminhado ao chefe de arquivo e a proprietária das terras onde estão localizadas as Itacoatiaras do Ingá informando a abertura de novo volume devido à necessidade de ratificação de algumas informações;
Mapa da região tombada;	Memorando solicitando a ratificação ao processo de tombamento, haja vista o reconhecimento nacional de seu valor arqueológico;
Cópia da correspondência enviada ao solicitante com os documentos de tombamento;	Memorando anunciando a abertura do novo volume do processo denominado “Itacoatiaras do Rio Ingá, município de Ingá, estado da Paraíba – rerratificação de tombamento” visando corrigir falhas do processo anterior;
Lista de contatos.	Memorando da superintendência Regional do IPHAN detalhando o procedimento de pesquisa bibliográfica, documental e de campo para ampliar as informações sobre as Itacoatiaras;
	Memorando reiterando o pedido de instrução do processo anterior;
	Carta anunciando a “força tarefa para tentar salvar a Pedra de Ingá”, texto escrito pelo Jornal Correio da Paraíba;

Fonte: Dados da pesquisa – elaborado pela pesquisadora

O conjunto classificado como **Urbanístico/Cidade**, traz os processos de tombamento da cidade de Mamanguape (IPHAEP) e da Cidade de Areia (IPHAN). Ambos os processos apresentam dois volumes cada, todavia, o de Mamanguape apresenta uma particularidade: quando a cidade foi tombada não existia a necessidade de formação processual, logo, é o processo de delimitação que é usado nas pesquisas acerca do tombamento da região, segundo informações prestadas pela coordenadoria do IPHAEP.

Já no que tange ao processo de Areia, o estudo minucioso dispensado à delimitação do tombamento fez emergir o II volume que tem característica de continuidade.

¹⁸ Cópia do documento no anexo D.

¹⁹ Cópia do documento no anexo E.

Quadro 3 - Conjunto Urbanístico/Cidade

Cidade de Mamanguape (delimitação do Centro Histórico) (IPHAEP)		Cidade de Areia (IPHAN)	
Nº Processo:	0024/2003	Nº Processo	1489 – T – 02
Iniciado em:	07 de agosto de 2003	Iniciado em:	20 de julho de 2001
Sancionado em:	13 de maio de 2004	Sancionado em:	07 de janeiro de 2008
Volume I		Volume I	
Capa com informações relativas ao processo;		Capa com informações relativas ao processo;	
Memorando solicitando a abertura do processo de tombamento da área, designando os técnicos e a data da viagem para levantamento das informações;		Solicitação de tombamento (nacional) enviada pelo presidente da Associação dos Amigos de Areia – AMAR – ao Ministério da Cultura;	
Folha de despacho solicitando da coordenadoria de assuntos históricos, artísticos e culturais a indicação dos bens representativos da cidade de Mamanguape;		Diário Oficial do estado da Paraíba apontando o tombamento da cidade de Areia pelo IPHAEP em 1979 e Mapa da região sob acautelamento do órgão;	
Folha de despacho apresentando detalhadamente os bens culturais da cidade e a descrição histórica de cada item;		Ofício do governador da Paraíba ao ministro de Cultura afirmando consonância a solicitação de tombamento realizada pela 'AMAR' e reiterando a importância da cidade no cenário nacional;	
Relatório das primeiras viagens, incluindo as primeiras ações de conscientização da população no que tange à proteção dos bens;		Ofício da prefeitura municipal de Areia apontando a relevância histórica e cultural da cidade e apoio à solicitação da 'AMAR';	
Diário Oficial com o tombamento da cidade em 1979;		Ofício do chefe de gabinete encaminhando a documentação para apreciação do presidente do IPHAN;	
Parecer declarando a legalidade e/ou aplicabilidade do Instituto de Tombamento para garantir a preservação dos bens;		Memorando encaminhando documentação ao setor responsável pelo tombamento;	
Levantamento geográfico, socioeconômico e histórico-cultural da cidade de Mamanguape, realizado em 1978 para indicar a necessidade de tombamento (documentos em anexo com descrição pormenorizada, fotografias e levantamento cartográfico);		Memorandos instruindo o processo dentro do órgão;	
Relação dos bens imóveis cadastrados pelo		Ofício avisando sobre a abertura do processo de	

IPHAEP no município de Mamanguape;	tombamento para o presidente da 'AMAR' e solicitando ajuda na instrução do processo;
Relatório da delimitação do centro histórico de Mamanguape ²⁰ ;	Memorando com informações sobre a visita técnica a cidade de Areia e relatório com os dados da pesquisa (anexa ao memorando);
Documento apresentando observações importantes para a manutenção do Patrimônio local: participação da sociedade civil organizada na manutenção dos bens, acompanhamento do IPHAEP, educação patrimonial, viabilização de pesquisas acerca da necessidade de salvaguarda dos bens culturais, políticas de preservação, etc;	Memorando informando ao superintendente da 5ª Regional a abertura do processo e a necessidade de auxílio durante a instrução processual, já que foram encontradas algumas dificuldades (resistência dos moradores ao tombamento);
Ata de reunião do CONPEC ²¹ acerca da delimitação do centro histórico de Mamanguape;	Estudo de tombamento do conjunto histórico e urbanístico da cidade de Areia e mapas ilustrativos;
Ata de reunião do COMPEC aprovando a delimitação;	Memorando enviado da superintendência regional do IPHAN para o coordenador técnico de proteção da mesma instituição, informando o término da instrução e a relevância da cidade no âmbito histórico e urbanístico;
Aprovação do Conselho acerca da delimitação do centro histórico;	Memorando do coordenador técnico de proteção do IPHAN para a Presidência do órgão afirmando o término da instrução e a revisão dos elementos técnicos; Parecer técnico (anexa ao memorando);
Documento de deliberação de tombamento;	Memorandos solicitando revisão e descrição minuciosa da área a ser tombada;
Documento apresentando anuência da prefeitura de Mamanguape sobre a deliberação do IPHAEP;	Memorando com Laudo técnico e proposta de área para tombamento;
Decreto de delimitação do centro histórico de Mamanguape;	Memorando da presidente do IPHAN solicitando da superintendência regional nova avaliação e descrição da área a ser tombada ²² ;
Ofício apresentando ao secretário de educação e cultura do Estado da Paraíba os documentos oficiais da delimitação da cidade: cópia da ata e	Documento apresentando descrição da área a ser tombada;

²⁰ Documento no anexo F. Vale salientar o discurso da proponente apresentando a cidade como resultado das relações sociais e a importância de manter as características básicas da região a fim de contribuir na constituição das identidades.

²¹ Após cada reuniões da COMPEC há uma lista de presença atestando o comparecimento de representantes da cidade de Mamanguape;

²² Cópia do documento no anexo G.

da deliberação da CONPEC, anuência da prefeitura, minuta do decreto, mapa da delimitação.	
Volume II	Ofício do governador do Piauí mostrando-se favorável ao tombamento da cidade de Areia pelo IPHAN;
Capa com informações relativas ao processo;	Memorando encaminhando mapas e descrições da área a ser tombada após discussões regionais;
Levantamento fotográfico ²³ .	Termo de encerramento do volume processual;
	Volume II
	Capa com informações relativas ao processo;
	Termo de abertura do volume processual;
	Parecer da procuradora-chefe do IPHAN aprovando a delimitação da área a ser tombada;
	Notificação aos proprietários acerca do tombamento;
	Ofício informando o prefeito da cidade de Areia acerca do tombamento e as delimitações;
	Publicação no Diário Oficial;
	Memorando encaminhando documentos (laudo técnico, delimitação, justificativa, sugestões, parecer) para secretário do conselho consultivo do IPHAN;
	Memorando de encaminhamento de apresentação em mídia eletrônica para melhor explanação na reunião do conselho;
	Transcrições do debate realizado pelo conselho, onde indica a necessidade de novas diligências;
	Memorando enviado ao Departamento de Patrimônio Material e fiscalização do IPHAN com mapas e

²³ Cópia do documento no anexo H.

	descrições da área conforme solicitou o Conselho;
	Memorando para a secretária do conselho consultivo com as correções solicitadas;
	Documento do presidente do IPHAN recomendando o procedimento de tombamento da cidade de Areia, após a certificação positiva do Conselho Consultivo;
	Ata da reunião 46º e 47º do conselho consultivo do Patrimônio Cultural (na última o tombamento foi aprovado);
	Ofício enviado ao secretário de cultura solicitando homologação do tombamento;
	Portaria 073/06 que homologa o tombamento;
	Memorando encaminhando à procuradora-chefe do IPHAN o processo de tombamento devidamente assinado pelo ministro da cultura;
	Ofício enviado ao conselho consultivo com o processo de tombamento homologado e solicitando providencias para a inscrição em livro de tombo;
	Ofício com indicação de texto para a inscrição em livro de tombo Histórico e livro de tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico ²⁴ ;
	Memorandos de encaminhamento para a aprovação do texto e a inscrição em livro de tombo;
	Cópia do Diário Oficial da União;
	Ofício enviado pela chefe de arquivo do IPHAN indicando a inscrição em livro de tombo;

²⁴ Cópia do documento no anexo I.

	Certidão de tombamento;
	Memorando encaminhando o processo de tombamento para ampla divulgação, e, posteriormente, o volume deve ser encaminhado ao arquivo geral para arquivamento.

Fonte: Dados da pesquisa – elaborados pela pesquisadora.

No conjunto classificado como **Edificação**, destacamos a Igreja de Nossa Senhora da Assunção (IPHAEP) e a Igreja de São Bento - Conjunto Beneditino (IPHAN). Ambos os processos apresentam algumas particularidades em sua formação. O tombamento da Igreja de Nossa Senhora da Assunção, localizado na cidade de Alhandra, foi homologada em 15 de junho de 2004, entretanto, os primeiros estudos históricos (arqueológicos) começaram a ser desenvolvidos no ano de 1999 por interesse da Fundação Casa de José Américo. Vale salientar, contudo, que apesar da relevância do estudo desenvolvido e a formação do processo de levantamento técnico, o processo formal de tombamento só foi iniciado em 2003 frente à necessidade de restauração da Igreja supracitada. Desse modo, descreveremos os dois processos, haja vista que não podemos descaracterizar os documentos do seu contexto de criação.

No que tange à Igreja de São Bento, percebe-se que o processo não apresenta solicitação formal de tombamento, partindo de imediato para a anuência do proprietário, o que *a priori*, não ocorre. Além disso, apenso ao processo de tombamento foram encontrados documentos de ordens diversas e sem qualquer organização cronológica. Muitos deles relacionavam-se a custos das reformas realizadas e imagens de todo o conjunto de igrejas da região.

Quadro 4 - Edificação

Igreja de Nossa Senhora da Assunção (IPHAEP)		Igreja de São Bento (IPHAN)	
Nº Processo:	0199-A/2003	Nº Processo	0178/1999
Iniciado em:	08 de agosto de 2003	Iniciado em:	17 de fevereiro de 1938
Sancionado em:	15 de junho de 2004	Sancionado em:	10 de janeiro de 1957
Volume I		Volume I	

Estudos históricos – arqueológicos da Igreja de Nossa Senhora da Assunção	
Capa com informações relativas ao processo;	Capa com informações relativas ao processo;
Ofício da Fundação Casa de José Américo apresentando o interesse em efetuar estudos histórico-arqueológicos na região e solicitando informações sobre procedimentos formais junto ao IPHAEP;	Documento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional certificando a entrega da notificação relativa à inscrição em livro de tombo;
Ofício encaminhado a Fundação Casa de José Américo solicitando o plano de estudo e informações sobre as etapas, objetivos, área verificada, impacto na arquitetura da edificação, etc (Munidos dessas informações o IPHAEP pode fundamentar o tombamento posteriormente);	Notificação enviada ao arcebispo da Paraíba solicitando resposta acerca da anuência do tombamento e esclarecendo o procedimento em caso de negativa;
Roteiro da viagem para pesquisa e investigação;	Documento enviado ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo arcebispo da Paraíba informando que o conjunto Beneditino não apresenta valor artístico cultural por ter sofrido inúmeras modificações na sua estrutura física, no entanto, ele indica duas outras igrejas que carecem de cuidado no interior do estado;
Levantamento fotográfico e levantamento histórico;	Documento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional acusando recebimento da resposta do arcebispo. No entanto, o diretor do órgão solicita a resposta sobre a aceitação da arquidiocese no que tange ao tombamento e indica alguns procedimentos;
Notícia jornalística relatando a visita do IPHAEP à igreja Matriz de N. S. da Assunção;	Documento do arcebispo da Paraíba enviado ao ministro de educação e saúde relatando a notificação recebida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; ²⁵
Laudo de caracterização arquitetônica;	Documento enviado ao Assistente técnico da 4º Região do SPHAN com a cópia do ofício enviado ao ministro de Educação pelo arcebispo. Além disso, foi solicitada a impugnação do tombamento da área conforme pedido do arcebispo;
Folha de despacho solicitando do conselheiro do IPHAEP parecer sobre o tombamento;	Documento do Assistente técnico da 4º Região do SPHAN apontando esclarecimentos acerca do tombamento. Para ele, a solução é fazer intervenções no sentido de resgatar a estrutura anterior e assim, proteger a área de novas obras construções indevidas;

²⁵ Cópia do documento no anexo J.

Documento em resposta atestando a importância da igreja como marco histórico e artístico. Além disso, é recomendado um estudo minucioso para o procedimento de restauro. No que se refere ao tombamento, o conselheiro sugere a abertura de um processo específico;	Documento do Assistente técnico da 4ª região do SPHAN para o diretor do órgão informando que foi ao convento São Francisco iniciar os trabalhos conforme solicitado, mas foi sugerido pelo arcebispo esperar a conclusão da impugnação por ele impetrada;
Volume II Processo de tombamento;	Ofício enviado ao Arcebispo informando que a impugnação será avaliada pelo conselho consultivo do SPHAN;
Capa com informações relativas ao processo;	Ofício encaminhando cópia da documentação do processo para o conselho consultivo;
Ofício do Governo do Estado solicitando apoiar a recuperação da igreja conforme solicita o administrador paroquial;	Documento apresentando a decisão do conselho: impugnar o ofício enviado pelo arcebispo;
Projeto de restauração da Matriz de Nossa Senhora da Assunção (solicitação de tombamento);	Carta do arcebispo pedindo esclarecimento formal do que foi decidido, pois a arquidiocese tem planos de reestruturar o mosteiro de São Bento para servir de pensionato feminino e escola doméstica;
Folha de despacho evidenciando a anexação de documentos da instrução para melhor contextualizar o pedido de tombamento;	Documento do diretor do SPHAN ao arcebispo afirmando que poderão ser realizadas modificações internas, mas a integridade externa deve ser mantida até a finalização do processo;
Documento evidenciando a história da região e da criação da igreja;	Documento do diretor do SPHAN ao arcebispo afirmando que o conselho não achou a motivação forte o bastante para cancelar o tombamento da área, logo, qualquer planejamento de obra estrutural, deve ser encaminhada para a Instituição para o desenvolvimento de um estudo minucioso;
Relatório de viagem realizada em 2001;	Documento enviado pelo diretor do SPHAN comunicando a disponibilização de verba para reformas de restauração na Capela e Igreja da Ordem Terceira de São Francisco;
Laudo de vistoria solicitando reparos urgentes na Igreja Matriz; Levantamento fotográfico;	Documento enviado para o diretor do SPHAN por representantes da Ordem Terceira de São Francisco, afirmando que a demora nas obras de restauração da igreja e capela deveria configurar motivação para o cancelamento de tombamento ²⁶ ;
Cópia de partes do processo 0178/1999 ²⁷ ;	Documento do arcebispo comunicando a necessidade de reformas do educandário existente no convento

²⁶ O documento encontra-se fora de ordem cronológica no processo.

²⁷ Processo de Estudos históricos – arqueológicos da Igreja de Nossa Senhora da Assunção.

	Santo Antônio (vulgarmente chamado por convento São Francisco). Neste sentido, ele solicita o destombamento dos prédios anexos às igrejas;
Documento com deliberação do CONPEC salientando a importância da igreja como marco histórico e artístico. Além disso, é recomendado um estudo minucioso para o procedimento de restauro;	Documento escrito por Carlos Drummond de Andrade, chefe da Seção Histórica, relatando os fatos para o não prosseguimento do processo de tombamento do convento e Igreja Do Carmo e do Mosteiro de São Bento, pelas mutilações sofridas na última reforma. Entretanto, alguns itens serão tombados individualmente;
Ofício encaminhando a deliberação do CONPEC para a subsecretária de Cultura do Estado da Paraíba;	Documento enviado pelo diretor do SPHAN para o chefe do 1º distrito da DPHAN solicitando pronunciamento sobre o tombamento do convento e Igreja Do Carmo e do Mosteiro de São Bento;
Folha de despacho solicitando a divisão de cadastramento e tombamento os procedimentos de inscrição e tombamento;	Carta com parecer técnico de um perito em belas artes informando a necessidade de tombamento de itens específicos do Convento e Igreja Do Carmo. Nesse sentido, ele posiciona-se negativamente ao tombamento do conjunto completo;
Ofício notificando ao administrador paroquial quanto ao tombamento;	Despacho escrito a mão solicitando as fotografias dos itens a serem tombados;
Ofício solicitando aquiescência ao tombamento e a presença do administrador paroquial na próxima reunião do CONPEC;	Carta com parecer técnico de um perito em belas artes informando a necessidade de tombamento da área externa do Mosteiro de São Bento e da igreja. No entanto, ela deve passar por restauração na fachada principal;
Folha de despacho direcionada a Carlos Azevedo, chefe da divisão de Sítios Históricos e ecológicos do Estado da Paraíba, indicando a instrução do processo. Sugere-se ainda, o uso de informações da Fundação Casa de José Américo sobre estudos arqueológicos nessa região para melhor justificar o tombamento;	Documento escrito por Carlos Drummond de Andrade, chefe da Seção Histórica, solicitando o tombamento formal da Igreja e Mosteiro de São Bento devido a contínuas reformas realizadas pelo órgão e a falta de conclusões sobre o caso ²⁸ ;
Folha de despacho de Carlos Azevedo informando a inexistência desses estudos na fundação. Ele anexou apenas algumas fotografias encontradas na instituição;	Documento enviado ao chefe do 1º distrito da DPHAN atestando o tombamento da Igreja e Mosteiro de São Bento e a inscrição no livro de belas artes;
Relatório apresentando a história das santas missões no Brasil, no nordeste e na região de Alhandra;	Documento escrito pelo chefe do 1º distrito da DPHAN agradecendo a comunicação formal sobre a inscrição em livro de tombo da Igreja e Mosteiro de São Bento;
Notícias jornalísticas;	Notificação enviada ao arcebispo sobre o tombamento

²⁸ Cópia do documento no anexo L.

	da Igreja da Ordem de Nossa Senhora Do Carmo e o pórtico do respectivo convento;
Relatório apontando os aspectos históricos e culturais da Igreja Matriz de Alhandra;	Ofício solicitando do chefe do 1 distrito da DPHAN que entregue a notificao  arqui-diocese;
Documento com a deliberao de tombamento;	Ofício da DPHAN confirmando recebimento da notificao de tombamento da Igreja da Ordem de Nossa Senhora Do Carmo e o pórtico do convento;
Folha de despacho solicitando da assessoria jurídica do IPHAEP o decreto de tombamento;	Certido da DPHAN afirmando os dados do tombamento;
Decreto (minuta) de tombamento;	Certido de tombamento.
Cópia do Dirio Oficial do Estado;	
Cópia de correspondência (envelope) na qual estava a notificao de tombamento enviada ao administrador paroquial e cópia do termo de notificao;	
Ofício encaminhado ao proco com o termo de notificao e a convocao de comparecimento na instituio;	
Folha de Informao e despacho confirmando a presença do proco na data marcada;	
Cópia de correspondência (envelope) na qual foram enviados o termo de notificao e o convite de comparecimento na instituio;	

Fonte: Dados da pesquisa – elaborados pela pesquisadora.

O IPHAN no apresenta bens móveis e integrados tomados (por sua individualidade), na Paraíba, logo, no  possível fazer a comparao de suas peças documentais com o rgo estadual. No IPHAEP, h onze decretos de tombamento para objetos móveis; destes, separamos o “Silhar de Azulejos” (classificados pela pesquisa como conjunto Artístico), localizado na fachada lateral da Clínica So Camilo de autoria de Flavio Tavares.

Quadro 5 – Conjunto Artístico

Silhar de Azulejos (IPHAEP)	
Nº Processo:	0146/2004
Iniciado em:	16 de agosto de 2004
Sancionado em:	02 de dezembro de 2005
Capa com informações relativas ao processo;	
Solicitação de tombamento por parte da oficina-escola de revitalização do Patrimônio Cultural de João Pessoa;	
Documento apresentado pelo solicitante com informações pormenorizadas do bem ²⁹ ;	
Folha de despacho determinando levantamento histórico do bem e, em seguida, encaminhar o processo para análise da coordenadoria de Arquitetura e Ecologia;	
Relatório apresentando o levantamento histórico;	
Folha de despacho solicitando o registro fotográfico do mural;	
Levantamento fotográfico e laudo de vistoria;	
Folha de despacho indicando a necessidade de um crítico de arte para analisar o mural;	
Ofício indicando o parecer técnico de um crítico de arte (no anexo) e reiterando a importância do tombamento;	
Parecer Técnico de um crítico em arte;	
Breve biografia do autor do mural;	
Folha de despacho encaminhando o processo para a reunião da CONPEC;	
Documento redigido pela CONPEC deliberando o tombamento;	
Ofício solicitando a anuência do diretor da clínica São Camilo acerca do tombamento;	
Ofício do diretor da clínica direcionando o documento ao proprietário do imóvel;	
Folha de informações esclarecendo o nome dos proprietários;	
Ofício com anuência dos proprietários; Parecer solicitando os encaminhamentos para a inscrição em livro de tombamento e publicação no diário oficial;	
Folha de despacho encaminhando processo para apreciação da CONPEC;	
Documento redigido pela CONPEC deliberando a aprovação do tombamento;	
Ofício enviado à solicitante afirmando o tombamento do painel;	
Deliberação de tombamento assinada pela diretora executiva do IPHAEP;	
Decreto (minuta) de tombamento;	

²⁹ Cópia do documento no anexo M.

Folha de despacho solicitando da Coordenadoria de Assuntos Históricos Artísticos e Culturais análise da minuta;

Folha de despacho encaminhando minuta com alterações;

Ofício solicitando assinatura do governador para homologar o tombamento;
--

Ofício encaminhando ao diretor da clínica São Camilo uma cópia do Diário Oficial do Estado;

Cópia do Diário Oficial do Estado.

Fonte: Dados da pesquisa – elaborados pela pesquisadora.

5.1 COMPARAÇÃO DAS PEÇAS PROCESSUAIS

Durante a descrição, é notória a importância de mapas e fotografias para munir o processo de informações relevantes acerca do bem cultural e das delimitações territoriais. O uso dos documentos iconográficos e cartográficos possibilita a tramitação e avaliação do tombamento sem depender continuamente de viagens a campo, pois é possível trabalhar através das imagens e mapas dispostos.

Ademais, a necessidade desses gêneros documentais foi instituída nas legislações específicas de cada órgão de preservação, a fim de facilitar a avaliação de tombamento. No entanto, verifica-se que o processo do Vale dos Dinossauros (IPHAEP) não possui levantamento fotográfico, apenas alguns mapas ilustrativos e imagens advindas das reportagens jornalísticas e científicas que foram inseridas no processo. A formação documental nos leva a inferir que não houve nenhum estudo de campo por parte da equipe do IPHAEP, as informações usadas no processo foram advindas de outros profissionais preocupados com a preservação do espaço. Além disso, não foi encontrado nenhum documento que atestasse a anuência do proprietário ou representante legal, conforme solicita a lei de tombamento do patrimônio cultural.

No processo das Itacoatiaras do Rio Ingá (IPHAN), essa realidade é semelhante; contudo, deve-se compreender que o contexto de tombamento é totalmente distinto, pois ele foi iniciado em 1943, quando não havia a necessidade formal de um processo. Todavia, apesar desses contratempos, o processo possui um levantamento fotográfico (com duas imagens), reportagem jornalística e parecer técnico de profissionais locais.

Cotejando os processos referentes ao conjunto denominado de paisagístico (Vale dos Dinossauros e Itacoatiaras do Rio Ingá), é possível afirmar que as tipologias documentais encontradas são semelhantes e obedecem a uma mesma lógica de formação, apesar da disparidade temporal na qual os processos tramitaram. Salienta-se ainda que, em ambos os casos, foram levantadas discussões que ampliam a concepção do tombamento. Conforme o dispositivo legal produzido, os bens foram tombados numa perspectiva histórica e de belas artes, esquecendo-se de contemplar todo o entorno. Assim, atendendo a uma nova postura de salvaguarda do Patrimônio, a sociedade civil, pesquisadores e os institutos de preservação estão reavaliando o tombamento para que seja contemplado o conjunto paisagístico como um todo, uma vez que os registros não podem ser depreendidos do contexto de criação³⁰.

Quanto aos processos referentes ao Conjunto Urbanístico/Cidade algumas observações devem ser destacadas. Tendo como referência o tamanho do bem a ser protegido, inúmeros trabalhos foram desenvolvidos pelo IPHAN e IPHAEP, inclusive, visita a campo e conscientização da população acerca da necessidade de preservação.

Como fora dito anteriormente, a cidade de Mamanguape (IPHAEP) foi tombada em 1979, mas somente em 2004 houve a regulamentação deste acautelamento através da delimitação do centro histórico da cidade. O processo demonstra a necessidade de um trabalho minucioso e delimitações muito bem justificadas por mapas, fotografias e levantamento histórico-cultural. O tombamento ocorreu de forma pacífica e com o apoio da população, o que facilitou os trabalhos desenvolvidos.

Já no que se refere ao processo de tombamento da cidade de Areia (IPHAN), os documentos relatam dificuldades com os habitantes, uma vez que eles se negavam a contribuir durante a fase de instrução. A solicitação foi enviada pelo presidente da Associação dos Amigos de Areia tendo em vista a importância histórica e cultural da cidade. Entretanto, ela já havia sido tombada pelo IPHAEP em 1979. O processo apresenta uma descrição cuidadosa sobre a proeminência da cidade na esfera nacional, inúmeros mapas, delimitações bem assinaladas,

³⁰ O Vale dos Dinossauros encontra-se em fase de estudo para a adoção desta nova concepção. Já as Itacoatiaras do Rio Ingá tiveram um processo iniciado para contemplar essa vertente.

relatórios das visitas técnicas e descrição das atas de reunião do Conselho Consultivo do IPHAN. Porém, não apresenta nenhum levantamento fotográfico.

Cotejando os processos percebe-se a complexidade no tombamento de cidades históricas. Em ambos os casos, o material está muito bem desenvolvido, inclusive com adição de mídias eletrônicas (no caso do IPHAN). Os dois seguem os procedimentos instruídos por legislação, entretanto, cabe destacar um ponto interessante no que tange à anuência de tombamento. No processo para a delimitação do Centro histórico de Mamanguape, o responsável pela anuência foi o prefeito da cidade, como representante da população. Já no tombamento de Areia todos os proprietários foram devidamente anuídos (porém, as respostas não se encontram no processo). O prefeito recebeu apenas um ofício informando as delimitações.

Segundo o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o tombamento pode ocorrer de duas formas distintas: voluntário ou compulsório. No primeiro caso, o tombo é realizado por anuência ou a pedido do proprietário do bem, já no segundo, ocorre quando o dono do imóvel se recusar a anuir à inscrição da coisa e não apresenta impugnação dentro do prazo para a avaliação (BRASIL, 1937). Portanto, apesar da anuência do prefeito, seria necessária a notificação aos proprietários já que os bens são, na maioria, de ordem privada.

Os processos referentes à “edificação” demonstram uma preocupação acentuada com os aspectos artísticos e históricos das construções. Assim, é notória a participação de arquitetos e peritos de belas artes nos laudos técnicos. Ressalta-se ainda que, a maioria dos bens tombados pelo IPHAN e IPHAEP está relacionada a edificações, resultado de um processo histórico marcado pela valorização do patrimônio de *pedra e cal*.

O processo da Igreja de Nossa Senhora da Assunção (IPHAEP) é um pouco confuso na sua constituição. Em 1999 foi desenvolvida uma pesquisa do IPHAEP acerca da relevância histórica (arqueológica) e cultural do bem. Após a finalização do estudo, a Instituição recomendou a abertura de processos específicos para o tombamento e para a reforma, o que só ocorreu em 2003 após a solicitação formal do administrador paroquial, frente ao processo alarmante de deterioração. O processo apresenta um bom levantamento fotográfico, relatórios de viagens, informações sobre a importância do bem para a história local, o contexto de criação, etc. Todavia, os documentos estão misturados ao processo anterior sem qualquer

delimitação, o que confunde a leitura em alguns momentos. Para tanto, o processo segue toda a tramitação proposta pela legislação sem maiores problemas.

O processo do conjunto Beneditino (IPHAN) também é caracterizado pela confusão na formação processual – há muitos documentos fora de ordem cronológica, muitas comunicações internas e externas e, sobretudo, falta de compreensão dos envolvidos acerca dos bens que estão no processo de tombamento. Talvez, isso tenha ocorrido pela negativa do arcebispo em anuir o acautelamento de todos os imóveis da área. No processo é possível vislumbrar as relações de poder existentes entre a Igreja e o Estado. Percebe-se ainda uma negociação permanente entre o arcebispo e o IPHAN para entrarem em consenso acerca dos bens tombados. Por fim, o arcebispo tem grande parte de suas arguições respeitadas e o processo é carente de estudos minuciosos sobre as edificações.

Cotejando a formação processual dos dois órgãos identificamos realidades distintas, até mesmo porque a negativa de anuência da arquidiocese para o conjunto beneditino fez emergir novos documentos e uma enorme burocracia. Contudo, esses processos demonstram informações inusitadas sobre a história da igreja na Paraíba, o que pode ser de grande valia para pesquisadores.

O processo de bens móveis e integrados “Silhar de Azulejos” segue as recomendações legais de tramitação e é formado por documentos bem fundamentados (teoricamente). O parecer técnico procura a todo o momento destacar os elementos extrínsecos e intrínsecos do painel, tais como estado de conservação, condições de segurança, material de sua feitura, localização, meio de aquisição, autoria, data aproximada, espécie artística, características técnicas, iconográfica, análise histórico-artística, valor do bem cultural para a sociedade, etc. Destarte, comparando com os demais processos, percebe-se uma riqueza de detalhes na sua constituição, conforme é recomendada na portaria interna do IPHAN de nº 11, de 1986.

Diante dos processos analisados, verifica-se que mesmo antes da normatização processual já existia a formação de um dossiê com levantamento de informações gerais no IPHAN, como pode ser visto no tombamento das Itacoatiaras do Rio Ingá. Já no IPHAEP o procedimento ocorria de forma improvisada, resultando apenas nos decretos. Este cenário foi vislumbrado na busca incessante por processos antigos da Instituição e pela ausência de material sobre esse passado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indivíduos e sociedades não podem preservar e desenvolver sua identidade senão pela duração e pela memória.

Françoise Choay

As informações patrimoniais são de suma importância no processo de ressignificação da memória, pois são elementos que contribuem na formação consciente dos sujeitos possibilitando uma visão crítica empreendida numa história/cultura que, por muitos séculos, destacou os aspectos valorativos sob os representativos. Aquiescendo dessa perspectiva, Souza e Crippa (2011) salientam que não se pode engendrar o patrimônio como simples resultado das relações sociais, haja vista que por muitos anos o acautelamento esteve atrelado às produções e ao discurso das classes dominantes.

Diante deste cenário, o patrimônio cultural deve ser envolvido numa estrutura discursiva, buscando sempre desnudar os significados para sua constituição enquanto artefato de valor memorial. Assim, a presente pesquisa caracterizou-se pela busca incessante em demonstrar a relevância da informação para a construção da memória a partir dos órgãos instituídos para esta prática – IPHAN e IPHAEP.

Segundo Fragoso (2008), a criação dessas instituições deve-se à necessidade de preservar o Patrimônio Cultural a fim de possibilitar a formação consciente dos sujeitos, e, conseqüentemente, o estabelecimento das identidades. Entretanto, esse processo só ocorre por meio do acesso e/ou disseminação informacional, pois o patrimônio deve ser conjecturado a partir de sua aura simbólica, sobressaindo da perspectiva puramente material.

Apesar da potencialidade informacional, vislumbrada no acervo do IPHAN e IPHAEP, percebeu-se a inexistência de ações de preservação e educação patrimonial respaldadas nesses referentes. Este contexto ocorre, certamente, pela falta de políticas internas que consubstanciem essa prática, e ainda, pela falta de consciência acerca da relevância dessas informações no processo de ressignificação da memória.

Nesse ínterim, Fátima Araripe suscita:

(...) quando mergulhamos nos movimentos do passado e nos debruçamos sobre os fatos particulares da vida cotidiana, mais podemos desvendar e compreender a estrutura e a regularidade desse passado e verificar que em um mesmo contexto estão reunidos diferentes fatos que, na verdade, formam a unidade social (ARARIPE, 2004, 115).

Através da pesquisa aos processos de tombamento, percebeu-se a existência de informações preciosas acerca da constituição dos bens em patrimônio cultural, as relações de poder imersas na sociedade e fatos relevantes a história local/nacional. Isto decorre da naturalidade e organicidade imposta à tramitação documental. Os documentos emergem da necessidade específica do produtor e acabam ganhando, muitas vezes, desdobramentos inesperados, pois são resultantes das relações sociais - voluntárias ou intencionais.

Ainda no que se refere à formação processual dos tombamentos, foi constatada a proeminência na utilização de tipologias e peças documentais específicas. O uso dos gêneros textuais, cartográfico e iconográfico foram a base de todos os processos investigados, levando-nos a inferir a relevância desses modelos na preservação do patrimônio cultural.

Diante dos dispositivos legais analisados, verificou-se a relevância desses gêneros para respaldar os estudos realizados e os pareceres técnicos sobre o bem cultural. Outrossim, vale destacar que os processos investigados nesta pesquisa seguem as recomendações instituídas pela legislação. Entretanto, percebe-se a falta de dispositivos que regulamentem o uso das informações patrimoniais. A Constituição Federal de 1988 e os decretos posteriores ampliaram essa necessidade ao discorrer sobre a importância da educação patrimonial, todavia, esse procedimento ainda não é visto com veemência nos estados.

Durante os 24 meses de investigação, não ocorreu nenhuma ação nesse sentido no IPHAEP. A pesquisa só pode ser realizada com apresentação formal ao órgão, o que caracteriza um entrave à visita de usuários. Além disso, não há espaço no Instituto para ações educativas. Ademais, os processos estão em formato físico, o que dificulta o acesso à informação.

Todavia, é necessário ressaltar que a Instituição enfrenta diversos problemas para a manutenção de suas atividades, principalmente pela escassez de profissionais e recursos financeiros. Diante desse cenário, a diretoria afirmou a dificuldade em executar projetos mais amplos de socialização da informação e acompanhar efetivamente todos os bens custodiados pelo órgão.

No IPHAN – superintendência local - foram produzidos alguns trabalhos com o intento de disseminar informação acerca dos bens tombados no Estado, entretanto, em nenhum deles percebe-se o uso das informações produzidas nos processos. Isso decorre, talvez, pela inexistência de um acervo completo acerca dos bens tombados no estado que sirva de fonte de informação no desenvolvimento destes trabalhos. Não há cópia de todos os processos de acautelamento, apenas alguns exemplares no formato físico e/ou digital solicitados ao Arquivo Noronha dos Santos³¹ por demandas específicas da superintendência local.

Além disso, o IPHAN – nacional – está com um projeto de disponibilização em rede de todas as atas das reuniões realizadas pelo conselho consultivo, porém, após inúmeras tentativas de acesso não obtemos êxito.

A disponibilização dos arquivos em formato digital e a criação de bancos de dados são condições essenciais na contemporaneidade, principalmente como forma de instrumentalizar o acesso à informação e na preservação da memória social, contudo, necessita de atenção e acompanhamento para a sua efetivação.

A esse respeito Jacqueline Cunha e Marcos Galindo (2007, p. 02) elucidam: “Há, portanto, a necessidade de garantir que as informações que são produzidas hoje, estejam acessíveis na posteridade, pois se configuram um rico patrimônio humano, fruto de sua produção cultural, social e ou científica”. Nesse mesmo intuito, Henri-Pierre Jeudy (2005) assevera que os monumentos carecem de virtualização para se tornarem eternos. Segundo o autor, esse método consubstancia a formação de arquivos que podem ser (re)visitados para servirem de referentes, já que o bem tombado é passível de depredações e esquecimentos.

O estudo realizado possibilita alguns desdobramentos e continuidade da pesquisa, inclusive assentado na questão da preservação digital como forma de salvaguarda da memória. Ademais, é importante traçar perspectivas mais direcionadas à necessidade de ações educativas a partir das informações recolhidas nos arquivos dos institutos. Nessa mesma vertente, o estudo poderia contemplar uma investigação pautada na análise diplomática e tipológica dos processos de tombamento, desde que diminuída a sua abrangência.

De outra feita, o foco das investigações poderia estar direcionado à preservação do patrimônio imaterial na Paraíba. Neste intento, a problemática

³¹ Arquivo central do IPHAN.

estaria relacionada às formas de acautelamento e nas ações desenvolvidas no Estado para a manutenção da memória.

Os resultados da pesquisa nos conduzem no mesmo pensamento de quando iniciamos a formulação das 'hipóteses' de que a sociedade não vem fazendo uso dessas informações no processo de resignificação da memória, apesar da relevância dessas fontes. Contudo, persiste a esperança de que a sociedade desperte para essa necessidade e cobre do poder público o direito constitucional de ter acesso ao patrimônio através das ações de difusão e valorização da cultura.

Por fim, vale destacar que o valor do patrimônio não está necessariamente no passado. Ele é memória do tempo presente, e, por isso, deve ser constantemente resignificado através do contexto social no qual vivemos e são formadas as identidades. Portanto, a informação urge em todas as esferas como matéria prima essencial na formação dos indivíduos enquanto seres e atores sociais.

REFERÊNCIAS

ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Do Patrimônio Cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111-122, maio/ago. 2004.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. Informação e Memória: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p. 1-20, jul./dez. 2007.

_____. Pensando um conceito de paisagem: por outro olhar sobre o espaço e sua interface com a informação. In: SEABRA, Giovanni. (Org.). **Educação ambiental**: caminhos para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011, p. 105-113.

_____. Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 37, n. 3, p. 7-17, set./dez. 2008.

_____. Memória, Identidade e cultura material: a visão arqueológica. **Vivência**, Natal, n. 28, p. 265-276, 2005.

_____; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire. Artefatos como elementos de memória e identidade da cultura popular: um olhar sob a perspectiva da arqueologia social. In: FECHINE, Ingrid; SEVERO, Ione. (Org.). **Cultura popular**: nas teias da memória. João Pessoa: Editora universitária da UFPB, 2007, p. 27-52.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado (Coleção Como Fazer nº 8), 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. **Código civil**. 53. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 06 de dezembro de 1937.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

BUCKLAND, Michael. **Information and information systems**. New York: Praeger, 1991.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. Tradução Ana Maria Pereira Cardoso, Maria da Glória Achtschin Ferreira, Marco Antônio de Azevedo. **Perspectiva em ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

_____. Epistemologia e Ciência da Informação. Tradução de Ana Maria Rezende Cabral et al. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, UFMG, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CATROSA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto, 2001.

CHAGAS, Mário. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra capa, 2005. p.115-132.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2006.

COSTA, Robson Santos; ORRICO, Evelyn G. Dill. Informação, memória e documento: o uso das histórias em quadrinhos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador, UFBA, 2007.

CUNHA, Jacqueline de Araújo; GALINDO, Marcos. Preservação digital: o estado da arte. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/34/1/2007Ev_Preservacaodigital_JacquelineAC.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2012.

DARCIE, Bethoven Soares. Reflexões sobre memória e o imaginário. **Revista Labirinto**. Rondônia. v. 2, n. 4, jan./dez. 2002.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DODEBEI, Vera Lucia Doyle Louzada de Matos. Informação, memória, conhecimento: convergência de campos conceituais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro. UNIRIO, 2010. Disponível em: <<http://congresso.ibict.br/index.php/xi/enancibXI/paper/view/357/94>>. Acesso em: 02 set. 2011.

_____. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Interciência, 2002.

EAGLETON, Terry. **A idéia de cultura**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

FARRADANE, Jason. The nature of information. **Journal of Information Science**, Cambridge, v. 1, n. 1, p.13-17, 1979.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRAGOSO, Ilza da Silva. Instituição Memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB. 2008. 139 f. **Dissertação** (Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - UFPB) – João Pessoa, 2008.

FUZZI, Ludmila Pena. **Patrimônio Histórico**: estudando a memória do coletivo. Disponível em: <<http://www.valedoparaiba.com/nossagente/artigos.asp>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

GALINDO, Marcos. Tragédia da memória. **Massangana**, Recife, v. 2, n. 1, p. 57-62, 2005.

_____; OLIVEIRA, Maria Cristina Guimarães. Informação e memória: cotidiano para compreensão do social. In: _____. **Construção, práticas e identidades da Ciência da Informação**. Recife: NECTAR, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, R. A. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento, In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 21-29.

GONZÁLEZ DE GOMES, Maria Nélida. A informação: dos estoques às redes. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 1-11, 1995.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Cultura: um conceito reacionário? In: _____. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 15-24.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12308&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 25 jul. 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Regimento Interno.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=2798>>. Acesso em: 12 de jan. 2013.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p.209-221, maio/ago.1995.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades.** Tradução de Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da palavra: 2005.

_____. **Memórias do social.** Rio de Janeiro: Florence Universitária, 1990.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação.** Tradução de Maria Yeda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LEROI-GOURHAN, André. **O Gesto e a Palavra – Volume 2, Memória e Ritmos.** Lisboa, ed. 70, 1983.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. O patrimônio imaterial e diversidade cultural: o novo decreto para a proteção dos bens imateriais. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 147, p. 23-27, out. 2001.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Herança cultural (re)interpretada ou a memória social e a instituição museu: releitura e reflexões. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-43, jul./dez. 2008.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Socialização da informação: nadando contracorrente. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 12, n. 2, p. 60-76, 2002.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MITHEN, Steven. **A Pré-História da mente**: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência. São Paulo: Editora Edusp, 2002.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valentin. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 6, dez. 2008.

MORAES, Nilson Alves de; SILVEIRA, Carlos Eduardo. Fragmentos urbanos: o patrimônio e a construção das paisagens simbólicas nas cidades contemporâneas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2009.

MORI, Victor Hugo. et al. (Org.). **Patrimônio**: atualizando o debate. 1. ed. São Paulo: IPHAN, 2006.

MORIN, Edgar. **O método**: a humanidade da humanidade, a identidade humana. Tradução de Juremir Machado da Silva. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos, SP: Compacta Gráfica e Editora, 2010.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Almir Felix Batista de. O IPHAEP e a produção do patrimônio cultural paraibano. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n. 30, p. 55-81, 2009.

OLIVEIRA, Maria Cristina Guimarães; SANTANA, Glessa Celestino. A Coleção Mossoroense engendrando o registro da memória científica de uma região. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília, DF. **Anais eletrônicos...** Brasília, DF: UnB, 2011. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/xii/enancibXII/paper/view/702>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

OTLET, Paul. **O tratado de documentação o livro sobre o livro**: teoria e prática. Tradução de Maria Dolores Ayuso García. Murcia: Universidad de Murcia, 1996.

PARAIBA (Estado). Decreto-lei nº 7.819, de 24 de outubro de 1978. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, Paraíba, p. 2-3.

PARAIBA (Estado). Decreto-lei nº 9.040, de 30 de dezembro de 2009. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, Paraíba, p. 8-9.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan.1995.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n, 10, 1992. p. 200-212.

POPPER, Karl R. **Conjecturas e refutações**: o processo do conhecimento científico. Tradução de Sérgio Bath. 4. ed. Brasília: Editora UnB, 1972.

RIBEIRO, Raimundo Donato do Prado. Memória e contemporaneidade: as tecnologias da informação como construção histórica. **Revista eletrônica com Ciência**, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/13.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et.al. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. O conceito de patrimônio Cultural no Brasil: do Conde de Galvéias à Constituição Federal de 1988. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio Cultural**: da memória ao sentido de lugar. São Paulo: Roca, 2006. p. 2-16.

SÁ, Alberto. Reflexões sobre o patrimônio e a memória a luz da tecnologia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: territórios, cultura de poderes, 1., 2005, Braga. **Anais eletrônicos...** Braga: Universidade do Minho, 2005. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4512>>. Acesso em: 28 fev. 2012.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SILVA, Armando Malheiro da. **Informação**: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico. Porto: Afrontamento, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2005.

SOUZA, Alfredo Mendonça de. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

SOUZA, Marise Campos. Uma visão de abrangência da Gestão Patrimonial. In: MORI, Victor Hugo. et al. (Org.). **Patrimônio**: atualizando o debate. São Paulo: IPHAN, 2006. p: 141-154.

SOUZA, Willian Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia. O campo da ciência da informação e o patrimônio cultural: reflexões iniciais para novas discussões sobre os limites da área. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p.1-23, 2010.

SOUZA, Willian Eduardo Righini; CRIPPA, Giulia. O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2011.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. O registro como forma de proteção do Patrimônio Cultural Imaterial. **Revista CPC**, São Paulo, n. 4, p. 40-71, maio/out. 2007.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento**: o exemplo do centro de memória da UNICAMP. Disponível em: <<http://www.lite.fae.unicamp.br/revista/vonsimson.html>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

ZEMAN, Jirí. O significado filosófico da noção de informação. In: _____. **O conceito de informação na ciência contemporânea**: colóquios filosóficos internacionais de Rayaumont. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1970. p. 154-179.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Lista da classificação de todos os bens tombados na Paraíba

BENS IMÓVEIS

CLASSE	IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO	CIDADE	DATA	AGÊNCIA
Conjunto Paisagístico	Açude Velho	Campina Grande	DEC. 22.245 DE 21/09/2001	IPHAEP
Conjunto Paisagístico	Parque Arruda Câmara	João Pessoa	DEC. 8.640 DE 26/08/80	IPHAEP
Conjunto Paisagístico	Parque Sólon de Lucena	João Pessoa	DEC. 8.653 DE 26/08/80	IPHAEP
Conjunto Paisagístico	Árvore Oiti na Praia da Penha – <i>Moquilea Tomentosa Crysoalanace, área remanescente da mata Atlântica</i>	João Pessoa	DEC.8.654 DE 26/08/80	IPHAEP
Conjunto Paisagístico	Bens naturais da antiga estação experimental – 277 há	Umbuzeiro	DEC. 23.011 DE 07/05/2002	IPHAEP
Conjunto Paisagístico	Tamarineiro e Antiga Lagoa do Engenho Pau D'arco – Área que nasceu o Poeta Augusto dos Anjos	Sapé	DEC. 22.080 03/08/2001	IPHAEP
Conjunto Paisagístico	Área de 40 há., na localidade passagem das pedras -vale dos dinossauros- bacia do rio do peixe/ sub-bacia de Sousa	Sousa	DEC. 25.148 DE 30/06/2004	IPHAEP
Conjunto Paisagístico	Itacoatiaras do Rio Ingá	Ingá	29/05/1944	IPHAN
Conjunto Urbanístico/Cidade	Delimitação do centro Histórico inicial da cidade de Alagoa Grande	Alagoa Grande	DEC. 25.139 DE 28/06/2004	IPHAEP
Conjunto Urbanístico/Cidade	Cidade de Areia	Areia	07/01/2008	IPHAEP
Conjunto Urbanístico/Cidade	Delimitação do centro Histórico inicial da cidade de Cajazeiras	Cajazeiras	DEC. 25.140 DE 28/06/2004	IPHAEP
Conjunto Urbanístico/Cidade	Delimitação do centro Histórico inicial da cidade de Campina Grande	Campina Grande	DEC. 25.139 DE 28/06/2004	IPHAEP
Conjunto Urbanístico/Cidade	Delimitação do centro Histórico de João Pessoa	João Pessoa	DEC. 9.484 DE 10/05/82	IPHAEP
Conjunto Urbanístico/Cidade	Centro Histórico inicial de João Pessoa	João Pessoa	DEC. 25.138 DE 28/06/2004	IPHAEP
Conjunto Urbanístico/Cidade	Delimitação do centro Histórico de Mamanguape	Mamanguape	DEC. 25.031 DE 13/05/2004	IPHAEP
Conjunto Urbanístico/Cidade	Cidade de Mamanguape	Mamanguape	DEC. 8.314 DE 04/12/79	IPHAEP
Conjunto Urbanístico/Cidade	Cidade de Pilar	Pilar	DEC. 8.625 DE 26/08/80	IPHAEP
Conjunto Urbanístico/Cidade	Delimitação do centro Histórico de Pombal	Pombal	DEC. 22.913 03/04/2002	IPHAEP
Conjunto Urbanístico/Cidade	Delimitação do centro Histórico de Remígio	Remígio	DEC. 23.809 DE 27/12/2002	IPHAEP
Conjunto Urbanístico/Cidade	Delimitação do centro Histórico inicial da cidade de São João do Cariri	São João do Cariri	DEC. 25.141 DE 28/06/2004	IPHAEP
Conjunto Urbanístico/Cidade	Delimitação do centro Histórico de São João do Rio do Peixe	São João do Rio do Peixe	DEC. 22.917 DE 03/04/2002	IPHAEP
Conjunto Urbanístico/Cidade	Delimitação do centro Histórico de Souza	Souza	Dec. 25.030 DE 13/05/2004	IPHAEP

Conjunto Urbanístico/Cidade	Conjunto histórico e Paisagístico da cidade de Areia	Areia	07/01/2008	IPHAN
Conjunto Urbanístico/Cidade	Centro Histórico de João Pessoa	João Pessoa	04/09/2009	IPHAN
Edificação	Estação Ferroviária de Alagoa Grande	Alagoa Grande	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Teatro Santa Inês	Alagoa Grande	DEC. 7.922 DE 29/01/79	IPHAEP
Edificação	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção	Alhandra	DEC. 25.097 DE 15/06/2004	IPHAEP
Edificação	Antigo Mercado Público	Araruna	DEC. 20.467 12/07/1999	IPHAEP
Edificação	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Araruna	DEC.N.º20.358 12/07/1999	IPHAEP
Edificação	Igreja de Santo. Antonio (antiga matriz)	Araruna	DEC.N.º20.472 12/07/1999	IPHAEP
Edificação	Imóveis na Pça Rio Branco (10)	Araruna	DEC. 20.468 12/07/1999	IPHAEP
Edificação	Residência – “Solar Dos Targino”	Araruna	DEC.N.º20.469 12/07/1999	IPHAEP
Edificação	Residência na Rua Cel Antônio Pessoa	Araruna	DEC.N.º20.470 12/07/1999	IPHAEP
Edificação	Engenho e casa grande da Várzea	Areia	DEC. 7.936 DE 13/02/79	IPHAEP
Edificação	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Areia	DEC. 7.923 DE 29/01/79	IPHAEP
Edificação	Igreja de São Miguel	Baía da Traição	DEC. 8.658 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Bananeiras	Bananeiras	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Ponte sobre o Rio Sanhauá	Bayeux	DEC. 21.222 DE 07/08/2000	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Borborema	Borborema	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Cabedelo	Cabedelo	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Jacaré	Cabedelo	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Cajazeiras Tênis Clube	Cajazeiras	DEC. 25.140 DE 28/06/2004	IPHAEP
Edificação	Catedral de Nossa Senhora da Piedade	Cajazeiras	DEC. 25.140 DE 28/06/2004	IPHAEP
Edificação	Colégio de Nossa Senhora do Carmo	Cajazeiras	DEC. 25.140 DE 28/06/2004	IPHAEP
Edificação	Colégio Diocesano	Cajazeiras	DEC. 25.140 DE 28/06/2004	IPHAEP
Edificação	Colégio Nossa Senhora de Lourdes	Cajazeiras	DEC. 25.140 DE 28/06/2004	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Cajazeiras	Cajazeiras	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Palácio Episcopal	Cajazeiras	DEC. 25.140 DE 28/06/2004	IPHAEP
Edificação	Praça Cardeal Arcoverde	Cajazeiras	DEC. 25.140 DE 28/06/2004	IPHAEP
Edificação	Praça e matriz de Nossa Senhora de Fátima	Cajazeiras	DEC. 25.140 DE 28/06/2004	IPHAEP
Edificação	Praça João da mata	Cajazeiras	DEC. 25.140 DE 28/06/2004	IPHAEP
Edificação	Praça mãe aninha	Cajazeiras	DEC. 25.140 DE 28/06/2004	IPHAEP
Edificação	Prefeitura Municipal de Cajazeiras	Cajazeiras	DEC. 25.140 DE 28/06/2004	IPHAEP

Edificação	Seminário de Nossa Senhora da Assunção	Cajazeiras	DEC. 25.140 DE 28/06/2004	IPHAEP
Edificação	Câmara Municipal	Campina Grande	DEC. 22.245 DE 21/09/2001	IPHAEP
Edificação	Casa Inglesa	Campina Grande	DEC. 22.245 DE 21/09/2001	IPHAEP
Edificação	Catedral de Nossa Senhora da Conceição	Campina Grande	DEC. 22.245 DE 21/09/2001	IPHAEP
Edificação	Cine Capitólio	Campina Grande	DEC. 20.905 11/02/2000	IPHAEP
Edificação	Cine São José	Campina Grande	DEC. 22.245 DE 21/09/2001	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Galante	Campina Grande	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Campina Grande	Campina Grande	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Museu Histórico	Campina Grande	DEC. 22.245 DE 21/09/2001	IPHAEP
Edificação	Sede UEPB	Campina Grande	DEC. 19.447 24/12/1997	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Cruz do Espírito Santo	Cruz do Espírito Santo	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Duas Estradas	Duas estradas	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Cachoeira de Antônio Guedes	Guarabira	DEC. 21.289 DE 11/09/2000	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Guarabira	Guarabira	DEC. 21.290 DE 11/09/2000	IPHAEP
Edificação	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Luz	Guarabira	DEC. 8.650 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Ingá	Ingá	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Correto de Itabaiana	Itabaiana	DEC. 8.660 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Itabaiana	Itabaiana	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Academia de Comércio Eptácio Pessoa	João Pessoa	DEC. 20.138 DE 02/12/1998	IPHAEP
Edificação	Academia Paraibana de Letras	João Pessoa	DEC. 8.643 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Antiga Faculdade de Direito	João Pessoa	DEC. 8.630 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Antigo Engenho Paul que Abriga um Complexo Arquitetônico de Casa Grande e Bangüê	João Pessoa	DEC. 25.689 DE 17/02/2005	IPHAEP
Edificação	Antigo Hotel Globo	João Pessoa	DEC. 8.639 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Associação Comercial do Estado da Paraíba	João Pessoa	DEC. 8.661 26/08/1980	IPHAEP
Edificação	Associação dos Delegados da policia civil do Estado da Paraíba – Sede administrativa	João Pessoa	DEC. 8.627 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Balaustrada João da Mata	João Pessoa	DEC. 8.627 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Basílica de Nossa Senhora das Neves	João Pessoa	DEC 20.132 DE 02/12/1998	IPHAEP
Edificação	Biblioteca Pública do Estado	João Pessoa	DEC. 8.626 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Comando da Polícia Militar do Estado	João Pessoa	DEC. 8.648 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Conjunto Arquitetônico: Igreja de São Vicente de Paulo e Casa Sede Da	João Pessoa	DEC. 25. 157 DE 06/07/2004	IPHAEP

	Sociedade São Vicente de Paulo			
Edificação	Conjunto educacional composto dos seguintes edifícios Lyceu Paraibano, Instituto de Educação e Escola de Aplicação	João Pessoa	DEC. 8.644 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Correios e Telégrafos	João Pessoa	DEC. 8.647 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Correto – Praça da Independência e obelisco	João Pessoa	DEC. 8.641 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Correto da Praça Venâncio Neiva	João Pessoa	DEC. 8.636 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Escola 1º grau D. Pedro II	João Pessoa	DEC. 8.627 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de João Pessoa	João Pessoa	DEC. 22.082 DE 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	ETFPB - Centro de Formação de Cultura ciência e Tecnologia do Nordeste	João Pessoa	DEC. 8.627 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Ex-clínica Cardiológica M. Pereira Diniz.	João Pessoa	DEC. 8.627 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Grande Loja Maçônica Branca Dias	João Pessoa	DEC. 8.631 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Grupo Escolar Thomaz Mindello	João Pessoa	DEC. 25.098 DE 15/06/2004	IPHAEP
Edificação	Igreja de Nossa Senhora do Carmo	João Pessoa	DEC. 20.134 DE 02/12/1998	IPHAEP
Edificação	Igreja de Nossa Senhora do Rosário	João Pessoa	DEC. 20.133 DE 02/12/1998	IPHAEP
Edificação	Igreja de Santa Terezinha	João Pessoa	DEC. 22.362 DE 31/10/2001	IPHAEP
Edificação	Igreja de São Frei Pedro Gonçalves	João Pessoa	DEC. 20.135 DE 02/12/1998	IPHAEP
Edificação	Imóvel – Av. João da Mata (2)	João Pessoa	DEC. 8.627 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Imóvel – Rua da Areia (2)	João Pessoa	DEC. 8.628 DE 26/08/80 DEC. 8.649 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Imóvel onde residiu Anayde de Azevedo Beiriz	João Pessoa	DEC. 23.552 DE 07/11/2002	IPHAEP
Edificação	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP	João Pessoa	DEC. 8.652 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Mausoléu do ex-interventor da Paraíba Anthenor Navarro	João Pessoa	DEC. 23.808 DE 27/12/2002	IPHAEP
Edificação	Núcleo de Arte Contemporânea	João Pessoa	DEC. 8.629 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Núcleo de Reprografia da Sec.	João Pessoa	DEC. 8.627 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Palácio da Redenção	João Pessoa	DEC. 8.638 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Palácio episcopal	João Pessoa	DEC. 8.642 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Parte elevada da Praia da Penha (Igreja de Nossa Senhora da Penha, casario com 24 unidades, cemitério, posto de saúde, escola	João Pessoa	DEC.8.654 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Quartel da Polícia militar	João Pessoa	DEC. 8.633 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Residências na av. João da Mata (3)	João Pessoa	DEC. 8.627 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Residências na praça São Pedro	João Pessoa	DEC. 8.639	IPHAEP

	Gonçalves – Varadouro (6)		DE 26/08/80	
Edificação	Residências na Praça Simeão Leal (2)	João Pessoa	DEC. 8.651 DE 26/08/80 DEC. 8.646 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Sobrado Comendador Santos Coelho	João Pessoa	DEC. 8.632 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Sobrado Conselheiro Henriques	João Pessoa	DEC. 8.645 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Sobrado da Fazenda Ribamar (Sítio Boi Só) e Capela Anexa	João Pessoa	DEC. 8.656 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Sobrado onde residiu o presidente João Pessoa	João Pessoa	DEC. 8.634 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Teatro Santa Roza	João Pessoa	DEC. 20.136 DE 02/12/1998	IPHAEP
Edificação	Tribunal de Justiça	João Pessoa	DEC. 8.637 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso	Lucena	DEC. 23.012 DE 07/05/2002	IPHAEP
Edificação	Antiga Estação Ferroviária de Marí	Marí	DEC. 8.659 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Estação ferroviária de Patos	Patos	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Casarão dos Pereira Gomes	Pedras de Fogo	DEC. 22.916 DE 03/04/2002	IPHAEP
Edificação	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Pedras de Fogo	DEC. 22.915 DE 03/04/2001	IPHAEP
Edificação	Engenho corredor, casa de purgar, casa grande, engenho, casa de morador e depósito.	Pilar	DEC. 20.137 02/12/1998	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Pilar	Pilar	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Pirpirituba	Pirpirituba	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Antiga Cadeia Pública	Pombal	DEC. 22.914 03/04/2002	IPHAEP
Edificação	Coluna da hora e pç. Getúlio Vargas	Pombal	DEC. 22.914 03/04/2002	IPHAEP
Edificação	Coreto e pç. José Ferreira Queiroga	Pombal	DEC. 22.914 03/04/2002	IPHAEP
Edificação	Escola Estadual 08 de Julho	Pombal	DEC. 22.914 03/04/2002	IPHAEP
Edificação	Escola Estadual João da Mata	Pombal	DEC. 22.914 03/04/2003	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Pombal	Pombal	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Igreja de N. Sra. do Rosário e cruzeiro do adro	Pombal	DEC. 22.914 03/04/2002	IPHAEP
Edificação	Igreja matriz N. Sra. do Bom Sucesso	Pombal	DEC. 22.914 03/04/2002	IPHAEP
Edificação	Sede da Sociedade Artística Operária Beneficente	Pombal	DEC. 22.914 03/04/2002	IPHAEP
Edificação	Sobrado de Avelino de Assis	Pombal	DEC. 22.914 03/04/2002	IPHAEP
Edificação	Residência na Rua Luiz Barbosa da Silva	Remígio	DEC. 20.604 28.09.199	IPHAEP
Edificação	Estação ferroviária de S. João do Rio do Peixe	S. João do Rio do Peixe	DEC. 21.434 DE 31/10/2000	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Santa Rita	Santa Rita	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Santa Rita	DEC. 23.806 DE 27/12/2002	IPHAEP

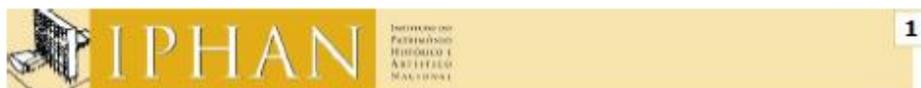
Edificação	Área onde estão situados a casa onde viveu o poeta augusto dos anjos, as ruínas da casa da ama de leite Guilhermina, a capela de s. Francisco - na usina Santa Helena	Sapé	DEC. 22.080 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Conjunto Arquitetônico Do Engenho Baixa Verde	Serraria	DEC. 8.657 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Santuário de santa fé (capela, cemitério, túmulo do rev. Pe. José ant. de Maria Ibiapina, casa dos milagres, convento, e antiga casa de caridade)	Solânea	DEC. 21.288 11/09/2000	IPHAEP
Edificação	Colégio N. S. Auxiliadora	Souza	DEC. 25.030 DE 13/05/2004	IPHAEP
Edificação	Estação Ferroviária de Souza	Souza	DEC. 22.082 03/08/2001	IPHAEP
Edificação	Fundação Antônio Mariz	Souza	DEC.25.030 DE 13/05/2004	IPHAEP
Edificação	Igreja de N. Sra do Rosário	Souza	DEC.N.º20.471 12/07/1999	IPHAEP
Edificação	Matriz de N.S. dos Remédios	Souza	DEC. 25.030 DE 13/052004	IPHAEP
Edificação	Praça Bento Freire	Souza	DEC.N.º20.471 12/07/1999	IPHAEP
Edificação	Praça do Bom Jesus Eucarístico	Souza	DEC. 25.030 DE 13/05/2004	IPHAEP
Edificação	Igreja De São Sebastião e o Túmulo Existente ao Lado da Mesma	Taperoá	DEC. 8.655 DE 26/08/80	IPHAEP
Edificação	Antiga Casa de Câmara e Cadeia	Teixeira	DEC. 25.156 DE 06/07/2004	IPHAEP
Edificação	Imóvel, Casa onde Nasceu João Pessoa, Situado na Antiga Fazenda Prosperidade	Umbuzeiro	DEC. 23.311 DE 23/08/2002	IPHAEP
Edificação	Casa, Capela e Sobrado da Fazenda Acauã	Aparecida	27/04/1967	IPHAN
Edificação	Fortaleza de Santa Catarina	Cabedelo	24/05/1938	IPHAN
Edificação	Igreja de Nossa Senhora de Nazaré - Ruínas	Cabedelo	12/08/1938	IPHAN
Edificação	Capela de Nossa Senhora da Batalha	Cruz do Espírito Santo	15/07/1938	IPHAN
Edificação	Capela do Engenho da Graça	João Pessoa	30/04/1938	IPHAN
Edificação	Casa à Praça do Erário	João Pessoa	26/04/1971	IPHAN
Edificação	Casa da Pólvora	João Pessoa		IPHAN
Edificação	Convento e Igreja de Santo Antônio (Conjunto Franciscano)	João Pessoa		IPHAN
Edificação	Fábrica de Vinho Tito Silva	João Pessoa		IPHAN
Edificação	Fonte do Tambiá	João Pessoa		IPHAN
Edificação	Igreja da Misericórdia	João Pessoa		IPHAN
Edificação	Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco (Conjunto Franciscano)	João Pessoa		IPHAN
Edificação	Igreja da Ordem Terceira do Carmo (Conjunto Carmelita)	João Pessoa		IPHAN
Edificação	Igreja de São Bento (Conjunto Beneditino)	João Pessoa	10/01/1957	IPHAN
Edificação	Sobrado à Rua Peregrino de Carvalho	João Pessoa		IPHAN
Edificação	Igreja de Nossa Senhora da Guia	Lucena		IPHAN
Edificação	Prédio da Antiga Cadeia Pública	Pilar		IPHAN
Edificação	Capela de Nossa Senhora do Socorro	Santa Rita		IPHAN
Edificação	Capela do Engenho Uma	Santa Rita		IPHAN
Edificação	Forte Velho - Ruínas	Santa Rita		IPHAN

BENS MÓVEIS

CLASSE	IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO	CIDADE/LOCALIZAÇÃO	DATA	AGÊNCIA
Conjunto Artístico	Tela Assembléia da Purificação (Flávio Tavares)	Assembléia Legislativa – João Pessoa	Dec.nº21.117 De 26.06.2000	IPHAEP
Conjunto Artístico	Tela Pomba da Paz (Raul Córdula)	Assembléia Legislativa – João Pessoa	Dec.nº 21.118 De 20.06.2000	IPHAEP
Conjunto Artístico	Tela Busca do saber: luta dramática do homem através do tempo (Antônio Rocha Ribeiro)	Biblioteca Nilo Peçanha CEFET/PB – João Pessoa	Dec. nº22.081 De 03.08.2001	IPHAEP
Conjunto Artístico	Tela Alvorada (Francisco Brenand)	Hal Social da Sede do DER – João Pessoa	Dec.nº22.083 De 03.08.2001	IPHAEP
Conjunto Artístico	Tela Revolução Pernambucana de 1817 (Antônio Parreira)	Palácio da Redenção - João Pessoa	Dec..nº25.158 De 06.-07.2004	IPHAEP
Conjunto Artístico	A medicina e a natureza (Flávio Tavares)	Clinica São Camilo – João Pessoa	Dec.nº 26.632 De 02.12.2005	IPHAEP
Conjunto Artístico	Curandeirismo (Abelardo da Hora)	Res. Universitária Ant. Esc. Enfer. – João Pessoa	Dec.nº 22.244 De 21.09.2001	IPHAEP
Conjunto Artístico	Ação – Civismo Negro – Estatua do Pres. João Pessoa	Praça João Pessoa - João Pessoa	Dec. nº 23553 De 11.11.2002	IPHAEP
Conjunto Sacro	Todos os Bens Móveis da Igreja Nossa Senhora do Rosário	Souza	Dec.nº20.471 De 12.07.1999	IPHAEP
Conjunto Sacro	Imagem Sacra do Senhor da Coluna	Igreja N. Sra. de Lourdes - João Pessoa	Dec nº23.807 De 12.12.2002	IPHAEP
Outros	148 peças do Museu da Rapadura	Centro de Ciências Agrárias da UFPB - Areia	Dec nº26.799 De 12.01.2006	IPHAEP

ANEXOS

ANEXO A - Portaria interna do IPHAN que discorre sobre o tombamento



1

Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986

O Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;

Considerando especialmente o disposto no artigo 16, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, aprovado pela Portaria Ministerial n.º 313, de 08 de agosto de 1986, e

Considerando a necessidade de consolidação das normas de procedimento para os processos de tombamento, no âmbito da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, resolve:

Da Instauração do Processo de Tombamento

Artigo 1º - A inscrição de bens nos Livros do Tombo a que se refere o Decreto-lei n.º 25/37 será precedida de processo.

Artigo 2º - Toda pessoa física ou jurídica será parte legítima para provocar, mediante proposta, a instauração do processo de tombamento.

Artigo 3º - A proposta de tombamento poderá ser dirigida:

- I - às Diretorias Regionais da SPHAN em cuja área de jurisdição o bem se situar;
- II - ao Secretário da SPHAN; ou
- III - ao Ministro de Estado da Cultura.

Artigo 4º - Proposto o tombamento perante às Diretorias Regionais ou quando destas for a proposição, o respectivo pedido, devidamente instruído, será encaminhado à Coordenadoria de Proteção, que o remeterá à Coordenadoria de Registro e Documentação para a abertura do competente processo de tombamento.

§ 1º - No caso de a proposta de tombamento se referir a bem ou bens imóveis, a instrução do pedido constará de estudo, tanto quanto possível minucioso, incluindo a descrição do(s) objeto(s) de sua(s) área(s), de seus(s) entorno(s), à apreciação do mérito de seu valor cultural,



existência de reiteração e outras documentações necessárias ao objetivo da proposta, tais como informações precisas sobre a localização do bem ou dos bens, o(s) nome(s) do(s) seu(s) proprietário(s), certidões de propriedade e de ônus reais do(s) imóvel(is), o(s) seu(s) estado(s) de conservação, acrescidas de documentação fotográfica e plantas.

§ 2º - No caso de a proposta de tombamento se referir a bem ou bens móveis, a instrução do pedido constará de descrição pormenorizada do objeto, se tratar de peça única ou da relação detalhada de peças componentes de coleção, listadas uma a uma, mencionando-se o material empregado, as dimensões de cada unidade e outras características que as individualiza, assim como de informações precisas sobre a localização, o proprietário e/ou responsável pela guarda do(s) objeto(s) e seu estado de conservação, acrescidas de documentação fotográfica e análise do valor desses bens para o patrimônio cultural do País.

Artigo 5º - Na hipótese de ser a proposta de tombamento dirigida ao Secretário da SPHAN ou ao Ministro de Estado da Cultura, esta será remetida à Coordenadoria de Registro e Documentação para a abertura do competente processo de tombamento.

Artigo 6º - Instaurado o processo de tombamento, a Coordenadoria de Registro e Documentação o remeterá a Coordenadoria de Proteção, que, em se tratando do previsto no artigo anterior, o enviará à Diretoria Regional em cuja jurisdição o bem se localizar, a fim de que seja observado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 4º.

Artigo 7º - Em caso de urgência decorrente de ameaça, iminente à integridade do patrimônio cultural do País, a Coordenadoria de Proteção poderá, excepcionalmente, dispensar a instrução técnica da Diretoria Regional respectiva.

Artigo 8º - Uma vez instaurado o processo, e se verificar a ocorrência de reiteração pela Coordenadoria de Proteção, esta determinará que seja apensado aos autos o material constitutivo da proposta anterior.

Artigo 9º - A Coordenadoria de Proteção comunicará ao proponente e à Diretoria Regional respectiva, por ofício, a instauração do processo de tombamento, cujas cópias serão encaminhadas ao Secretário da SPHAN.

Da Avaliação Técnica da Proposta

Seção I

Da apreciação Pelos Órgãos da SPHAN

Artigo 10 - Para avaliação técnica da proposta de tombamento, a Coordenadoria de Proteção promoverá a complementação dos elementos indispensáveis ao ajuizamento dos



requisitos necessários, a fim de que o objeto da proposta deva constituir parte integrante do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 11 - A Coordenadoria de Proteção contará, no desempenho de suas atribuições, com o apoio dos diversos órgãos da SPHAN e da Fundação Nacional Pró-Memória, valendo-se de serviços externos públicos ou privados, sempre que se fizer necessário.

Artigo 12 - Ultimada a instrução, a Coordenadoria de Proteção emitirá pronunciamento acerca da proposta de tombamento. Sendo favorável, encaminhará o processo respectivo à Coordenadoria Jurídica da SPHAN.

Artigo 13 - Na hipótese de a Coordenadoria de Proteção pronunciar-se contrária à proposta de tombamento, encaminhará o processo ao Secretário da SPHAN, que determinará o seu arquivamento ou reestudo.

Parágrafo único - Ficará a critério do Secretário da SPHAN a apreciação pelo Conselho Consultivo dos casos previstos no CAPUT, in fine, deste artigo.

Artigo 14 - À Coordenadoria Jurídica caberá o exame do processo sob os aspectos da legalidade, motivação e instrução do ato administrativo.

Artigo 15 - Examinado o processo, a Coordenadoria Jurídica sugerirá ao Secretário da SPHAN:

I - A notificação cabível, prevendo a possibilidade de impugnação, bem como as implicações decorrentes do tombamento, em se tratando de pessoa física ou jurídica de direito privado.

II - A notificação cabível, para cumprimento dos efeitos do tombamento, sempre que se tratar de bem particular cuja proposta haja sido feita pelo respectivo proprietário ou, ainda, em caso de bens pertencentes a pessoas jurídicas de direito público.

Parágrafo único - A notificação ao proprietário será feita por edital ou individualmente, a critério da Coordenadoria Jurídica, conforme recomende a natureza do bem objeto do tombamento e/ou a documentação de propriedade constante do processo.

Artigo 16 - Expedida a notificação a que se refere o artigo anterior, dela e de seus efeitos legais a Coordenadoria Jurídica dará imediato conhecimento à Prefeitura do Município onde o bem se achar localizado, sempre que se tratar de imóvel.

Artigo 17 - O proprietário, no caso tratado pelo artigo 15, inciso I, terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para anuir ou impugnar o tombamento.

§ 1.º - Anuído, expressa ou tacitamente o tombamento o processo será imediatamente remetido ao Secretário da SPHAN.



§ 2º - Impugnado o tombamento, será o processo encaminhado à Coordenadoria de Proteção, para sustentar a iniciativa quanto ao mérito, e à Coordenadoria Jurídica, para opinar sobre os aspectos legais eventualmente suscitados, após o que, o processo será encaminhado ao Secretário da SPHAN.

Seção II

Do Julgamento pelo Conselho Consultivo e pelo Ministro de Estado de Cultura

Artigo 18 - Recebendo o processo de tombamento devidamente instruído, o Secretário da SPHAN o distribuirá, em reunião do Conselho Consultivo, a um dos seus membros. Quando convier à Administração, poderá a distribuição efetivar-se por despacho.

Parágrafo único - Conforme o disposto no inciso 3º, do art. 9º, do Decreto-lei n.º 25/37, contar-se-á o prazo de sessenta dias, a partir da distribuição referida no caput, para decisão do Conselho a respeito da matéria.

Artigo 19 - A decisão do Conselho Consultivo, certificada pelo Secretário da SPHAN, constará do processo, ao qual se juntará também cópia da ata da respectiva reunião.

Artigo 20 - Sendo favorável a decisão, o processo retornará à Coordenadoria Jurídica para exame das formalidades legais e elaboração de minuta de ofício, encaminhando o processo ao Ministro de Estado da Cultura.

Artigo 21 - A homologação ou não do tombamento compete ao Ministro de Estado da Cultura, conforme estabelecido em lei.

Das Providências Legais

Artigo 22 - Negada homologação à decisão do Conselho Consultivo, o Secretário da SPHAN ordenará o arquivamento do processo, expedindo comunicação ao Conselho Consultivo, ao proprietário, ao proponente e à Diretoria Regional correspondente.

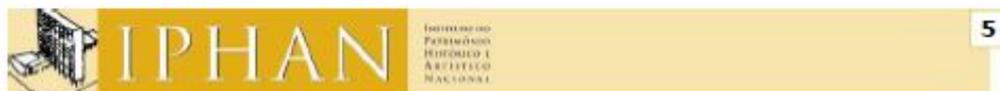
Artigo 23 - Homologada a decisão do Conselho Consultivo, o Secretário da SPHAN, ouvidas a Coordenadoria de Proteção e a Coordenadoria Jurídica, determinará a inscrição do bem no Livro ou nos Livros de Tombo correspondentes.

Artigo 24 - O Secretário da SPHAN determinará o imediato cumprimento da disposição de que trata o artigo anterior, cabendo-lhe, também, providenciar seja feita a inscrição:

I - publicada na Imprensa Oficial, Federal; e/ou

II - comunicada, por qualquer meio:

a) à Diretoria Regional sob cuja jurisdição se encontrar o bem tombado, assim como ao Governador do Estado e ao Prefeito do Município, e, quando for o caso, à Capitania dos



Portos, Regiões Metropolitanas e entidades que tenham interesse direto ou indireto no bem tombado;

- b) ao proprietário, quando se tratar de bem particular, ou tratando-se de bem público, à entidade a que pertencer e, sendo diversa, também àquela sob cuja guarda estiver.

Artigo 25 - A Coordenadoria Jurídica minutará o expediente necessário para atendimento das providências de que trata o artigo anterior.

Das Disposições Gerais

Artigo 26 - O Secretário da SPHAN poderá delegar, no todo ou em parte, as atribuições a ele conferidas na presente Portaria, desde que não sejam conflitantes com a sua competência privativa, determinada pelo Decreto-lei n.º 25/37.

Artigo 27 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Angelo Oswaldo de Araujo Santos

ANEXO B - Procedimento interno do IPHAEP que discorre sobre o tombamento



MECANISMO DE UM PROCESSO DE TOMBAMENTO

1. Entrada do pedido de tombamento no IPHAEP, que poderá ser solicitado por qualquer pessoa ou por um órgão.
2. O diretor executivo despacha o pedido para a divisão de cadastramento e tombamento.
3. Esta divisão encaminha o processo ao arquivo para a juntada de antecedentes, se houver (documentos e fotografias) para a instrução do respectivo processo de tombamento.
4. Em caso de inexistência de documentos complementares, a divisão de cadastramento e tombamento sugere em despacho, que seja solicitado ao requerente do tombamento a documentação necessária para o estudo da medida pleiteada, tais como: escritura, registro, fotografias, documentos históricos e plantas do monumento a ser tombado.
5. Uma vez atendido, o processo é enviado à Coordenadoria de Assuntos Históricos Artísticos e Culturais para emitir parecer e complementar com outras informações (histórico) e documentos existentes. Em seguida, encaminha à Coordenadoria de Arquitetura e Ecologia para emissão de parecer, se qualquer coordenadoria for favorável ao tombamento, é designado um conselheiro relator, membro do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC. Em sessão, o parecer do relator é discutido para deliberação do referido Conselho.
6. O IPHAEP expede a notificação de tombamento ao proprietário ou responsável do bem a ser tombado, que tem o prazo de 15 (quinze) dias para anuir (aceitar) ao tombamento, a contar da data do recebimento da notificação, a se quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação.
7. Se recomendado o tombamento pelo Conselho Deliberativo, o Diretor Executivo do IPHAEP remete o processo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Paraíba para homologação do tombamento.
8. Se não houver impugnação dentro do prazo assinado, o Diretor Executivo do IPHAEP mandará por simples despacho que se proceda a inscrição do bem tombado no competente livro de tombo (§ 2º do art. 9º de mesmo decreto-lei nº. 25/1937).

9. Se for oferecida impugnação dentro do prazo assinalado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros 15 (quinze) dias, em seguida será o processo remetido ao Conselho Deliberativo do IPHAEP, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar do seu recebimento dessa decisão não caberá recurso (§ 3º do art. 9º do citado mesmo decreto-lei nº. 25/1937).
10. Se o monumento não for tombado, o processo é arquivado.

ANEXO D - Deliberação de Tombamento do Vale dos Dinossauros - Souza



Estado da Paraíba
Secretaria da Educação e Cultura

IPHAEP

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA

Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais



Av. João Machado, 348
Centro - João Pessoa/PB
Brasil - CEP: 58013-520
Tel.: (83) 218-5124
Tel/Fax: (83) 218-5125
CNPJ 40.971.152/0001-56

Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC

DELIBERAÇÃO – Nº 0009/2004

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SOUSA
LOCALIZAÇÃO: RUA CEL. JOSÉ GOMES DE SÁ, 27, SOUSA/PB
ASSUNTO: TOMBAMENTO DO VALE DOS DINOSSAUROS
PROCESSO: 003/04/IPHAEP
SESSÃO: Nº 1013ª, DE 10/3/2004

Analisando o presente processo, o Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC, órgão de deliberação superior deste Instituto, em sua Sessão do dia 10/3/2004, com o comparecimento dos conselheiros: Umbelino José Peregrino Araújo de Albuquerque, João Cristiano Rebouças Rolim, Humberto Cavalcante de Mello, Cláudio Roberto da Costa, Josecelia Rangel de Pontes, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, José William Montenegro Leal e Cristina Evelise Vieira Alexandre, sob a presidência de José Octávio de Arruda Mello, Diretor Executivo do IPHAEP,

DELIBEROU, por unanimidade,

Aprovar o tombamento da área de 40 hectares (indicada no mapa em anexo), compreendida como Vale dos Dinossauros, na localidade Passagem das Pedras e adjacências, no trecho da Bacia do Rio do Peixe, sub-bacia de Sousa/PB, que abrange um complexo de sítios paleontológicos, com pegadas fósseis de dinossauros.

Prevendo-se no decreto o seguinte dispositivo: na medida em que as áreas sejam delimitadas e localizadas por coordenadas, as mesmas sejam incorporadas a área inicialmente protegida através de deliberação do CONPEC.

Sala das Sessões do Conselho do INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA, em 11 de março de 2004.


JOSÉ OCTÁVIO DE ARRUDA MELLO
Diretor Executivo do IPHAEP

ANEXO E - Decreto de Tombamento do Vale dos Dinossauros - Souza

DECRETO Nº 25.148, DE 30 DE JUNHO DE 2004.

Homologa a Deliberação nº 09/2004, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC, Órgão de Orientação Superior do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, declaratória de Tombamento da área de 40 hectares que compreende o Vale do Rio do Peixe, sub-bacia de Sousa – PB, que abriga um complexo de sítios paleontológicos deste Estado e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 86, inciso IV da Constituição do Estado, atendendo ao disposto no art. 40, do Decreto nº 7.819, de 24 de outubro de 1978, e

Considerando que o Conselho Deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – **CONPEC**, ao apreciar proposta de Tombamento da Área compreendida como Vale dos Dinossauros, na localidade Passagem das Pedras e adjacências, no trecho da Bacia do Rio do Peixe – sub-bacia de Sousa – PB, reconheceu o significativo valor histórico, natural e cultural de sua preservação, para a compreensão do Cretáceo Inferior, no Nordeste do Brasil;

Considerando, ainda, que a referida área abriga um complexo de sítios paleontológicos com pegadas de fósseis de dinossauros, consideradas uma das mais importantes do mundo, sobretudo para o conhecimento do Eocretáceo, na região do Nordeste brasileiro.

DECRETA:

Art. 1º – Fica homologada a Deliberação nº 09/2004 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – **CONPEC**, de 11 de março de 2004, declaratória de Tombamento da área de 40 hectares, indicada em mapa em anexo, compreendida como Vale dos Dinossauros, na localidade de Passagem das Pedras e adjacências, a oeste da Paraíba, trecho da Bacia do Rio do Peixe, sub-bacia de Sousa – PB, que abrange um complexo de sítios paleontológicos, com pegadas e pistas fósseis de dinossauros.

Art. 2º – Para efeito do Tombamento a que se refere o artigo anterior, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP tomará as providências cabíveis, em cumprimento à legislação vigente.

Art. 3º – À medida que as áreas forem delimitadas e localizadas por coordenadas, as mesmas serão incorporadas à área inicialmente protegida, através de deliberação do **CONPEC**.

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

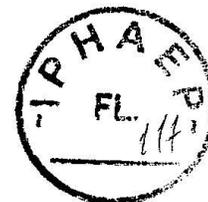
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 30 de junho de 2004; 116º da Proclamação da República.


CASSIO CUNHA LIMA
 Governador

ANEXO F - Relatório de delimitação do Centro Histórico de Mamanguape



Estado da Paraíba
 Secretaria da Educação e Cultura
 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
 Coordenadoria de Arquitetura e Ecologia



**RELATÓRIO DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE
 MAMANGUAPE**

Processo **0214/2003**

A cidade de Mamanguape foi tombada em 04/dezembro/1979 como CIDADE HISTÓRICA conforme Decreto nº 8.314.

O Programa Cidades Históricas do Nordeste, destacou a importância histórica e cultural da cidade, com base nas informações contidas no levantamento geográfico, sócio-econômico e histórico cultural de Mamanguape; documento produzido por Maria Ivonilde Mendonça Targino e Edivanira Toscano de Oliveira Moraes, em maio /1978 – cópia anexa.

As cidades, como aglomerados urbanos, nascem, crescem, desenvolvem-se e vão deixando marcas que são testemunhos desse processo que lhes vão moldando e traçando seus perfis. As cidades vão ganhando identidade e orientação, elementos básicos para que se reconheça como comunidades, inspirando valores aos seus habitantes e as suas histórias de forma a serem passadas para as futuras gerações.

A vila de Mamanguape (terceira da província) foi elevada à cidade em 1855 e viveu dias prósperos como grande metrópole entre 1850 e 1900. Neste período recebeu a visita do Imperador Dom Pedro II na data histórica de 27/dezembro/1859 – FASE ESPLÊNDIDA DA CIDADE, citada por diversos historiadores.

O CICLO DE DESALENTADORA DECADÊNCIA tem início com a criação do ramal da estrada de ferro Conde D' eu, que deslocou o movimento comercial que se processava através de Mamanguape para o brejo, unindo Santa Rita, Sapé, Guarabira em direção ao Rio Grande do Norte.

Durante um longo período a cidade quase que adormecida, preservou seus caracteres de cidade histórica; fato que justificou o tombamento realizado em 1979.

Durante os últimos 23 anos a cidade de Mamanguape foi crescendo e sofrendo interferências das mais diversas, a tipologia de parte das construções foi gradativamente modificada e novas construções e ruas surgiram, sem a preocupação devida e necessária com o patrimônio e a memória local. De forma que, HOJE, em setembro de 2003, quase 24 anos após o Decreto ser homologado, a delimitação do Centro Histórico de Mamanguape fica restrita pelo ALTO GRAU DE DESCARACTERIZAÇÃO DAS PRINCIPAIS RUAS, mas faz-se necessária para salvaguardar os exemplares remanescentes.

A metodologia adotada para a proposta de delimitação teve início a partir da identificação dos imóveis relevantes, considerando a importância histórica cultural e o valor da arquitetura de cada edificação ou conjunto.

Os principais imóveis enumerados pela Coordenação de Assuntos Históricos Artísticos e Culturais foram:

- Igreja Matriz de São Pedro e São Paulo (1634).
- Igreja do Rosário (1630).
- Casa situada na Rua do Imperador, nº 78, que hospedou Dom Pedro II em 1859.
- Antigo Teatro Santa Cecília (demolido), atual Câmara Municipal.
- Cadeia Pública.
- Bica do Sertãozinho.
- Igreja do Sagrado Coração de Jesus (1901).
- Casa de Carlos Dias Fernandes.
- Casa do escritor Luís Pinto.
- Chalé típico (localizado por trás da Igreja Matriz).



- Prédio com fachada em azulejo nº 130 – próximo à PMM (demolido).
- Sobrado nº 133 da Rua Presidente João Pessoa (demolido).
- Sobrado nº 232 da Rua Presidente João Pessoa (demolido).
- Chalé nº 69 da Rua do Imperador.
- Solar da família Fernandes de Lima – Praça Antônio Fernandes , nº 23.



Identificados e fotografados alguns destes imóveis, é o momento de ressaltar que vários exemplares de importância histórica não foram localizados devido a ação do tempo e/ou especulação imobiliária, alguns foram demolidos e no seu lugar erguidas novas construções sem a preocupação de guardar as informações do entorno, dissociadas do conjunto que compõe a ambientação da rua.

Traçada a conexão entre os principais imóveis, AS QUATRO IGREJAS: Igreja do Rosário, Igreja Matriz de São Pedro e São Paulo, Igreja Sagrado Coração de Jesus e a Igreja de São Sebastião. Definimos o perímetro formado pelas ruas: Getúlio Vargas, Marcos Barbosa, Duque de Caxias, Visconde de Itaboraí, Carlos Dias Fernandes – Do Imperador, Rodrigues de Carvalho, Presidente João Pessoa, Coronel Batista Carneiro, Praça São João e a rua Barão de Cotegipe. Nesta área, pelo grau de conservação, foram observados e destacados no levantamento fotográfico anexo, alguns imóveis.

Nesta primeira fase do Trabalho de Delimitação do Centro Histórico de Mamanguape, identificamos imóveis, destacamos ruas e definimos uma parcela da cidade, onde se encontram conjuntos e imóveis com expressões artísticas e históricas representativas de uma época.

A conclusão desta fase – HOMOLOGAÇÃO DO PERÍMETRO DEFINIDO COMO CENTRO HISTÓRICO DE MAMANGUAPE - garantirá o acompanhamento da dinâmica do crescimento da cidade, evitando perdas de ambientação, de imóveis isolados e de conjuntos representativos dentro desta área especial da Cidade Histórica.

João Pessoa, 30 de setembro de 2003.

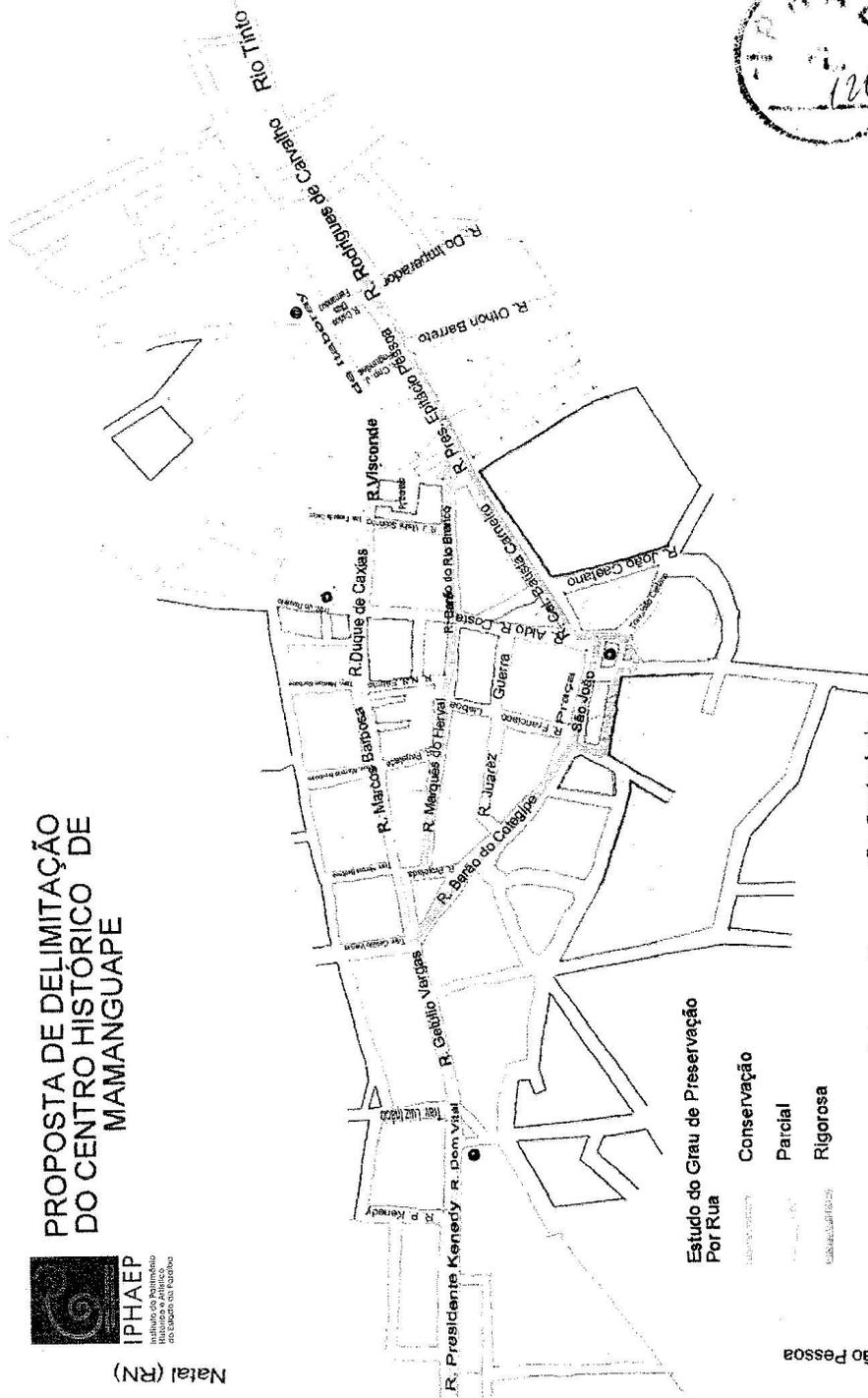
Jussara Bióca de Medeiros
JUSSARA BIÓCA DE MEDEIROS
 Coordenadora

PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE MAMANGUAPE



IPHAEP
Instituto do Patrimônio
Histórico e Artístico do
Estado do Rio Grande do Norte

Natal (RN)



Estudo do Grau de Preservação Por Rua

- Conservação
- Parcial
- Rígida

Quadrados do Entorno - Preservação Controlada



João Pessoa

ANEXO G - Memorando solicitando nova avaliação e descrição da área a ser tombada em Areia

PHAN

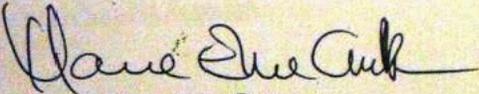
Memorando n°: 013/03 Data: 16/10/2003
Presi

PHAN
Fl. 188
Rubrica

Para: Frederico Faria Neves de Almeida
Superintendente da 5ª SR/PE

Ao verificar as dimensões da área proposta como entorno do Centro Histórico da Cidade de Areias, na Paraíba, em processo de tombamento, e considerando que a atual administração deste Instituto pretende vincular ao próprio ato de tombamento não apenas a delimitação das áreas de entorno com os critérios que devem nortear seu gerenciamento, solicito que a definição do entorno e dos referidos critérios sejam reexaminados com o possível bom senso e sem perder de vista a realidade da situação.

Atenciosamente,


Maria Elisa Costa
Presidente

ANEXO H - Cópia de um exemplar do levantamento fotográfico realizado na
cidade de Mamanguape



Estado da Paraíba
Secretaria da Educação e Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
Coordenadoria de Arquitetura e Ecologia

Processo 0214/2003 - Delimitação do Centro Histórico de Mamanguape

Levantamento Fotográfico



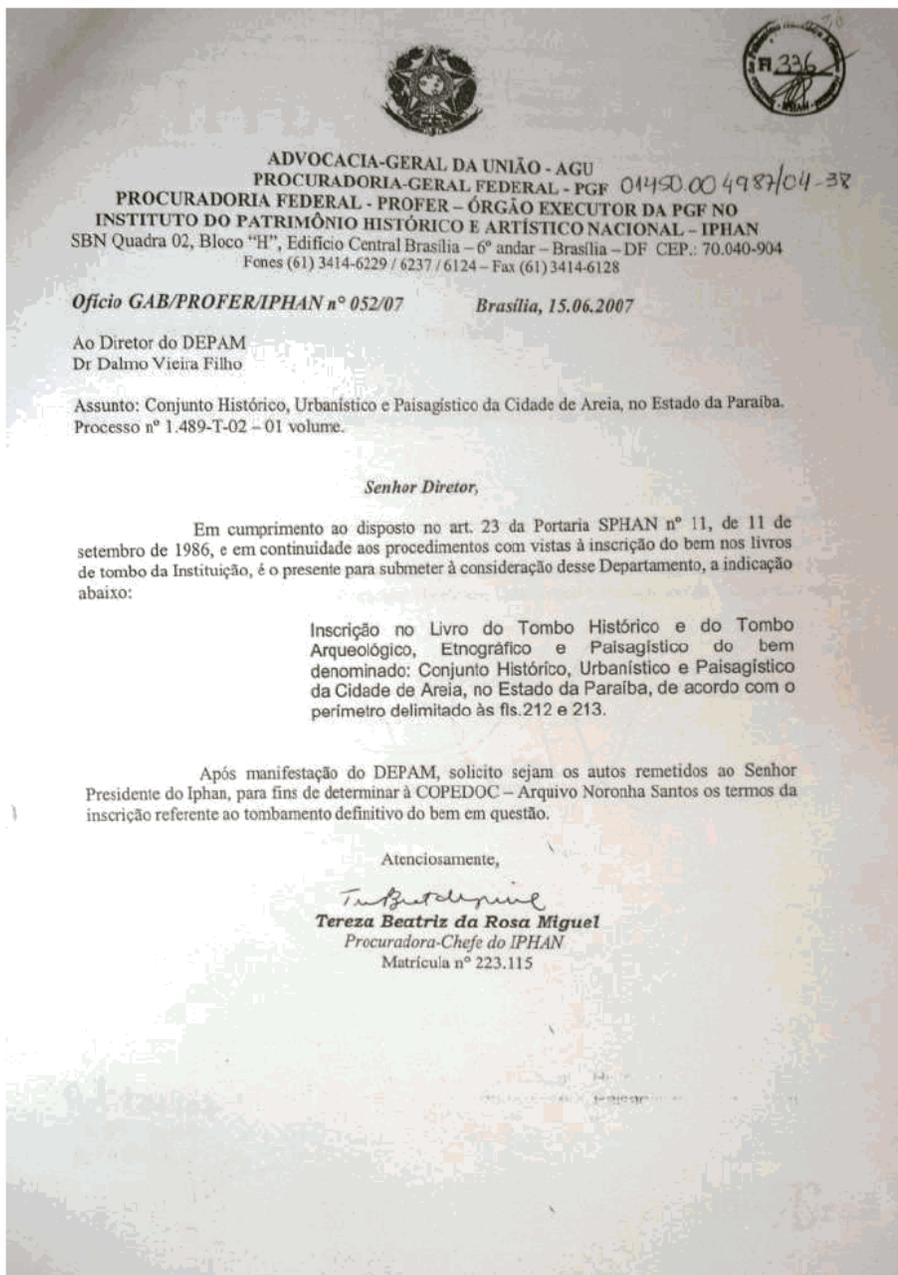
Foto nº _____ Data: 07/08/2003

Autor: JUSSARA BIÓCA

Endereço: PRAÇA 28 DE OUTUBRO

Obs: IGREJA SÃO SEBASTIÃO

**ANEXO I - Ofício indicando o texto para inscrição em livro de tomo da cidade
de Areia**



ANEXO J - Documento do Arcebispo da Paraíba para o ministro de educação e saúde colocando-se contrário a ordem de tombamento

8/11/39.

M. E. S. - SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

C O P I A

DOC. 2338-2	SPHAN ARQUIVO
ARM. G+V. Pm. T. PASTA 63-	

Ministério da Educação e Saúde.-Serviço de Comunicações.-Protocolo Geral-Nº 1099.-João Pessoa, 24 de setembro de 1939.-Exmo. Sr. Ministro da Educação: Recebi, em dias de julho do ano proximo findo, uma notificação expedida pelo Diretor do Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional, datada de 28 de maio do referido ano, sob numero 214. No aludido documento pedia-se-me anuir ao Tombamento que o Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional mandou fazer das seguintes obras de arquitectura religiosa: A igreja e convento do Carmo; a igreja e mosteiro de S. Bento; a igreja e convento de S. Francisco, todos situados em João Pessoa e da propriedade da Mitra.-Respondi em letras datadas de 19 de julho daquele mesmo ano.-Como até a presente data não me tenha chegado as mãos resposta alguma da minha comunicação, venho reiterar o que nas referidas letras expressei áquela ilustre Diretoria.-Dissera eu em resposta.-1º- Quanto á igreja e ao convento do Carmo, declaro que somente a igreja é que conserva, quasi na integridade, sua notabilidade artistica e primitiva, com alguma falha alias, porque a ação do tempo lhe destruiu algo de sua pintura e do seu relevo. Entretanto, o principal que ella continha de maior valor artistico achase ainda em boa conservação.-O convento, porem, nada mais tem de seu primitivo estado.-Acha-se, de fato, modernizado e completamente transformado.-Este antigo edificio, morada, que foi dos Religiosos Carmelitas, o qual alias, nada tinha de arte, já ha quasi 40 anos, foi cedido pela S. Sé á Arquidiocese da Paraíba.-Transformou-se no palacete episcopal, adaptando-se á essa finalidade, para o que foi inteiramente reconstruido.-Perdeu de todo, interior e exteriormente, a forma e o aspecto primitivos pela feição moderna que tomou.-2º- Quanto á igreja e ao mosteiro de S. Bento, o mesmo se poderia dizer.-Efetivamente, a igreja, antigamente da propriedade dos Beneditinos, ao passar para o dominio da Mitra arquidiocesana, coisa de 15 anos mais ou menos, sofreu, internamente, profunda modificação em seus relevos, altares, ornatos, moveis etc.-Entretanto, quanto á parte externa, conserva-se a mesma.-O mosteiro, porem, que esta unido á igreja, já naquele tempo, tinha perdido muito da sua fisionomia primitiva de convento, porquanto o ultimo prior beneditino que nele esteve dera ao exterior do edificio uma feição toda moderna, tornando assim muito diferente de seu antigo aspecto.-Na parte interior mesmo, quando em 1917 mais ou menos, esse edificio foi utilizado pelo governo federal para o serviço das obras contra assecas, teve que sofrer notaveis alterações que foi necessario fazer na adaptação do mesmo serviço.-3º- Quanto á igreja e ao convento de S. Francisco, disse eu em minha resposta, releve fazer as seguintes declarações: A igreja contigua a este convento, é, na parte interior, sobretudo no forro de suas naves, um primor de arte por sua pintura e seus ornatos.-Com a ação constante do tempo, é verdade, não deixou de perder parte dessa beleza.-Á falta de meios para sua conservação e pela impossibilidade da restauração das peças que se foram estragando, o altar e o forro da capela mór arruinaram completamente de modo que foram substituidos.-O que resta, porem, na igreja, de seus entalhes, molduras e pinturas é realmente digno de conservação e de ser amparado pelo Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional.-Mas no que toca ao convento que se encontra contiguo á igreja, convento que, desde 1894, se converteu em Seminario desta Arquidiocese, posso afirmar que este edificio é um velho casarão, sem nenhuma preciosidade artistica.-Alem do que, desde quando passou a ser seminario, começou a sofrer modificações pelo lado interno e externo, tambem.-Para o fim de adaptação seus departamentos foram em parte alterados.-Um raio desse edificio sofreu tambem modificações, como seja elevação das paredes, cornijamento, etc.-Foi unido a esse predio um novo pavilhão, necessario para o funcionamento do Seminario.-Parte do tecto foi tambem reformado.-Tudo isto, cumpre saber, muito antes de se crear o Serviço do Patrimonio Historico e Artístico Nacional.-Poi esto mais ou menos o que ficou dito na resposta dada a ilustre Diretoria.-Agora, Exmo. Sr.-Desta exposição deduz-se que das obras acima referidas, inscritas no Tombamento,

M. E. S. - SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

(Continuação)

só as igrejas do Carmo, S. Bento e S. Francisco, parece-me, poderiam estar sujeitas ao Tombamento, porque conservam a estrutura, o feitiço primitivo e representam, portanto, valor histórico, artístico e arqueológico. - E a essa inscrição, eu, como Arcebispo desta Arquidiocese, a que essas igrejas pertencem, anuo com entusiasmo e carinho. - Assim, desde já, aproveitando o ensejo, apelo para as atividades desse Ministério no sentido de proteger estas obras, tomando prontas e eficientes medidas de modo que se conserve o que elas teem ainda de valor e riqueza para o nosso patrimônio. - Quanto aos edificios que a elas estão anexos, a saber, conventos do Carmo, S. Bento e S. Francisco que, como acima ficou declarado, ha muitos anos, se acham completamente transformados, especialmente os dois primeiros, isto é, conventos do Carmo e de S. Bento, que nada já apresentam de sua fisionomia antiga, venho pedir, respeitosamente, para que lhes seja cancelado o tombamento. - Pelo exposto espero ser atendido confiando no espirito esclarecido e de justiça de V. Excia. (a) + Moyses Arcebispo da Parahyba. - DESPACHO DO SNR. MINISTRO: Ao SPHAN para prestar as necessarias informações, depois de apreciadas na forma da lei as allegações do Sr. Arcebispo da Parahyba. - 1-XI-1939. - (a) Capanema. //.....

Confere com o original
Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 1940.

João Balduino dos Santos
Escriturario

Visto

Roberto de Almeida
- Diretor -

ANEXO L - Documento com o parecer sobre o tombamento do Conjunto
Beneditino



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

D.P.H.A.N.
D.E.T.
Seção de História
I. 3

Igreja do Mosteiro de S.
Bento, em João Pessoa

Tendo em vista que desde 1954 a D.P.H.A.N. vem empreendendo obras de vulto na igreja do Mosteiro de S. Bento, em João Pessoa, o que importa no reconhecimento do valor desse imóvel como exemplar de arquitetura religiosa merecedor de tombamento, e dados os antecedentes do caso, constantes do processo nº 63-T, a S.H. sugere que seja consumada a inscrição da referida igreja no Livro do Tombo das Belas Artes.

Verifica-se, efetivamente, pela leitura daquele processo, que as ponderações formuladas há anos pelo Sr. Arcebispo da Paraíba, em sentido contrário ao tombamento do conjunto do Mosteiro e da igreja não constituem, a rigor, impugnação de tombamento. Posteriormente, a mesma autoridade eclesiástica, ao solicitar autorização para obras no Mosteiro, admitiu a vigência do tombamento, que o tempo se encarregou de confirmar, com a execução das obras a cargo da administração federal, na forma do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

À consideração superior.

Em 10.I.1957

Carlos Drummond Andrade
Carlos Drummond Andrade
Chefe da S.H.

*à vista das circunstâncias exp.
tas, proceda-se à inscrição.*

Em 10.1.1957

Rodolfo A. N. de Azevedo
Diretor

*Feita a inscrição, nesta data,
sob nº 434, a fl. 82 do Livro do
Tombo das Belas Artes.*

Em 10.1.1957

C. Drummond
Chefe da S.H.

ANEXO M - Folha de descrição para bens imóveis e integrados – Silhar de azulejos



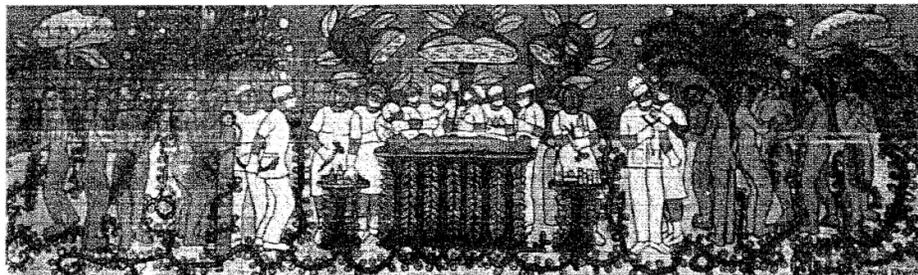
**OFICINA-ESCOLA
DE JOÃO PESSOA**

**INVENTÁRIO DE BENS
MÓVEIS E
INTEGRADOS**



LOCALIDADE	IDENTIFICAÇÃO	
01 UF/Município PB / João Pessoa	08 Designação -	14 Número -
02 Cidade/Localidade João Pessoa /Centro	09 Espécie Artes Plásticas	15 Nº de Inventário Anterior/Ano -
03 Endereço Rua Acadêmico Aloísio Alberto C. Sobreira s/n, centro -João Pessoa-PB	10 Natureza Silhar de Azulejos	16 Origem Paraíba/Brasil
04 Acervo Particular - Clínica São Camilo	11 Época 1970	17 Procedência João Pessoa - Clínica São Camilo
05 Local no Prédio Fachada lateral	12 Autoria Flávio Tavares	18 Modo de Aquisição/Data Encomenda
06 Proprietário Dr. Antonio Carneiro Arnaud	13 Matéria/Técnica Azulejos Policromados	
17 Responsável Imediato/Endereço Rua Prof. José Coelho, 25 centro, João Pessoa/Pb fones: 241-1843/241-3344		

19 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA/LOCALIZAÇÃO
Foto: Germana Bronzeado - Oficina-Escola de João Pessoa



25 DESCRIÇÕES

Silhar de azulejos em formato retangular apresentando cena central composta por figura humana deitada sobre mesa fitomórfica ladeada por mesas iguais e menores, assistida por figuras humanas em vestes, luvas e máscaras de cor branca, portando instrumentos cirúrgicos, sob luminárias fitomórficas; cenas laterais constituídas por figuras humanas nuas, observadoras da cena central; cena superior marcada pela presença de luminárias fitomórficas sobre fundo azul e cena inferior preenchida por ramificações vegetais sobre fundo bege. Todas as figuras humanas apresentam pele marrom.

Cena central mediada por figura humana feminina nua, deitada de perfil, submetida a exames por oito figuras masculina, e cinco figuras femininas vestidas em roupas brancas; usando luvas, máscaras e sapatos brancos portando instrumentos hospitalares e apoiando-os nas mesas que ladeiam a mesa central. A cena é encimada por tres espécies de luminárias vegetais que se vergam na direção da figura deitada.

Cena lateral à esquerda do observador representada por cinco figuras humanas nuas segurando as ramificações fitomórficas que se enrolam sob os pés, com olhos voltados para a cena central.

Cena lateral à direita do observador representada por seis figuras humanas, em composição similar à cena lateral à esquerda

Cena superior composta por luminárias e galhos com folhas e frutos nas cores verde e amarelo sobre fundo azul

Cena inferior composta por enrolamentos e evoluções de ramificações vegetais verde e branco sobre fundo bege. Na extremidade, à direita do observador, encontra-se a inscrição FLÁVIO TAVARES 15.05.1970

20 PROTEÇÃO LEGAL

Federal Estadual Municipal
 Tomb. Individualizado Tomb. em Conjunto Nenhuma

21 CONDIÇÕES DE SEGURANÇA

Boa Razoável Ruim

22 ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Excelente Bom Regular
 Péssimo Mau

23 DIMENSÕES

4,20m X 13,5m

24 MARCAS/INSCRIÇÕES/LEGENDAS

Flávio Tavares 15.05.1970

ANÁLISE HISTÓRICO-ARTÍSTICA	
26 Especificação do Estado de Conservação Silhar de azulejos em estado de conservação regular apresentando perdas parciais do suporte e da camada vidrada em peças diferenciadas; fissuras, rachaduras, grandes áreas de craquelês, sujidade, além da afixação de dois suportes para lâmpadas.	
27 Restaurações: Não houve procedimento de restauração	Restauradores
28 Características Técnicas: Silhar de azulejos nas cores branco, azul, bege, verde, preto, amarelo, cinza e marrom; em formato retângular. Com feitura semi-artesanal, apresenta dimensões de 4,2m X 13,50m; sendo constituído por aproximadamente 2.500 peças, cada uma medindo 15cm X 15cm e distribuídas de modo seqüenciado, preenchendo toda a área superior da fachada.	
29 Características Estilísticas: Datado de 1970 e de autoria de Flávio Tavares, o silhar de azulejos policromados ao gosto contemporâneo apresenta forte tendência para o estilo naïf, que se notifica pelo tratamento na definição das figuras humanas, fitomórficas e objetos, que se identificam com a arte popular, tal como a encontramos na cerâmica de Vitalino	
30 Características Iconográficas/Ornamentais: A cena representa uma intervenção cirúrgica a céu aberto onde o paciente, profissionais de saúde e observadores são cercados por uma espécie de vegetalização, como se o hospital tivesse sido transplantado para o paraíso.	
31 Dados Históricos: "O mural da Clínica São Camilo surpreende por se tratar de obra de um artista extremamente jovem, em fase de consolidação de um estilo; pela própria escala de trabalho e sua localização em espaço público; por sua qualidade visual e, principalmente, por sua comunicabilidade."	
32 Referências Bibliográficas/Arquivísticas: MORAIS, Frederico - Azulejaria Contemporânea no Brasil. São Paulo. Editora Publicações e Comunicações. 1990. Patrocínio INCEPA - Indústria Cerâmica Paraná S. A. Página 82	
33 Observações É aconselhável observações técnicas na parede onde se encontra afixado o painel Azulejar, por este apresentar rachaduras características de movimentação de parede. Torna-se igualmente aconselhável a retirada de dois suportes com lâmpadas, afixados na própria obra.	
34 Pesquisa e Levantamento Restauradora Maria da Piedade Farias, instrutora da Oficina-Escola de João Pessoa. Participação dos alunos da Oficina de Bens Móveis e Integrados	Revisão/Data <i>Maria da Piedade Farias</i> Maria da Piedade Farias - Junho de 2004